

GUIA DE FUNDOS

do ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

arquivo **municipal** de lisboa

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:

Câmara Municipal de Lisboa
Pelouro de Cultura
Direção Municipal de Cultura
Departamento de Património Cultural
Divisão de Arquivo Municipal

DIREÇÃO:

Helena Neves

COORDENAÇÃO:

Adelaide Brochado
Isabel Corda
Rui Paixão

EDIÇÃO:

Rui Paixão

REVISÃO:

Adelaide Brochado
Clara Anacleto
Isabel Corda
Paula Cunca
Rui Paixão

CONTRIBUTOS TÉCNICOS:

Adelaide Brochado
Ana Albuquerque
Ana Saraiva
Aurora Santos
Clara Anacleto
Débora Trindade
Isabel Corda
Leonilde Viegas
Maria José Silva
Mário Gouveia
Paula Cunca
Paulo Batista
Rui Paixão
Vítor Gens

DESIGN GRÁFICO:

Marília Afonso Maranhas

VERSÃO:

1.1

DATA:

2022

GUIA DE FUNDOS

do ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

arquivo **municipal** de lisboa

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	6
GUIA DE FUNDOS	7
ENTIDADE DETENTORA	7
Arquivo Municipal de Lisboa	7
FUNDOS DOCUMENTAIS	17
Alberto de Souza Oliveira	18
Alfredo Cunha	22
Ana Maria Holstein Beck	27
António Passaporte	31
Artur Bourdain de Macedo	35
Artur Pastor	39
Câmara Municipal de Belém	45
Câmara Municipal de Lisboa	50
Casa dos Vinte e Quatro	57
Cassiano Branco	62
Conde de Thomar	68
Convento de São Francisco de Xabregas	72
Eduardo Portugal	76
Ernesto de Sousa	81
Firmino Marques da Costa	85
Francisco Keil do Amaral	89
Helena Corrêa de Barros	95
Igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo	98
Irmandade de São José dos Carpinteiros	101
Jorge Marçal da Silva	106
José Couto Nogueira	111
José Luiz Monteiro	115
José Neves Águas	120
Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém	124
Parque Expo 98, SA	128
Geurbana, SA	134
Raul Ventura	138
Ruy Jervis d'Athouguia	141
Sampaio Teixeira	145
Varvara Heyd	149

NOTA INTRODUTÓRIA

O Arquivo Municipal de Lisboa tem como missão recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade, bem como promover a gestão integrada da informação produzida pela Câmara Municipal de Lisboa. Tratando-se do arquivo da cidade capital de Portugal, constitui um dos maiores e mais antigos arquivos do país, sendo detentor de um vasto acervo documental, desde o século XIII até à actualidade, composto por fundos e coleções de proveniência diversa, contando com documentação de natureza gráfica e textual, cartográfica e arquitetónica, fotográfica e videográfica, de grande importância para o estudo da cidade e do país. Estando enquadrado na Direção Municipal de Cultura e no Departamento de Património Cultural, a Divisão de Arquivo Municipal tem como principal responsabilidade a gestão da documentação do município, sendo que o conjunto documental mais representativo consiste no fundo da Câmara Municipal de Lisboa, onde se integra toda a documentação produzida e preservada por esta entidade, referente ao seu âmbito de competências e de atividades desenvolvidas ao longo da sua história. Além da responsabilidade pelo ingresso da documentação produzida pelos serviços municipais e por entidades relacionadas e integradas na Câmara Municipal de Lisboa, o arquivo possui igualmente uma política de aquisição de conjuntos documentais de proveniência externa, tendo em consideração a sua relevância para o estudo da cidade de Lisboa. Atualmente, o arquivo possui um acervo com cerca de 37500 metros de documentação, encontrando-se instalado em quatro edifícios, localizados em diferentes zonas da cidade. Seguindo uma estratégia orientada à divulgação e comunicação do seu vasto acervo, o Arquivo Municipal de Lisboa considerou essencial desenvolver e disponibilizar instrumentos de descrição documental adequados, iniciando essa tarefa com a edição de um guia de fundos atualizado, na expectativa de que este instrumento se constitua como uma porta de acesso e de partilha da documentação à sua guarda. A metodologia adotada neste projeto obedeceu às normas internacionais de descrição de documentação de arquivo, designadamente, a ISAD (G) e englobou um conjunto de etapas e de procedimentos que permitiram a identificação e caracterização dos fundos documentais que agora se apresentam. Sendo o Arquivo Municipal de Lisboa uma entidade detentora dinâmica e ativa, com ações regulares de ingresso e de aquisição de conjuntos documentais, pretende-se que este guia de fundos seja, também, uma publicação dinâmica e evolutiva, sujeita a alterações e atualizações periódicas, de acordo com a atividade do arquivo. Dando continuidade à estratégia de divulgação, o Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Lisboa será complementado com outros instrumentos, destacando-se um conjunto de inventários, já em preparação.

GUIA DE FUNDOS

O guia de fundos do Arquivo Municipal de Lisboa comprehende os registos descritivos normalizados desta entidade detentora e dos fundos documentais que constituem o seu acervo atual, composto por arquivos de entidades singulares e coletivas.

ENTIDADE DETENTORA

O Arquivo Municipal de Lisboa é a entidade detentora dos fundos documentais descritos no presente guia de fundos.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA



[sensib] [Confirmação do foral dado por D. Afonso Henriques
PT/AMLSB/CM/LSBAH/CHR/005/001/0003]

> Identificador

PT/AMLSB

> Forma(s) autorizada(s) do nome

Arquivo Municipal de Lisboa

> Forma(s) paralela(s) do nome

Lisbon Municipal Archive

> Outra(s) forma(s) do nome

Câmara Municipal de Lisboa. Arquivo Municipal

Câmara Municipal de Lisboa. Direção Municipal de Cultura. Departamento de Património Cultural. Divisão de Arquivo Municipal

Câmara Municipal de Lisboa. Direção Municipal de Cultura. Departamento de Património Cultural. Divisão de Gestão de Arquivos

> **Tipo de entidade detentora**

Arquivo municipal

> **Contacto(s)**

ARQUIVO GERAL E HISTÓRICO

Endereço: rua B, bairro da Liberdade, lote 3 a 6, piso 0, 1070-070 Lisboa

Telefone: +351 218177200

E-mail: arquivomunicipal@cm-lisboa.pt | dmc.dpc.dam@cm-lisboa.pt

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Endereço: rua da Palma, n.º 246, 1100-394 Lisboa

Telefone: +351 218844060

E-mail: arquivomunicipal@cm-lisboa.pt

VIDEOTeca

Endereço: largo do Calvário, n.º 2, 1300-113 Lisboa

Telefone: +351 218170433

E-mail: videoteca@cm-lisboa.pt

INTERNET

Sítio web: <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/arquivo.mun.lisboa/>

Instagram: https://www.instagram.com/arquivo_municipal_lisboa/

Twitter: <https://twitter.com/arquivolisboa>

Youtube (videoteca): <https://www.youtube.com/channel/UCGQAjs2jk5lalj2tyPl9sww/videos>

> **Responsáveis para contacto**

Arquivo Geral e Histórico

Helena Neves: arquivomunicipal@cm-lisboa.pt, dmc.dpc.dam@cm-lisboa.pt

Arquivo Fotográfico

Isabel Corda: arquivomunicipal@cm-lisboa.pt, dmc.dpc.dam@cm-lisboa.pt

Videoteca

Fernando Carrilho: videoteca@cm-lisboa.pt, dmc.dpc.dam@cm-lisboa.pt

> **História da entidade detentora**

O documento mais antigo do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa data de 1214 e consiste na confirmação, por D. Afonso II, do foral outorgado a Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1179, e dos privilégios estabelecidos por D. Sancho I, em 1204. Todavia, foi apenas no século XIV, no reinado de D. Dinis, com a criação do cargo municipal de escrivão do Concelho, que se iniciou o processo de gestão da documentação produzida e recebida pelo município de Lisboa. De facto, o Concelho sentiu, desde muito cedo, necessidade de guardar, para futura utilização, os documentos mais importantes relativos

à cidade e aos seus habitantes, tais como: forais, cartas régias, sentenças, contratos, entre outros. Uma vez que inicialmente a documentação era pouco volumosa, esta encontrava-se guardada numa arca, designada como arca das escrituras, que possuía três chaves, distribuídas por um vereador, pelo escrivão e por um juiz do Cível. No entanto, este procedimento viria a cair em desuso, originando algum desleixo, pelo que em 1433, constatou-se que as escrituras e os privilégios da cidade se encontravam mal guardados, ao ponto de alguns documentos se terem perdido. Assim, tendo em vista uma maior cautela na guarda da documentação e um uso mais correto da arca das escrituras, de forma a preservar a documentação original, optou-se pela trasladação da documentação para um livro na Câmara, que, apesar de preso a uma corrente, estava disponível para consulta. Neste período, estipulou-se, ainda, o registo de saída da documentação, para efeito de controlo. Mais tarde, durante o século XVI, e pela análise do Regimento da Câmara de D. Manuel I, verificou-se que a documentação que estava sob custódia do guarda da Câmara, se encontrava fechada numa arca de duas fechaduras, estando uma chave nas mãos do próprio guarda, enquanto a outra estava na posse do escrivão da Câmara. Remonta a este século a primeira divisão da documentação em códices, segundo critérios de organização temática ou de acordo com a sua proveniência, no caso da documentação régia considerada mais importante, ou da documentação que não era passível de ser enquadrada na organização temática. Desde finais do século XVII até inícios do século XVIII, procedeu-se ainda à cópia sistemática de todos estes códices, de forma a preservar os originais. Durante todo este período, o arquivo parece ter-se mantido permanentemente na Casa de Santo António, junto à Sé, ou seja, no local de funcionamento da Câmara, mesmo quando as reuniões do Conselho se realizaram noutras locais. Mas esta ligação de quatro séculos entre o arquivo e a Casa de Santo António terminou, no seguimento da reunificação do Senado da Câmara, em 1741, após o breve período em que se dividiu em Oriental e Ocidental, levando o arquivo a instalar-se no Rossio, precisamente no local onde até aí tinha estado sediado o Senado Ocidental. Em 1755, após o grande terramoto que atingiu a capital e o incêndio subsequente, a maior parte da documentação foi salva por Leandro da Costa Carvalho, oficial da Secretaria do Senado da Câmara, tendo então sido instalada precariamente numa barraca de madeira, no campo de Santana, e, pouco tempo depois, transitado para o palácio dos Condes de Almada. Em 1774, o arquivo foi instalado no recém-inaugurado edifício dos Paços do Concelho, mas, em 1780, teve que mudar novamente de instalações, bem como toda a Câmara, para a Casa da Índia e para o palácio da Inquisição, em virtude de a rainha D. Maria I ter decidido utilizar os Paços do Concelho como Paço Real. Apenas no final desse século, o arquivo regressou à sala abobadada original do edifício da praça do município, concebido por Eugénio dos Santos. Em 1863, um violento incêndio destruiu quase totalmente o edifício dos Paços do Concelho, no entanto, a sala do arquivo foi a única que permaneceu intacta, precisamente graças à sua estrutura abobadada. Durante as obras de reconstrução, a documentação foi transferida para o edifício das Sete Casas, à Ribeira Velha, onde permaneceu até julho de 1875. Nessa altura, regressou à antiga sala que ocupava nos Paços do Concelho, que se manteve no novo projeto, da autoria do arquiteto Domingos Parente da Silva, graças às condições de segurança que oferecia à documentação. Mas a exiguidade da sala e o rápido aumento do volume de documentação, em resultado da evolução do arquivo administrativo, concebido em 1919, no seguimento do projeto de organização dos serviços municipais, originaram volumosas transferências de documentação para um edifício no bairro do Arco do Cego, na década de 1930, criando, assim, o arquivo do Arco do Cego, enquanto a documentação do arquivo histórico permaneceu no edifício dos Paços do Concelho. Em 1942, nasceu o arquivo fotográfico, em resposta à necessidade de centralização e de conservação de toda a produção fotográfica que se encontrava dispersa pelos vários serviços da Câmara, sendo que, depois de sucessivas mudanças de instalações, foi definitivamente instalado, em 1994, num edifício na rua da Palma, especialmente adaptado para o receber. Em 1985, foi criado o arquivo do Alto da Eira, com o objetivo de reunir toda a documentação mais recente e de maior valor administrativo, espalhada pelos serviços da Câmara, formando assim, o arquivo geral. Em novembro de 1996, um novo incêndio assolou o edifício dos Paços do Concelho e, embora a documentação do arquivo histórico não tenha sido atingida, esta foi imediatamente transferida para um edifício anexo ao do arquivo do Alto da Eira. Em outubro de 2002, motivos de saúde pública determinaram o encerramento

do arquivo do Alto da Eira, obrigando a uma nova mudança de instalações, em agosto de 2004, para o bairro da Liberdade, em Campolide, concentrando a documentação do arquivo intermédio e do arquivo histórico. Em 2011, no seguimento de uma reestruturação orgânica dos serviços municipais, a videoteca municipal, criada em 1991 e instalada no largo do Calvário, foi integrada na esfera de responsabilidades do arquivo, alargando o seu âmbito de competências. Em 2021, as instalações do arquivo do Arco do Cego foram encerradas, tendo a documentação sido transferida para o arquivo do Bairro da Liberdade e para o arquivo do Alto da Eira, entretanto reabilitado no seguimento de obras de melhoria e adaptação das instalações para depósito de apoio. Assim, atualmente, o Arquivo Municipal de Lisboa possui cerca de 125 funcionários e, aproximadamente, 36250 metros lineares de documentação relativa à memória da cidade, em diversos suportes e tipologias documentais (gráfica e textual, cartográfica e arquitetónica, fotográfica e videográfica), encontrando-se instalado em quatro edifícios, localizados em diferentes partes da cidade (bairro da Liberdade, rua da Palma, largo do Calvário e avenida General Roçadas). No âmbito das suas atuais competências e responsabilidades, o arquivo presta serviços técnicos especializados nas áreas de gestão da documentação e da informação, acompanhando o ciclo de vida dos documentos municipais, desde a produção, passando pela organização, a descrição, a avaliação, a conservação e, por fim, a comunicação. No seguimento de inúmeros estudos e projetos desenvolvidos nos últimos anos, prevê-se, em breve, uma nova reorganização de espaços e a relocalização do arquivo para instalações adequadas e definitivas.

> Contexto geográfico e cultural

A história de Lisboa está intimamente ligada com a história de Portugal e o Arquivo Municipal de Lisboa, tratando-se do arquivo da cidade capital de Portugal detém, por isso, um acervo documental de extrema relevância e importância para o estudo e compreensão da cidade e do país. A cidade de Lisboa localiza-se, geograficamente, no centro de Portugal, na zona oeste do país, na costa do oceano Atlântico e na margem norte do rio Tejo. Sendo sucessivamente ocupada por diversos povos ao longo da sua história (fenícios, gregos, romanos, germânicos, muçulmanos), Lisboa reflete, ainda hoje, influências e vestígios dessas presenças, em variados setores da sua sociedade e cultura. Em 1147, a conquista da cidade para o povo lusitano, por D. Afonso Henriques, que anexou Lisboa ao reino de Portugal, determinou o fim do domínio árabe e consolidou a independência portuguesa. Tendo-se tornado capital do reino em 1256, com o rei D. Afonso III, a cidade de Lisboa foi, ao longo dos tempos, palco de eventos e de acontecimentos determinantes para a evolução social e política do país, cujos factos se encontram, em parte, retratados no acervo documental do arquivo. Exemplos desses acontecimentos marcantes para a cidade foram: a peste negra (1348), que dizimou grande parte da população; as crises de sucessão régia (1383-85 e 1580), que puseram em causa a independência de Portugal; o processo de expansão territorial e os descobrimentos portugueses (1415-1578); a Inquisição portuguesa e a perseguição aos judeus (1506-1821); o período de ocupação espanhola e a posterior restauração da independência (1580-1640); o grande terramoto (1755), que arrasou Lisboa, e o posterior projeto de reconstrução urbanística pombalina (1789), que deu origem a uma nova organização arquitetónica da cidade; as invasões francesas e a retirada do rei D. João VI para o Brasil (1807-1811); o liberalismo e a guerra civil entre liberais e absolutistas (1820-1834); o regicídio de D. Carlos I (1908) e a implementação da república (1910), que instaurou um novo sistema político em Portugal; o período político do Estado Novo e a revolução de 25 de Abril (1933-1974), que terminou com o regime autoritário e restabeleceu a democracia; a integração de Portugal na Europa comunitária (1986) e a Expo 98 (1998), que abriram as portas da globalização ao país e transformaram Lisboa numa cidade mais moderna, cosmopolita e multicultural. A leitura e a análise da documentação do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa, relativa a estes e a outros eventos relevantes permitem, assim, uma melhor percepção e compreensão da evolução histórica da cidade e do país.

> Mandatos/Fontes de autoridade

Aviso n.º 16096/2021, de 25 de agosto de 2021 (regulamento do Arquivo Municipal de Lisboa). Diário da República: II série, n.º 165 (2021).

Deliberação n.º 305/AML/2018, de 3 de julho de 2018, art.º 94.º (competências do Arquivo Municipal de Lisboa, na estrutura flexível dos serviços do município de Lisboa).

> Estrutura administrativa

O Arquivo Municipal de Lisboa enquadra-se na Divisão de Arquivo Municipal, serviço que está integrado, organicamente, no Departamento de Património Cultural, da Direção Municipal de Cultura, no Pelouro de Cultura, da Câmara Municipal de Lisboa. Atualmente, o arquivo possui cerca de 125 funcionários, inseridos em grupos de trabalho e serviços técnicos, encontrando-se instalado em quatro edifícios, localizados em diferentes partes da cidade: bairro da Liberdade (arquivo geral e histórico); rua da Palma (arquivo fotográfico); largo do Calvário (videoteca); rua General Roçadas (arquivo de apoio).

> Políticas de gestão e de entrada de documentos

O Arquivo Municipal de Lisboa tem como missão recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade, bem como promover a gestão integrada da informação produzida pela Câmara Municipal de Lisboa. Nesse sentido, enquanto entidade detentora, o arquivo possui um acervo documental constituído por documentação de proveniência interna e externa. A nível interno, o ingresso da documentação produzida, pelos serviços municipais e por entidades relacionadas e integradas na CML, ocorre de acordo com os requisitos definidos, por meio de transferências periódicas e de remessas ocasionais, no seguimento de avaliação de documentação acumulada. A nível externo, o arquivo possui uma política de aquisição de acervos documentais privados, considerados relevantes para o município, pela pertinência do seu conteúdo ou pela importância da respetiva entidade produtora, na sociedade local e nacional. Assim, a aquisição deste tipo de documentação obedece igualmente a um conjunto de critérios e de procedimentos, nomeadamente: a avaliação do interesse da documentação; a análise do seu estado de conservação; a negociação e a proposta de aquisição; a celebração de um contrato ou protocolo de aquisição, de acordo com os critérios previstos.

> Instalação(ões)

O Arquivo Municipal de Lisboa possui cerca de 36250 metros lineares de documentação, encontrando-se instalado em quatro edifícios, localizados em diferentes partes da cidade (bairro da Liberdade, rua da Palma, largo do Calvário e avenida General Roçadas). As instalações do bairro da Liberdade foram inauguradas em 2004, no seguimento de obras de remodelação e de adaptação de um edifício, de forma a albergar o arquivo histórico e o arquivo geral, sobretudo, de documentação de cariz urbanístico. Nestas instalações operam um conjunto alargado de serviços: sala de leitura, biblioteca, gabinete de digitalização, gabinete de restauro, comunicação e design, entre outros. Aqui conservam-se cerca de 20000 metros lineares de documentação, tendo o depósito capacidade para armazenamento total de 24000 metros lineares. Nas instalações da rua da Palma está alojado o arquivo fotográfico, num edifício adaptado especialmente para esse efeito, inaugurado em 1994. Nestas instalações funcionam diversos serviços: sala de leitura, biblioteca especializada em fotografia, sala de exposições, gabinete de digitalização, gabinete de restauro, serviço educativo. O depósito alberga cerca de 1400 metros lineares de documentação, que corresponde igualmente à sua capacidade total de armazenamento. No largo do Calvário está instalada a videoteca, desde 1992, no edifício da Sociedade Promotora de Instrução Popular, antigas cocheiras do palácio real de Alcântara, adaptadas para utilização cultural. Estas instalações disponibilizam os seguintes serviços: sala de visualização de documentação

videográfica, biblioteca especializada, gabinete de digitalização. O edifício acolhe, aproximadamente, 350 metros lineares de documentação, depositada nos vários espaços das instalações. Para além destes edifícios, o Arquivo Municipal de Lisboa mantém ainda as instalações do Alto da Eira, reabilitadas em 2017, após obras de melhoria e adaptação do edifício para depósito de apoio de documentação do arquivo geral e histórico. Aqui conservam-se cerca de 14500 metros lineares de documentação, não sendo disponibilizados serviços aos utilizadores.

> **Acervo arquivístico e outros acervos**

O Arquivo Municipal de Lisboa é um dos maiores e mais antigos arquivos do país, sendo detentor de um acervo documental bastante diversificado, desde o século XIII até à atualidade, constituído por fundos e coleções de documentação de natureza gráfica e textual, cartográfica e arquitetónica, fotográfica e videográfica, de grande importância para o estudo da cidade. Desta forma, a estrutura do quadro de classificação documental, onde se organiza o acervo do arquivo, reflete essa mesma diversidade de conjuntos documentais, de proveniência interna e externa, referentes à memória da cidade. Tratando-se de um serviço municipal, o arquivo tem como principal responsabilidade a gestão da documentação do município, sendo que o conjunto documental mais representativo consiste no fundo da Câmara Municipal de Lisboa, onde se integra toda a documentação produzida e preservada por esta entidade, relativa ao seu âmbito de competências e ao conjunto de atividades desenvolvidas ao longo da sua história. De forma complementar a este fundo, o arquivo detém igualmente documentação associada, como os fundos da Câmara Municipal de Belém e da Junta de Freguesia de Belém, pela sua relação geográfica e administrativa, ou os fundos da Casa dos Vinte e Quatro, do Convento de São Francisco de Xabregas e da Irmandade de São José dos Carpinteiros, relacionados por motivos históricos, sociais e funcionais. Em paralelo, o arquivo possui fundos e coleções de fotografias e de vídeos, provenientes de entidades particulares, que demonstram a evolução da cidade, em todos os seus aspetos e perspetivas, retratando factos e eventos, desde finais do século XIX até à atualidade, como é possível constatar na documentação dos fundos de Artur Pastor, de António Passaporte e de Eduardo Portugal. O arquivo detém, ainda, um conjunto de projetos de arquitetura e de levantamentos topográficos, que revelam a evolução arquitetónica e o crescimento urbanístico da cidade, desde o século XIX e, sobretudo, ao longo do século XX, visível na documentação dos fundos de Cassiano Branco, de Francisco Keil do Amaral e de José Luiz Monteiro, entre outros.

> **Instrumentos de pesquisa, guias e publicações**

Catálogo de documentação régia: documentos de D. Dinis (1279-1325) [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível na WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_dinis.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. Afonso IV (1325-1357) [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_afonsoiv.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. Pedro I (1357-1367) [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível na WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_pedro.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. Fernando (1367-1383) [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_fernando.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. João I e do infante D. Duarte (1384-1433) [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_joao.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. Duarte (1433-1438) [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_duarte.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. Afonso V, do infante D. Pedro e do príncipe D. João [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_afonsov.pdf>.

Catálogo de documentação régia: documentos de D. João II e da rainha D. Leonor [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa [Consult. 2022-09-28]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/doc_regia/d_joaoii.pdf>.

Catálogo de fontes documentais: das invasões francesas à monarquia constitucional [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 2022-09-27]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/revolucao_francesa/inv_francesas.pdf>.

Catálogo do fundo Cassiano Branco [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 2022-09-27]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/cassiano_branco/catalogo_CassianoBranco.pdf>.

Catálogo do fundo Francisco Keil do Amaral [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 2022-09-27]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf>.

Guia de fundos do Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 2022-09-27]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/IDD/AML_guia_de_fundos.pdf>.

Inventário da secção Provimento da Saúde [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 2022-09-27]. Disponível em WWW: <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/inventarios/provimento_saude.pdf>.

Inventário do fundo Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém [Em linha]. Arquivo Municipal de Lisboa. [Consult. 2022-09-27]. Disponível em WWW: <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/inventarios/santa_maria_belem.pdf>.

LISBOA. Arquivo Municipal – *Inventários do arquivo municipal de Lisboa: serviço de instrução municipal (1873-1926)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999.

NEVES, Helena – Inventário do espólio de Cassiano Branco. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 1 (1997), p. 50-83.

PAVÃO, Luís – O espólio de Eduardo Portugal. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 9 (2007), p. 238-251.

> Horário de funcionamento

ARQUIVO GERAL E HISTÓRICO

Atendimento e sala de leitura: segunda a sexta-feira, das 9h30 às 17h00; encerra aos sábados, domingos e feriados.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Atendimento e sala de leitura: segunda a sexta-feira, das 9h30 às 17h00; encerra aos sábados, domingos e feriados. Sala de exposições: segunda a sábado, das 10h00 às 18h00; encerra aos domingos e feriados.

VIDEOTECA

Atendimento e sala de visionamento: segunda a sexta-feira, das 10h00 às 17h00; encerra aos sábados, domingos e feriados.

> Condições e requisitos de acesso e utilização

O acesso às instalações do Arquivo Municipal de Lisboa é livre e gratuito, para todos os cidadãos, bem como o acesso à documentação em formato digital, disponível no sítio web do arquivo, mediante pesquisa. O acesso às salas de leitura, para consulta de documentação, efetua-se através de pedido, de forma presencial ou por agendamento prévio, mediante a apresentação de documento de identificação válido, sendo que a documentação com restrições de acesso e de utilização, por motivos legais, contratuais ou de conservação, está sujeita a acesso condicionado ou proibido.

ARQUIVO GERAL E HISTÓRICO

Consulta por agendamento prévio, mediante pedido:

- > online, no sítio web de atendimento municipal (<https://www.lojalisboa.pt/>)
- > online, por e-mail (arquivomunicipal@cm-lisboa.pt), para documentação histórica

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Consulta sem agendamento, apenas de documentação em formato digital, mediante pedido:

- > online, no sítio web do arquivo (<https://arquivomunicipal.lisboa.pt/arquivo-fotografico>), através de pesquisa
- > presencial, nas instalações do arquivo

VIDEOTECA

Consulta por agendamento prévio, mediante pedido:

- > online, no sítio web do arquivo (<https://arquivomunicipal.lisboa.pt/videoteca>), através de pesquisa e marcação
- > presencial, nas instalações da videoteca

> Acessibilidade

O acesso às instalações do Arquivo Municipal de Lisboa pode ser efetuado através de transportes públicos e privados, de acordo com as suas diversas localizações na cidade.

ARQUIVO GERAL E HISTÓRICO

Autocarro (número): 701, 702, 758, 770

Comboio (estaçao): Campolide, Sete Rios (linhas: Azambuja, Sintra)

Metropolitano (estaçao): Jardim Zoológico (linha: Azul)

Táxis (praça): Campolide, Sete Rios (estações ferroviárias)

Estacionamento: parque gratuito, junto às instalações

Coordenadas GPS: 38°44'8.354"N 9°10'15.186"W

ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Autocarro (número): 208, 708, 734

Comboio (estaçao): Rossio (linha: Sintra)

Elétrico (número): 12E, 28E

Metropolitano (estaçao): Martim Moniz (linha: Verde)

Táxis (praça): praça Martim Moniz

Estacionamento: parque pago, junto às instalações e na praça Martim Moniz

Coordenadas GPS: 38°43'5.6"N 9°8'8.044"W

VIDEOTECA

Autocarro (número): 201, 714, 720, 727, 732, 738, 742, 751, 756, 760

Comboio (estação): Alcântara-Mar, Alcântara-Terra (linhas: Azambuja, Cascais, Sintra)

Elétrico (número): 15E, 18E

Táxis (praça): largo do Calvário

Estacionamento: parque pago, junto às instalações e no Consulado Geral de Angola

Coordenadas GPS: 38°42'16.625"N 9°10'38.171"W

> Serviços de pesquisa

O Arquivo Municipal de Lisboa presta serviços de apoio à investigação, à pesquisa de informação e à consulta da documentação, nomeadamente, através de: equipas técnicas de suporte; bibliotecas de apoio; equipamento tecnológico para leitura de microfilmes, de fotografias e de vídeos; equipamento informático para visualização de registos descritivos e de documentação disponível em formato digital.

> Serviços de reprodução

O Arquivo Municipal de Lisboa disponibiliza serviços de reprodução da documentação, em diversos formatos, mediante o pagamento de taxas associadas, de acordo com as tabelas de preços e de taxas municipais em vigor.

> Serviços técnicos

No âmbito das suas atuais competências e responsabilidades, o Arquivo Municipal de Lisboa presta serviços técnicos especializados, de apoio à gestão da documentação e da informação do município, designadamente: conservação e restauro de documentação de diversas tipologias e suportes documentais; digitalização de documentação e transferência de suporte, numa estratégia de preservação e de divulgação; avaliação, seleção e eliminação de documentação produzida pelos serviços municipais, de acordo com a legislação em vigor; análise e recolha de conjuntos documentais relativos à memória da cidade, de acordo com critérios legais e de relevância do conteúdo; organização de exposições temáticas, com base na documentação de arquivo; organização de visitas guiadas e de serviço educativo, de forma a divulgar o arquivo e o acervo documental, direcionado para todos os públicos; apoio à investigação, com a produção, recolha e revisão de artigos para publicação nos “Cadernos do Arquivo Municipal”, uma revista científica do Arquivo Municipal de Lisboa, com o objetivo de divulgar estudos académicos, projetos de investigação e fontes de pesquisa que tenham por base o seu acervo documental.

> Áreas públicas

O Arquivo Municipal de Lisboa dispõe de áreas e serviços públicos, de utilização livre, nas suas instalações, nomeadamente: atendimento informativo e venda de publicações; acesso a exposições temáticas; organização de visitas guiadas; acesso a máquinas de venda automática; acesso a instalações sanitárias.

> Identificador da descrição

N/A

> **Identificador(es) da entidade**

PT/AMLSB

> **Regras e/ou convenções**

ISDIAH – *Norma Internacional de Descrição de Instituições com acervo arquivístico: Comité de Normas de Descrição*. Paris: Conselho Internacional de Arquivos, 2008.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

> **Estatuto**

Concluído

> **Nível de detalhe**

Máximo

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Fontes**

CAESSA, Ana; MATOS, Francisco – O Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: percurso e estrutura. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 08739870. I série, n.º 3 (1999), p. 110-132.

CATARINO, Irene; VIEGAS, Inês Morais – Arquivo Municipal de Lisboa: caminhar para uma gestão integrada. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 9 (2007), p. 194-205.

GARCIA, José Manuel, coord. – *História de Lisboa: tempos fortes*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2009.

LISBOA. Arquivo Municipal – *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal, 1996.

VIEGAS, Inês Morais – O Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 1 (1997), p. 10-14.

VIEGAS, Inês Morais – O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo: modelos de gestão e organização. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 6 (2002), p. 98-109.

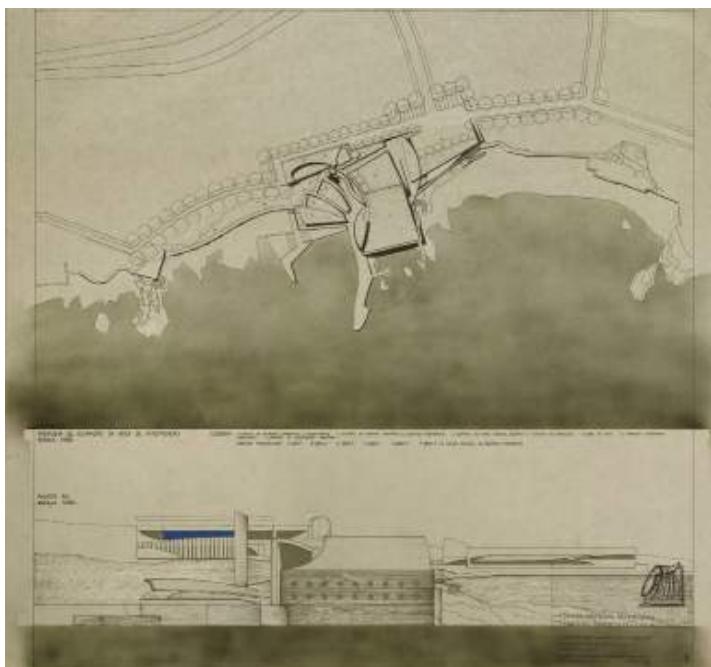
VIEGAS, Inês Morais – O Arquivo Municipal de Lisboa: modelos em prática. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 8 (2005), p. 10-17.

FUNDOS DOCUMENTAIS

A tabela abaixo contém a lista de fundos documentais analisados e descritos no âmbito da elaboração do guia de fundos do Arquivo Municipal de Lisboa. O conjunto documental inclui produtores singulares e coletivos, encontrando-se organizado por ordem alfabética.

Título	Código de referência
Alberto de Souza Oliveira	PT/AMLSB/ASO
Alfredo Cunha	PT/AMLSB/ALF
Ana Maria Holstein Beck	PT/AMLSB/BEK
António Passaporte	PT/AMLSB/PAS
Artur Bourdain de Macedo	PT/AMLSB/BOM
Artur Pastor	PT/AMLSB/ART
Câmara Municipal de Belém	PT/AMLSB/CMBLM
Câmara Municipal de Lisboa	PT/AMLSB/CMLSBAH
Casa dos Vinte e Quatro	PT/AMLSB/CASVQ
Cassiano Branco	PT/AMLSB/CB
Conde de Thomar	PT/AMLSB/CTH
Convento de São Francisco de Xabregas	PT/AMLSB/CSFX
Eduardo Portugal	PT/AMLSB/POR
Ernesto de Sousa	PT/AMLSB/ESO
Firmino Marques da Costa	PT/AMLSB/MAC
Francisco Keil do Amaral	PT/AMLSB/FKL
Helena Corrêa de Barros	PT/AMLSB/HCB
Igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo	PT/AMLSB/ICSCC
Irmadade de São José dos Carpinteiros	PT/AMLSB/ISJC
Jorge Marçal da Silva	PT/AMLSB/JMS
José Couto Nogueira	PT/AMLSB/JCN
José Luiz Monteiro	PT/AMLSB/JLM
José Neves Águas	PT/AMLSB/NEV
Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém	PT/AMLSB/JFSMB
Parque Expo 98, SA	PT/AMLSB/PAE
Geurbana, SA	PT/AMLSB/PAE-GEUR
Raul Ventura	PT/AMLSB/RAV
Ruy Jervis d'Athouguia	PT/AMLSB/RJA
Sampaio Teixeira	PT/AMLSB/SAM
Varvara Heyd	PT/AMLSB/VHE

ALBERTO DE SOUZA OLIVEIRA



Complexo turístico do cais do Carvão
PT/AMLSB/AS0/01/01

> Código de referência

PT/AMLSB/AS0

> Título

Alberto de Souza Oliveira

> Data(s)

1985-2014

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 caixa, 1154 rolos (40 m.l.)

Suporte: Disco óptico; Disco rígido externo; Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Oliveira, Alberto de Souza. 1945-, arquiteto

> História administrativa/biográfica

Carlos Alberto de Souza Oliveira, filho de Jorge Ribeiro de Oliveira e de Maria Isabel Braga de Souza Oliveira, nasceu em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1945. Conhecido como Alberto de Souza Oliveira, estudou

Arquitetura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, onde concluiu a licenciatura em 1969. Tornou-se Master of Architecture pela Louis Kahn's Class de 1973, da Universidade de Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. A sua primeira experiência profissional ocorreu em 1967, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), onde desenvolveu pesquisa sobre programas funcionais para edifícios públicos. Desde a conclusão da licenciatura que trabalha como profissional liberal. Nos anos de 1971-1972, esteve ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa, colaborando na elaboração do plano diretor municipal. Pelo período de um ano, entre 1972-1973, trabalhou, enquanto arquiteto, no atelier de Louis Khan, em Filadélfia. De regresso a Portugal, de 1975 a 1980, fez parte da equipa do Setor de Planos Habitacionais, do Ministério da Habitação e Obras Públicas, onde foi coordenador de projeto no Fundo de Fomento à Habitação. Integra o corpo docente da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Técnica de Lisboa, desde 1985, e foi professor associado na Universidade Lusíada, de Lisboa, entre 1997 e 2015. Destacou-se como autor de diversos projetos, nomeadamente, a remodelação e ampliação do mercado de Campo de Ourique (1980), o aquário do Funchal (1990), a residência universitária do campus de Campolide (1996), o Museu dos Coches (1996), a Faculdade de Direito do campus de Campolide (1998), o pavilhão da Portugal Telecom, na Expo 98 (1998), o campus universitário do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (1998), a sede do jornal Expresso (1999-2000), a casa do Cabo da Roca (2000-2002), o conjunto habitacional à beira rio (2002), a feira da Guarda (2003-2004), a Biblioteca e Arquivo Municipal de Lisboa (2004), o conjunto habitacional de Bucelas (2004), a quinta dos Olhos d'Água (2004), a casa evolutiva (2005), a herdade do Panasco (2005), o plano de pormenor do Alto de Campolide (2005), as casas de São Tomé e Príncipe (2006), a Escola Superior de Gestão, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (2007), as casas de Matosinhos (2007-2009), as casas do Soyo Village (2007-2009), o Teatro do Bairro (2008), a casa pátio de Luanda (2010), a Lisbon Stone Block (2011), as casas da urbanização Vila Utopia (2011), a Biblioteca e Arquivo Municipal de Grândola (2012), a casa de Palmares (2012), a reabilitação do Campo das Cebolas (2012), a casa SW (2013), a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (2015), a museografia em Serpa (2015-2016) e a reabilitação do Cineteatro Capitólio (2016). Tem efetuado publicações como "Os projectos são oportunidades de investigar ideias" e "Lisbon Stone Block + Teatro do Bairro". É membro da Ordem dos Arquitetos Portugueses e detentor de várias distinções: Prémio Thyssen (1996), 1.º classificado no Concurso Prémio Municipal de Arquitetura, das Caldas da Rainha (2005), 1.º classificado do Concurso de Ideias (2008) e Prémio Valmor (2016). Da sua autoria, contam-se ainda planos de urbanismo e de mobiliário.

> História custodial e arquivística

A documentação foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, por Alberto de Souza Oliveira, autor e proprietário dos projetos, de forma faseada, entre 2015 e 2018. Atualmente, encontra-se à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que a detém, em regime jurídico de usufruto e de propriedade.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1985 e 2014, no âmbito da atividade exercida pelo gabinete de arquitetura de Alberto de Souza Oliveira. Inclui peças desenhadas, plantas, projetos, memórias descriptivas e correspondência.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, sem comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em bom estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Guia de remessa

> Existência e localização de cópias

N/A

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/003/00120

Título: Guia de remessa n.º 6/2015

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/001759

Título: [Contrato de doação: fundo Alberto de Souza Oliveira]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Souza Oliveira – Arquitectura e Urbanismo, Lda.

Internet: <http://arquivo.pt/wayback/2016060210504/http://www.souzaoliveira.pt/>

> Fontes e bibliografia

Alberto de Souza Oliveira [Em linha]. [Consult. 2017-11-22]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivo.pt/wayback/2016060210504/http://www.souzaoliveira.pt/>>.

OLIVEIRA, Alberto de Souza – *Os projetos são oportunidades de investigar ideias*. Lisboa: Uzina Books, 2017. ISBN 978-989-8456-96-0.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

ALFREDO CUNHA



Salgueiro Maia

PT/AMLSB/ALF/01/000046

> Código de referência

PT/AMLSB/ALF

> Título

Alfredo Cunha

> Data(s)

1970-2005

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 19 caixas (7,44 m.l.)

Suporte: Ficheiro digital; Prova cromogénea baritada; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Cunha, Alfredo. 1953-, fotógrafo

> História administrativa/biográfica

Alfredo de Almeida Coelho da Cunha nasceu em 8 de outubro de 1953, em Celorico da Beira, filho e neto de fotógrafos dessa cidade e da Guarda, com quem teve o primeiro contacto com a arte fotográfica. Aos sete anos, trabalhou com o pai, ainda de modo comercial, a imprimir fotos “tipo passe” e, passados alguns anos, fazia reportagens de casamentos e trabalho de laboratório. Iniciou a sua vida profissional na agência de publicidade Praxis, em 1970, e, um ano depois, colaborou com o jornal Notícias da Amadora, passando aos quadros dos periódicos O Século e Século Ilustrado, em 1972. Dois anos antes da Revolução dos Cravos, expôs na livraria Opinião e publicou o livro “Raízes da nossa força”, com textos de Maria Helena Augusto das Neves Gorjão (1945-), sobre crianças dos bairros de lata da região de Lisboa, apreendido pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), por conter “incitamento ao levantamento das populações” (NEVES, 2017). O autor havia já publicado fotografias sobre o bairro da Falagueira, no Notícias da Amadora. Em 1974, publicou a obra “Vidas alheias”, reeditado no ano seguinte. A sua primeira grande reportagem foi sobre o 25 de Abril de 1974, que deu origem à exposição “Portugal livre”, no Palácio Foz, em Lisboa, e na galeria do Casino Estoril. No ano seguinte, fez uma reportagem sobre a descolonização nos países africanos, que se encontravam em processo de independência, e realizou uma exposição na Associação Portuguesa de Arte Fotográfica. Em 1977, publicou o livro “Disparos”, com poemas de Manuel Alegre. Em 1977, entrou para os quadros da Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP) e, em 1982, transitou para os quadros da Notícias de Portugal (NP). O contacto com os países recém-emancipados deu origem a uma outra exposição, designada “Da descolonização à cooperação” (1983), que realizou em colaboração com Luís Vasconcelos, itinerante em vários países africanos. Alfredo Cunha registou o contexto político e social do processo democrático de Portugal, tendo sido designado fotógrafo oficial do Presidente da República António Ramalho Eanes, entre 1976 e 1978, publicou o livro “Sá Carneiro”, em 1981, e foi, novamente, indigitado para fotógrafo oficial da presidência, nos dois mandatos de Mário Soares, de 1985 a 1996. Da colaboração com Mário Soares, resultaram várias obras de autoria singular ou em coautoria, com o Chefe de Estado ou com Luís Vasconcelos. Em 1987, entrou para os quadros da agência Lusa, expôs na galeria 111, em Lisboa, e, no ano seguinte publicou a obra “Jardins de Lisboa: retrato de Lisboa”, em coautoria com Luís de Vasconcelos e Jorge Lima Barreto. Colaborou na fundação do jornal Público, em 1989, onde foi criada, pela primeira vez em Portugal, uma editora de fotografia, que aplicou um conceito lógico, em conformidade com a linha editorial do jornal. Participou na exposição coletiva “Dois anos de fotografia do jornal Público”, colaborou na obra “Grandes museus de Portugal”, em 1992, e, dois anos depois, publicou, com Eduardo Gageiro e José Antunes, o livro “Lisboa, 25 de Abril de 1974 - Breve roteiro fotográfico”. Publicou igualmente o livro “O melhor café”, com textos de Pedro Rosa Mendes, em 1996, ano em que expôs na galeria Imagolucis (Porto), na Bienal Fotográfica (Leiria) e na Casa dos Crivos (Braga). Após a integração do jornal Público no grupo Edipresse (1997), foi editor fotográfico e, em 1999, desempenhou as mesmas funções no jornal O Comércio do Porto. Em paralelo, no ano de 1997, publicou o livro “Porto de mar”, com Agustina Bessa Luís, Rita Siza e Mário Soares, e expôs na galeria Nave (Matosinhos). Um ano depois, publicou o livro “Norte” e expôs na cadeia da Relação do Porto, nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa, na Universidade do Minho e na galeria FNAC (Lisboa). Em 1999, publicou o livro “O dia 25 de Abril de 1974”, em coautoria com Adelino Gomes, com imagens que foram expostas nesse ano e, em 2004, no edifício da antiga cadeia da Relação do Porto. Continuou a realizar exposições, em 1999, no Museu da Imagem (Braga) e

nas galerias FNAC (Lisboa e Porto). Foi fotógrafo da revista Focus e participou nos Encontros da Imagem, em 2000 e 2001, foi fotógrafo do projeto NetParque, do Parque das Nações, expôs na Fundação Mário Soares, no Município de Odivelas, na Escola Superior de Educação do Porto, na Mostra da Fotografia Portuguesa (Galiza), na galeria Imagolucis (Porto). Em 2001, publicou o livro “A cidade das pontes”, com David Pontes. Colaborou com Ana Sousa Dias e a RTP2, no programa “Por outro lado”, em 2002, ano em que participou na Exposição Coletiva de Fotografia Portuguesa (Galiza) e publicou a obra “Cuidado com as crianças”. Retomou, nesse ano, as funções de editor fotográfico, desta vez no Jornal de Notícias, e de diretor de fotografia na agência Global Imagens. Publicou a obra “O homem na catedral”, em 2003, em coautoria com Eduardo Melo Peixoto. Em 2010, expôs no Arquivo Municipal de Lisboa e no Paço Episcopal de Faro e, passados dois anos, publicou “A cortina dos dias”. Posteriormente, em 2014, o livro “Os rapazes dos tanques, com texto de Adelino Gomes, saiu do prelo, e outras três obras do autor foram publicadas, de seguida, com um intervalo anual: “Toda a esperança do mundo” (2015), “Felicidade” (2016), “Fátima: enquanto houver portugueses” (2017). A maior exposição retrospectiva da sua carreira foi realizada na Galeria Municipal da Cordoaria Nacional de Lisboa, em 2017, e, no ano seguinte, apresentou, no Museu da Imagem de Braga, a retrospectiva de duas décadas de acompanhamento da Semana Santa nessa cidade. Foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem de Infante D. Henrique, atribuída em 13 de fevereiro de 1996. Foi profusamente homenageado e distinguido, nomeadamente, com os prémios Pereira da Rosa e Benoliel para o melhor fotógrafo de imprensa, em 1973, vários prémios Fuji e Visão, menções honrosas do Euro Press Photo 1994 e do Prémio Fotojornalismo Visão/BES 2007 e 2008, entre outros.

> História custodial e arquivística

A documentação foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, por Alfredo Cunha, de forma faseada, em diferentes períodos cronológicos. Em 1997, doou 203 provas a preto-e-branco, com formatos variáveis. Em 1999, cedeu 14 imagens a preto-e-branco. Em 2010, entregou 3500 imagens digitais e 200 provas de trabalho e de autor. Em 2013, doou 2000 imagens.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1970 e 2005, apresentando uma retrospectiva do trabalho desenvolvido pelo fotógrafo Alfredo Cunha. De acordo com uma classificação atribuída pelo autor, as reportagens fotográficas mostram acontecimentos vivenciados em Portugal e no estrangeiro (Iraque, Moçambique e Timor). Em Portugal, salienta-se a festa de São Bartolomeu do Mar e alguns acontecimentos vivenciados em Lisboa, no Porto e noutras regiões do continente e ilhas. A temática de referência do autor é a revolução de 25 de Abril de 1974 e o período do PREC (Processo Revolucionário em Curso). Destacam-se, ainda, fotografias que documentam a participação do autor em inúmeros concursos, exposições de caráter individual e coletivo.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

N/A

> Sistema de organização

Organização: Temática
Ordenação: Geográfica; Numérica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução proibida: direitos reservados sujeitos a autorização da entidade proprietária e/ou detentora.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em bom estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de leitor de ficheiros digitais, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

N/A

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

N/A

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Centro Português de Fotografia: Alfredo Almeida Coelho Cunha

Internet: <http://digidarq.cpf.arquivos.pt/details?id=39141>

Título: Presidência da República: chancelaria: cidadãos nacionais agraciados com ordens portuguesas

Internet: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1>

Título: Rádio e Televisão de Portugal: exposição de fotografia “Portugal livre”

Internet: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/exposicao-de-fotografia-portugal-livre/#sthash.r9ElJp8W.dpbs>

> Fontes e bibliografia

Alfredo Cunha [Em linha]. [Consult. 2018-05-18]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivo.pt/wayback/20150410174747/http://alfredocunha.no.sapo.pt/>>.

FERREIRA, José Albano – *Alfredo Almeida Coelho da Cunha: Comendador da Ordem do Infante D. Henrique* [Em linha]. Guarda: Nova Guarda, 2011. [Consult. 2018-05-18]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivo.pt/wayback/20110522141747/http://www.novaguarda.pt/noticia.asp?idEdicao=781&id=31642&idSeccao=13797&Action=noticia>>.

GONÇALVES, Orlando – *O agir jornalístico face à censura: o caso do Notícias da Amadora*. Lisboa: ISCTE, 2012. 2.º vol. Tese de doutoramento.

NEVES, Helena – Mulheres de Abril: Testemunho de Helena Neves. *Esquerda.net* [Em linha]. Lisboa: Bloco de Esquerda, 2017. Disponível em WWW: <URL: <https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-helena-neves/48147>>. Referência à apreensão da obra “Raizes da nossa força”, com textos de Maria Helena Augusto das Neves Gorjão.

> **Nota de publicação**

CUNHA, Alfredo; BARRETO, A. – *Naquele tempo: fotografias, 1970-1995*. Lisboa: Contexto, 1995. ISBN 972-575-196-5.

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

ANA MARIA HOLSTEIN BECK



Exílio em Inglaterra
PT/AMLSB/BEK/001

> Código de referência

PT/AMLSB/BEK

> Título

Ana Maria Holstein Beck

> Data(s)

1912-1973

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 17 álbuns (8,07 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose; Prova em papel de revelação baritado; Prova em papel direto de colódio ou gelatina

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Beck, Ana Maria de Sousa e Holstein. 1902-1966

> História administrativa/biográfica

Ana Maria Holstein Beck nasceu em Lisboa, a 16 de novembro de 1902, filha de Helena Maria Domingas

de Sousa e Holstein (3.^a marquesa do Faial e 4.^a duquesa de Palmela) e de Luís Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara. Casou com Joaquim Tomás Carlos Bernardo Baltazar Manoel (2.^º conde de Valbom), em 5 de fevereiro de 1924, tendo nascido, deste casamento, dois filhos: Helena Maria de Sousa e Holstein Manoel e Diogo de Sousa e Holstein Manoel (14.^º conde de Atalaia). O seu marido morreu a 13 de dezembro de 1935, tendo casado, novamente, em 25 de abril de 1938, com António Cardoso Teixeira, não tendo filhos deste casamento. Em 1 de janeiro de 1954, o seu filho Diogo casou com Maria Manuela de Albuquerque d'Orey e, deste casamento, nasceram dez filhos. Holstein Beck dedicou grande parte da sua vida à família e ao voluntariado, colaborando com instituições de apoio social, em conjugação com as suas viagens. A sua produção fotográfica foi, sobretudo, dedicada à fotografia de família, desde 1912 até aos últimos anos de vida, com perspetivas únicas e um olhar feminino dos encontros privados da sua família e amigos, revelando gestos, ações, formas de estar e de relacionar. Possuía, também, interesse pelo registo de viagens e de eventos vivenciados, constituindo uma coleção fotográfica de interesse público, reunindo mais de 6000 imagens, em álbuns devidamente legendados, que contêm a identificação das pessoas fotografadas, dos locais e das datas. Ana Maria Holstein Beck morreu em Lisboa, a 9 de junho de 1966.

> História custodial e arquivística

A documentação manteve-se na posse da família de Ana Maria Holstein Beck, até ser doada à Câmara Municipal de Lisboa, cuja entrega ocorreu de forma faseada, em diferentes períodos cronológicos. Em 3 de junho de 2004, foram entregues onze álbuns fotográficos ao Arquivo Municipal de Lisboa, por Maria Manuela de Albuquerque d'Orey Manoel, representante dos herdeiros. Em 2013, foram entregues cinco álbuns e, em 2017, foi entregue uma prova fotográfica.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1912 e 1973, composta por fotografias da família de Ana Maria Holstein Beck, que retratam a vivência social e familiar, ao longo da sua vida, incluindo a sua estadia em Inglaterra (entre 1910 e 1918), o período em que acompanhou o exílio da família real, as suas vivências em Portugal, nas diversas casas e quintas pertencentes à família, os encontros entre família e amigos, bem como as suas viagens pela Europa. Inclui ainda álbuns fotográficos coligidos por Diogo de Sousa e Holstein Manoel (1930-1984), filho de Ana Maria Holstein Beck.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

N/A

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Numérica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Inglês; Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

N/A

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001563

Título: [Protocolo de doação: fundo Ana Maria Holstein Beck]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001594

Título: [Declaração de doação: fundo Ana Maria Holstein Beck]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001706

Título: [Contrato de doação: fundo Ana Maria Holstein Beck]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/ODAS/002/146

Título: Álbuns de Família

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/009/000667

Título: Holstein Beck - O estudo da coleção

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/009/000668

Título: Holstein Beck - O tratamento da coleção

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

N/A

> Fontes e bibliografia

Ana Maria Holstein Beck [Em linha]. Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas. [Consult. 2018-04-24]. Disponível em WWW: <URL: <https://debategraph.org/Details.aspx?nid=400652>>.

> Nota de publicação

Catálogo digital de exposição Holstein Beck [Em linha]. Lisboa: Arquivo Municipal, 2014. [Consult. 2018-04-24]. Disponível em WWW: <URL: https://arquivo.pt/wayback/20150412020710mp_/http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Eventos/Beck/catalogo_digi.pdf>.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

ANTÓNIO PASSAPORTE



Panorâmica sobre a Praça do Comércio e o cais das Colunas
PT/AMLSB/PAS/002753

> Código de referência

PT/AMLSB/PAS

> Título

António Passaporte

> Data(s)

1940-1960

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 264 caixas (53.04 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Passaporte, António. 1901-1983, fotógrafo

> História administrativa/biográfica

António Pedro Carreta Passaporte nasceu em Évora, a 24 de fevereiro de 1901, filho de José Pedro Braga Passaporte, fotógrafo da Casa Real, e de Helena Maria Carreta. Por influência do pai, começou muito cedo a interessar-se pela fotografia. Aos dez anos, foi com a família para Angola, devido à tensão social e política que existia, na época, em Portugal. Regressou a Évora aos dezasseis anos, continuando os estudos em Lisboa, na escola Ferreira Borges. Nesta cidade, aproveitou o contacto com pessoas ligadas ao mundo do espetáculo, para participar em algumas peças de teatro e no cinema. Mas o seu

verdadeiro interesse era a fotografia. Considerado irreverente, impetuoso e irrequieto, sempre pronto para novas experiências, António Passaporte foi para Madrid, em 1923, iniciando a carreira de fotógrafo, nos Laboratórios Cinematográficos da Madrid-Films. Em 1927, casou com Gregória Blanco, irmã do seu patrão, nascendo, no mesmo ano, o seu filho Rodolfo. Posteriormente, trabalhou na empresa francesa Charles Alberty, como vendedor de papéis fotográficos, onde aprendeu as novas técnicas de fotografia. Viajou em trabalho por muitos locais, Espanha e Argentina, principalmente, aproveitando para fotografar paisagens, edifícios e monumentos. Muitas destas fotografias foram adquiridas pelo Ministro da Cultura e Turismo espanhol, o general Primo de Rivera, que decidiu publicá-las, na forma de postais ilustrados, para propaganda turística do país. O fotógrafo assinava, então, os seus trabalhos, com o pseudónimo Loty. Como consequência da guerra civil espanhola (1936-1939), a firma onde trabalhava encerrou, ficando desempregado. Esta situação aproximou-o dos ideais comunistas, alistando-se nas brigadas internacionais, como repórter fotográfico, integrando o 5.º regimento das tropas comandadas pelo oficial Lister. Ficou conhecido como o “pequeno moreno” mas, por questões de saúde, deixou de integrar missões de caráter militar, ficando com funções de repórter fotográfico, no serviço de transmissões do Exército Popular Espanhol. Com o fim da Guerra Civil, regressou a Lisboa. Sempre dedicado à fotografia, retratou a Exposição do Mundo Português, em 1940, cujas fotografias foram editadas em postais ilustrados, fazendo um enorme sucesso. António Passaporte era considerado um profissional rigoroso e exigente, que executava, ele próprio, a maioria do trabalho do processo fotográfico, ao invés de delegar determinadas tarefas. Na década de 1940, efetuou um levantamento fotográfico do país, utilizando tecnologias de vanguarda, criou um sistema com tripé, para colocar no tejadilho dos veículos, de forma a poder captar planos que providenciassem melhores fotografias. Dividia o tempo entre as viagens por vários locais, geralmente realizadas ao fim de semana, na companhia do filho Rodolfo, e a execução, no laboratório, das imagens captadas. A sua última reportagem fotográfica foi relativa à cidade da Covilhã, em 1961, passando, de seguida, para a fotografia de palácios nacionais. A partir de 1965, deixou de exercer a atividade fotográfica, porventura, devido à concorrência, cada vez mais intensa, que se fazia sentir no setor, bem como pela suposta dificuldade em acompanhar a evolução tecnológica, apesar de ter mudado a técnica de produção dos seus postais, para a impressão a cores, tendo encerrado a sua empresa Fototécnica Loty. Nos últimos anos de vida, António Passaporte escreveu as suas memórias, sobre a guerra civil espanhola, falecendo a 18 de fevereiro de 1983.

> História custodial e arquivística

A documentação foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, a António Passaporte, de forma faseada, em diferentes períodos cronológicos. Em 1945, o primeiro conjunto documental foi entregue por António Passaporte. Em 1997 e 1998, foi adquirida documentação a Rodolfo Passaporte e, em 1999, a Helena Passaporte.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra; Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1940 e 1960, por António Passaporte, composta por imagens que representam monumentos de diversas localidades do país, jardins, edifícios, vistas panorâmicas, efemérides, retratos. Destaca-se, ainda, uma coleção de fardamentos, representativos de várias profissões exercidas na Câmara Municipal de Lisboa.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Numérica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Inventário

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/RPCI/002/001755

Título: [Proposta de compra: fundo António Passaporte]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/RPCI/002/001756

Título: [Proposta de compra: fundo António Passaporte]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Arquivo Histórico Municipal de Cascais

Internet: [https://arquivodigital.cascais.pt/xargweb/\[S\[cozon555vckxcwqrpkarxf45\]\]/Result.aspx?id=20649&type=PCD](https://arquivodigital.cascais.pt/xargweb/[S[cozon555vckxcwqrpkarxf45]]/Result.aspx?id=20649&type=PCD)

Título: Arquivo Fotográfico Municipal de Évora

Internet: <http://www2.cm-evora.pt/arquivofotografico/coleccoes.htm>

Título: Arquivo Municipal de Mafra

Internet: <http://arquivo.cm-mafra.pt/details?id=2050>

Título: Arquivo Nacional Torre do Tombo

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1202753>

Título: Centro Português de Fotografia

Internet: <http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1206231>

> Fontes e bibliografia

A família Passaporte e os primórdios da fotografia em Évora [Em linha]. [Consult. 2018-05-3]. Disponível em WWW: <URL: <http://www2.cm-evora.pt/arquivofotografico/Estudos/A%20FAM%C3%8DLIA%20PASSAPORTE.pdf>>.

CASCAIS. Câmara Municipal - *Coleção António Passaporte* [Em linha]. [Consult. 2016-05-22]. Disponível em WWW: <URL: <https://goo.gl/ysAiJB>>.

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA - *António Passaporte* [Em linha]. [Consult. 2016-11-16]. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=1206231>>.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Fotográfico - *António Passaporte: postais de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, D. L. 1998. ISBN 972-8517-01-7.

PORUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo - *António Passaporte* [Em linha]. [Consult. 2016-05-22]. Disponível em WWW: <URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1202753>>.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

ARTUR BOURDAIN DE MACEDO



[João Villaret e Francisco Igrejas Caeiro, atores]
PT/AMLSB/BOM/002140

> Código de referência

PT/AMLSB/BOM

> Título

Artur Bourdain de Macedo

> Data(s)

[1930]-[1980]

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 37 caixas (13,95 m.l.)

Suporte: Diapositivo de rede a cor em vidro; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova em papel de revelação baritado; Prova instantânea monocromática, processo de difusão

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Macedo, Artur Bourdain de. 1917-1997, fotógrafo

> História administrativa/biográfica

Artur Bourdain de Macedo nasceu em Lisboa, a 10 de abril de 1917, sendo filho de Artur Costa Macedo (1894-1966), conhecido diretor de fotografia e realizador de cinema, com quem trabalhou, como assistente e operador de imagem, e aprendeu a dominar a técnica fotográfica. Casou com Ivone España, tendo uma filha, Maria Isabel Demétrio Bourdain de Macedo, e o seu neto, Pedro Capelas, tornou-se

também fotógrafo. Bourdain de Macedo viveu em Lisboa, Bucelas e no Rio de Janeiro, dedicando-se à fotografia de cena (teatro e cinema) e à fotografia de eventos (jantares comemorativos, visitas oficiais, casamentos e outros encontros sociais), entre as décadas de 1930 e 1980. Foi fotógrafo de cena de cerca de vinte filmes, tais como, "A noiva do Brasil" (1945), "Serra brava" (1948), "Frei Luís de Sousa" (1950) e "Perdeu-se um marido" (1956), "O recado" (1971), entre outros. Desempenhou, igualmente, funções de produção, nos filmes "Sem sombra de pecado" (1983) e "O crime de Simão Bolandas". Para além do cinema, fez também fotografia de cena da opereta "As três valsas" (1951), de Vasco Morgado, bem como de inúmeras peças de teatro, como, "Ó Rosa arredonda a saia" (1952), "O homem que veio para jantar" (1952), "Meu amor é traiçoeiro" (1962), "Blackout" (1969) e outras. Artur Bourdain de Macedo faleceu em Bucelas, a 14 de novembro de 1997.

> História custodial e arquivística

A documentação foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, a Carlos Rocha Peixoto, em 1996.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre as décadas de 1930 e 1980, por Artur Bourdain de Macedo, composta por fotografias de cena, do mundo do espetáculo, contendo cenas de teatro e cinema, imagens de ensaios, de bastidores, de camarins e de todo o ambiente vivido pela equipa técnica, bem como retratos de atores e cantores. Inclui ainda fotografias de eventos (jantares comemorativos, visitas oficiais, casamentos e outros encontros familiares e sociais), vistas de Lisboa, unidades industriais, produtos e paisagem.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Listagem de conteúdos

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001565

Título: [Declaração de receção provisória: fundo Artur Bourdain de Macedo]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Cinemateca Portuguesa

Internet: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital.aspx>

Título: Direção-Geral do Património Cultural

Internet: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Apresentacao.aspx>

Título: Museu Nacional do Teatro e da Dança

Internet: <http://www.museudoteatrodanca.gov.pt/pt-PT/coleccoes/Fotografias/ContentDetail.aspx?id=91>

> Fontes e bibliografia

Artur Bourdain de Macedo [Em linha]. CinePT [Consult. 2018-05-04]. Disponível em: WWW: <URL: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143706492/Artur+Bourdain+de+Macedo>>.

Bourdain de Macedo [Em linha]. Internet Movie Database [Consult. 2018-05-18]. Disponível em WWW: <URL: https://www.imdb.com/name/nm0209995/?ref_=nm_bio_bio_nm>.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos*: Comissão Técnica 7. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

ARTUR PASTOR



Panorâmica sobre a Zona da Bica. À esquerda a igreja das Chagas de Cristo e, à direita, as torres da igreja de São Paulo
PT/AMLSB/ART/000026

> Código de referência

PT/AMLSB/ART

> Título

Artur Pastor

> Data(s)

[194-]-1999

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 316 caixas (69,76 m.l.)

Suporte: Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Prova cromogénea plastificada; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Pastor, Artur. 1922-1999, engenheiro e fotógrafo

> História administrativa/biográfica

Artur Arsénio Bento Pastor nasceu em 1 de maio 1922, na freguesia de Alter do Chão, distrito de Portalegre mas, aos 3 anos, foi para Évora viver com os padrinhos. Após frequentar o ensino primário, ingressou na Escola de Regentes Agrícolas de Évora e, em 10 de fevereiro de 1942, recebeu o diploma do 7.º ano do curso de regentes agrícolas. Nesse ano, prestou juramento no Distrito de Recrutamento e Mobilização 16, em Évora. Ingressou no Curso de Sargentos Milicianos de Infantaria e, em 23 de agosto de 1943, foi incorporado no Centro de Instrução de Infantaria, no quartel da Atalaia, em Tavira, sendo promovido a 1.º cabo miliciano, em 24 de dezembro desse ano, e transferido para o Regimento de Infantaria 16, em Évora. Quando terminou o serviço militar obrigatório, em 1945, foi promovido a furriel miliciano e, em 1959, a 2.º sargento miliciano, tendo recebido baixa do serviço militar, em 1968. Por não ter terminado o curso de regente agrícola, devido ao serviço militar, em 1948, foi prestar tirocínio na Brigada Técnica, da XII Região Agrária, em Évora. Em 1949, candidatou-se a regente agrícola de 3.ª classe mas, por não ter ainda terminado o curso, foi admitido como regente agrícola tirocinante, no Serviço de Fomento e Inspeção Técnica da Batata-Semente, sendo colocado, em 18 de setembro de 1950, no Posto Experimental de Montalegre, para inspeção da batata-semente. Concluiu o curso de regente agrícola em 8 de outubro de 1951 e, em fevereiro de 1953, foi transferido para a Direção de Serviços Fitopatológicos, em Lisboa, onde passou a desempenhar funções de regente agrícola fotógrafo. Quando foi promovido para regente agrícola de 3.ª classe, em 1955, foi transferido para a Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, também em Lisboa. Foi promovido a regente agrícola de 2.ª classe, em 1959, nomeado engenheiro técnico agrário de 1.ª classe, em 1978 e, por provimento, a engenheiro técnico agrário principal, em 1980. Aposentou-se em agosto de 1983. Num dos seus destacamentos de trabalho a Braga, conheceu Maria Rosalina da Costa, com quem casou em 15 de setembro de 1954, na igreja de Nossa Senhora do Sameiro, naquela cidade, tendo, como seus descendentes, José Eduardo Clemente Pastor, Luís Manuel da Costa Pastor e Artur Manuel da Costa Pastor. Em 1953, fundou o Arquivo Fotográfico da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, do Ministério da Economia, onde arquivou, em fichas técnicas, o registo fotográfico das atividades de diversas dependências da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, das visitas oficiais e de reuniões de trabalho. Organizou e foi júri de concursos de fotografia, no âmbito profissional, colaborou e foi autor em projetos editoriais da mesma entidade. Na sequência de uma proposta de trabalho, para o projeto de uma publicação sobre a vida rural, fez a recolha de 3228 negativos, entre 1959 e 1961. Foi autor do caderno “A fotografia e a agricultura”, publicado pela Direção-Geral de Extensão Rural, do Ministério da Agricultura e Pescas, em 1979. Organizou e lecionou, em 1980, o Curso de Iniciação à Fotografia Agrícola, no Centro de Formação e Extensão Rural, nas Caldas da Rainha, promovido pela Direção de Serviços de Documentação e Divulgação Agrária. Em 14 outubro de 1948, o Presidente da República, Américo Tomás, conferiu-lhe o grau de oficial da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, sendo-lhe concedidas as honras e o direito ao uso das insígnias que lhe correspondiam. A primeira exposição da sua autoria decorreu em janeiro de 1946, no Círculo Cultural do Algarve, em Faro, com o título “Motivos do Sul”, itinerante para a Sociedade Harmonia Eborense, entre 2 e 9 de junho de 1946. Entre 1946 e 1948, participou em vários salões de fotografia internacionais: VII Salão Internacional de Arte Fotográfica, sob alto patrocínio de S. Ex.º o Sr. Presidente da República, em Portugal; XIII Salão Internacional de Fotografia, em Madrid; VI e VII Salão Internacional de Arte Fotográfica, em Barcelona, representando o Grémio Português de Fotografia; XXIII Salão Internacional de Fotografia, em Zaragoza; Salão de Arte Fotográfica de Copenhaga, na Dinamarca; Salão Internacional de Arte Fotográfica de São Paulo; Salão Internacional de Arte Fotográfica do Rio de Janeiro; Salão Internacional de Arte Fotográfica de Leicester, em Inglaterra; Salão Internacional de Arte Fotográfica de Charleroi, na Bélgica; Salão Internacional de Arte Fotográfica do Luxemburgo. Participou igualmente em diversos concursos e salões de fotografia nacionais, entre 1952 e 1983: II e III Salão de Fotografia, em Barcelos; VII Exposição “A imagem da flor”, em Lisboa; I Salão de Arte Fotográfica, promovido pela Mesa da Confraria do Bom Jesus, em Braga, representando o Posto Experimental de Montalegre; II Exposição Fotográfica Inter-sócios do Foto Clube 6x6, em Lisboa; I Concurso Fotográfico de Motivos Algarvios, organizado pela Comissão de Turismo e

Propaganda da Casa do Algarve; VI Salão de Arte Fotográfica do Grupo Desportivo da CUF, no Barreiro; I Salão Internacional de Arte Fotográfica, em Évora; concurso fotográfico “Moinhos de Portugal”, inserido na campanha de valorização turística dos moinhos de Portugal; I Concurso Nacional de Fotografia CIDLA, promovido pela empresa de comercialização e distribuição de gás; II Salão Municipal de Arte Fotográfica, em Lisboa; Grande Concurso Fotográfico SONIPO; III Quinzenal Cultural BP Salão Internacional de Arte Fotográfica, em Lisboa; concurso fotográfico dos Festivais do Algarve; concurso “Fotografias sobre o Algarve (diapositivos a cores)”; Concurso de Fotografia da Direção-Geral da Pecuária. Em maio de 1947, esteve patente ao público, na Casa do Alentejo, em Lisboa, no âmbito do 25.º aniversário desta instituição, uma exposição com fotografias da sua autoria. Em julho do mesmo ano, expôs no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal. Entre 31 de julho e 20 de agosto de 1949, Artur Pastor fez uma exposição numa das salas da delegação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), no Palácio do Barrocal, em Évora. Em 1949, 1950 e 1974, expôs nas montras da loja de fotografia Casa J. C. Alvarez, Lda., em Lisboa. Em 1953, participou na exposição de turismo nacional que se realizou no Palácio Foz, integrada no programa do VIII Congresso da União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo. Foi autor do álbum “Nazaré”, concebido para ser oferecido à rainha Isabel II de Inglaterra, na sua visita a Portugal, em 1957, e foi autor do álbum “Algarve”, em 1965, que ofereceu pessoalmente ao Presidente da República, Américo Tomás, em audiência no Palácio Nacional de Belém, em 10 de janeiro de 1966. Expôs no Salão Maior do Palácio Foz, entre 4 e 15 de dezembro de 1970. Em 1986, expôs no Palácio Galveias a exposição intitulada “Apontamentos de Lisboa”. A sua última exposição, em vida, intitulada “Algarve (anos 50-60) – alguns apontamentos”, foi apresentada na galeria de arte Pintor Samora Barros, em Albufeira, entre 28 de abril e 17 de maio de 1998. Entre as décadas de 1940 e 1950, escreveu diversos textos para a imprensa e para outras publicações, nomeadamente, para a “Focal Encyclopedia of Photography”. Várias das suas fotografias foram também divulgadas em diversas publicações nacionais e estrangeiras, entre outras, em As Mulheres do Meus País, em Região a Oeste da Serra dos Candeeiros, nas revistas “Photography”, “Art Photography” e “National Geographic” e no jornal “The Times”. Visitou diversas vezes a Expo 98 e fez inúmeras fotografias desta exposição internacional. Artur Pastor faleceu em 17 de setembro de 1999, em Lisboa.

> História custodial e arquivística

A documentação manteve-se na posse da família de Artur Pastor, até outubro de 2001, data em que foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre o início da década de 1940 e 1999, por Artur Pastor, composta por conjuntos fotográficos. O primeiro grande conjunto fotográfico, realizado até 1946, ano da primeira exposição de Artur Pastor, “Motivos do Sul”, realizada no Algarve, apresenta imagens da vida rural e piscatória da região sul do país, com destaque para o copejo do atum. O segundo grande conjunto fotográfico, realizado no âmbito da sua atividade profissional, na Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, do Ministério da Economia, iniciada em cerca de 1950 até à sua aposentação, retrata tudo o que diz respeito às atividades agrícolas, desde as práticas, culturas, técnicas, investigação, quotidiano dos trabalhadores, essencialmente, das regiões de Trás-os-Montes, Douro, Ribatejo e Alentejo. O terceiro conjunto fotográfico retrata a atividade piscatória na Nazaré, foi realizado na década de 1950, dando origem ao álbum “Nazare”, publicado em 1957. Destacam-se, também: um conjunto de fotografias sobre aspectos da cidade de Lisboa, sobretudo, a partir da década de 1960; um conjunto de fotografias sobre o Algarve, publicadas, em 1965, no álbum “Algarve”; um volumoso levantamento fotográfico, de

múltiplos aspetos do património arquitetónico de norte a sul de Portugal, realizado no início da década de 1990; um vasto registo fotográfico da Expo 98.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Numérica

> **Condições de acesso**

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em bom estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> **Instrumentos de descrição**

N/A

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/009/000020

Título: A paisagem de Artur Pastor

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Internet: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/agricultura-florestas-e-desenvolvimento-rural>

> **Fontes e bibliografia.**

- ALLEMANN, Fritz René – *Thunfang tourada marítima. Merian*. Hamburgo. Nº 2. XXI/c4701 E (fevereiro 1968) p. 40-43.
- Algarve: um magistral documentário gráfico por Artur Pastor. *Diário de Lisboa*. Lisboa. (1 março 1966) p. 8.
- Arquivo Geral do Exército, Processo Militar Individual nº 76813, Bob 41, DRM2.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, A fotografia é uma arte. Recorte de imprensa do jornal Notícias d'Évora. 29-30 de agosto de 1948.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Carta de Maria Lamas a Artur Pastor, 13 de dezembro de 1948.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Carta do presidente da Câmara Municipal de Sesimbra a Artur Pastor, 25 de outubro de 1949.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Despacho n.º 112/2 do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, Ministério da Economia, 27 de maio de 1959.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Despacho n.º 25 do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, Ministério da Economia, 10 de outubro de 1960.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Protocolo realizado entre a Câmara Municipal de Lisboa e Artur Pastor, [1986].
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Trabalho realizado pelo regente agrícola Artur Pastor para o livro Portugal agrícola - pela imagem, Lisboa, 22 de março de 1961.
- Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor, Wellington's famous lines. Recorte de imprensa do jornal The Times, 5 de janeiro de 1963.
- Câmara Municipal de Évora, Cemitério de Nossa Senhora dos Remédios, Livro de enterramentos n.º 20, Termo 34.
- LAMAS, Maria – *As mulheres do meu país*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- Lensman from Lisbon. "Art Photography." Chicago. Vol. 6, nº 3-63 (September 1954) pp. 18-19.
- Ministério da Economia, Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, Posto Experimental de Montalegre, Livro de Ponto, 1 de junho de 1949.
- PASTOR, Artur – Alentejo sua realidade histórica. *Boletim da Casa do Alentejo*. (junho 1948) p. 52. Número especial comemorativo do 25.º aniversário.
- PASTOR, Artur – *Algarve: Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1965.
- PASTOR, Artur, fot. – *Algumas para adubo*. *National Geographic Portugal*. Lisboa. N.º 146 (maio 2013) p. 109.
- PASTOR, Artur – *A fotografia e a agricultura*. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas. Direção-Geral de Extensão Rural, 1979.
- PASTOR, Artur – A Mulher Alentejana. *Boletim da Casa do Alentejo*. N.º 141 (janeiro 1949) p. 55-57.
- PASTOR, Artur – A Nazaré e a fotografia. Nazaré: *Liga dos Amigos da Nazaré*. Nazaré. (1957) p. 1.
- PASTOR, Artur – Évora: cidade de silêncio e de evocação. *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*. Lisboa. N.º 24 (1945) p. 21-25.
- PASTOR, Artur – Évora cidade do encantamento. *Boletim da Casa do Alentejo*. Lisboa. N.º 165 (janeiro 1951) p. 35.
- PASTOR, Artur – *Exposição de fotografias de Artur Pastor*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1970. Catálogo da exposição realizada no palácio Foz.

- PASTOR, Artur – Exposição fotográfica na Sociedade Harmonia. *Notícias d'Évora*. Évora. [5 maio 1949] p. 1.
- PASTOR, Artur – Livros novos: Algarve. *Diário de Notícias*. Lisboa. [2 março 1966] p. 2.
- PASTOR, Artur – *Nazaré: Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1957-1958.
- PASTOR, Artur, fot. – Paisagem de Inverno. *Fotografia*. Lisboa. N.º 1 [fevereiro 1954] p. 11.
- PASTOR, Artur – Portugal país de contrastes. *Portugal Ilustrado*. Lisboa. N.º 5 [22 abril 1954] p. 31-32.
- PASTOR, Artur – Vida rural gráfica. *Vida rural, semanário da lavoura*. Lisboa. N.º 16 [5 setembro 1953] p. 32.
- PASTOR, Artur – Vida rural gráfica. *Vida rural, semanário da lavoura*. Lisboa. N.º 23 [24 outubro 1953] p. 32.
- PASTOR, Artur – Vida rural gráfica. *Vida rural, semanário da lavoura*. Lisboa. N.º 68 [4 setembro 1954] p. 32.
- PASTOR, Artur – Vida rural gráfica. *Vida rural, semanário da lavoura*. Lisboa. N.º 90 [5 fev. 1955] p. 32.
- Portfolio from Portugal: the work of Artur Pastor. *Photography*. Grã-Bretanha [sep. 1953] pp. 4-39.

> Nota de publicação

Artur Pastor [Em linha]. Lisboa: Arquivo Municipal, 2014. [Consult. 2018-04-24]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivo.pt/wayback/20200312040705mp/http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Artur%20Pastor/Publicacoes/catalogoarturpastor.pdf>>. ISBN 978-989-96864-6-5.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

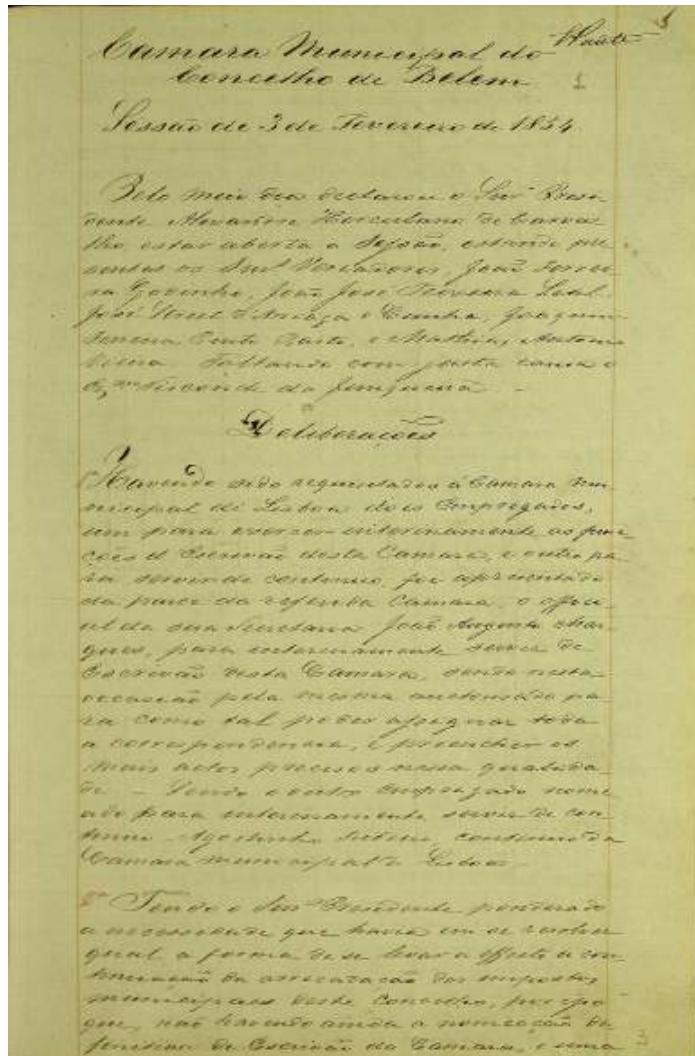
> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM



Livro 1º de actas das sessões da Câmara Municipal do concelho de Belém
PT/AMLSB/CMBLM/CRMU/001/0001

> Código de referência

PT/AMLSB/CMBLM

> Título

Câmara Municipal de Belém

> Data(s)

1848-1931

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 279 caixas, 1 pasta, 60 cadernos, 1199 livros (125 m.l.)

Suporte: Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Câmara Municipal de Belém. 1852-1885

> História administrativa/biográfica

A Câmara Municipal de Belém foi criada em 1852, por decreto do Ministério dos Negócios do Reino, de 11 de setembro, no âmbito da reforma administrativa do concelho de Lisboa. De facto, Belém formou-se a partir da praia do Restelo, da qual se encontram referências desde o século XIII, sendo o seu desenvolvimento como porto, na zona ocidental de Lisboa, que atraiu a população. Tendo sido pouco afetado pelo terramoto de 1755, o território de Belém transformou-se com a instalação da família real na zona da Ajuda, com o aumento da sua população residente e o consequente desenvolvimento da atividade civil, comercial e industrial. Assim, o novo concelho de Belém sucedia à Junta de Paróquia da freguesia de Santa Maria de Belém, criada em 1833, que sucedia, por sua vez, ao Bairro Administrativo e Judicial de Belém, instituído em 1813. O concelho tinha uma superfície de cerca de 63 km² e era composto pelas freguesias de Nossa Senhora da Ajuda, Santa Maria de Belém, Nossa Senhora do Amparo de Benfica, São Lourenço de Carnide, Menino de Jesus de Odivelas e as zonas extramuros de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel e São Sebastião da Pedreira. Em termos de organização e funcionamento, o Concelho de Belém regeu-se, sobretudo, pelas orientações da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1836 e pelos códigos administrativos de 1842 e de 1878. Desta forma, o concelho conservou, como órgãos do município, o administrador e a câmara municipal. O administrador era nomeado pelo governo e tinha por objetivo a execução das ordens, instruções e regulamentos transmitidos pelo governador civil. Quanto ao executivo camarário, era composto pelos vereadores eleitos pela assembleia dos eleitores municipais, sendo nomeado presidente o vereador com maior número de votos ou, em caso de empate, o vereador mais idoso. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Belém era composta por sete vereadores e o seu primeiro presidente eleito foi o escritor Alexandre Herculano (1854-1855), que introduziu uma dinâmica cultural própria e projetou o seu perfil intelectual e cultural na imagem do concelho. Quando faleceu os seus restos mortais foram depositados no mosteiro dos Jerónimos, num túmulo mandado construir por subscrição pública. Depois dele, seguiram-se outras personalidades, como José António de Sousa, Francisco António Silvestre e Pedro Augusto Franco. Este último, farmacêutico que recebeu o título de conde do Restelo, teve uma ação importante, que se traduziu na construção de novos edifícios, no desenvolvimento de obras públicas e na infraestruturação da autarquia, ao nível de equipamentos técnicos e culturais. A Câmara Municipal de Belém foi extinta em 1885, através da carta de lei de 18 de julho, em resultado de uma nova reforma administrativa do município lisboeta, que atribuía um regime especial para a cidade, dividindo-a em quatro bairros administrativos. A extinção do Concelho de Belém foi confirmada pelos decretos de 8 de outubro de 1885 e de 22 de julho de 1886, passando a sua área a integrar os territórios de Lisboa e Loures. Como consequência, as atribuições foram absorvidas pelo município de Lisboa, nas áreas do qual fazem parte, tendo o administrador do Concelho de Belém sido integrado na comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa, sendo igualmente extintos a secretaria e o arquivo da administração do concelho, passando para a respetiva secção administrativa, o que explica a permanência da documentação no Arquivo Municipal de Lisboa.

> História custodial e arquivística

Na sequência da extinção do município de Belém, em 1885, o seu acervo documental foi integrado na Câmara Municipal de Lisboa, entidade sucessora jurídica e institucionalmente, sendo algumas das suas funções prosseguidas pela secção administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, como o denotam as datas de produção final de determinadas séries documentais e, consequentemente, do fundo. Por acumulação documental, uma pequena parcela do acervo data desde 1848 e outra prolonga-se até 1931, já sob administração autárquica lisboeta, responsável pela consumação dos assuntos pendentes. O acervo documental da extinta Câmara Municipal de Belém foi cedido, a título de depósito, ao Arquivo Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Depósito

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1848 e 1931, no âmbito das atividades e das competências de gestão autárquica exercidas pela Câmara Municipal de Belém, bem como pela Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, pelo 4.º Bairro Administrativo de Lisboa e pela Câmara Municipal de Lisboa. Inclui documentação de cariz administrativo, referente às áreas de atuação em matéria de gestão municipal (presidência, vereação e conselho municipais, expediente e pessoal, taxas e licenças, contencioso fiscal, notariado privativo e arquivo), da organização financeira (contabilidade e tesouraria), do exercício tributário (contribuições municipais diretas e indiretas), da fiscalização económica (atividades agropecuárias, industriais e comerciais, transportes particulares e aferições metrológicas), das obras municipais (edificações municipais, rede viária, águas e saneamento, iluminação pública, oficinas e parque de máquinas e viaturas), dos serviços urbanos (mercados e feiras, matadouros, limpeza e higiene públicas, cemitérios e viação), bem como da saúde e assistência (expostos e assistência social).

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

N/A

> Existência e localização de cópias

N/A

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH

Título: Câmara Municipal de Lisboa

Código de referência: PT/AMLSB/JFSMB

Título: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/JPSMB

Título: Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/MSMB

Título: Mosteiro de Santa Maria de Belém

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: Bairros administrativos

Internet: <http://arquivos.dglab.gov.pt/>

Título: Junta de Freguesia de Belém

Internet: <http://www.jf-belem.pt/>

> Fontes e bibliografia

ALVES, José da Felicidade; SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – Belém. In *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6. p. 153-157.

CAETANO, Marcelo – *Manual de Direito Administrativo*. 3^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1951.

CASCAIS. Câmara Municipal. Arquivo Histórico – *Guia digital do Arquivo Histórico Municipal de Cascais* [Em linha]. 3^a ed. Cascais: CM, 1914. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL: https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/guia_arquivo_historico.pdf>.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS de 1836. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS de 1842. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

CONSIGLIERI, Carlos [et al.] – *Pelas freguesias de Lisboa: Lisboa Ocidental: São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara*. Lisboa: CM-PE, 1996. 4º Vol.

FREITAS, Eduardo de; CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor Matias – *Lisboa freguesia de Belém*. Lisboa: Contexto Editora, 1993.

MARQUES, J. A. – *Collecção de Providencias Municipaes da Camara de Lisboa: 1833-1852*. Lisboa: Typographia de Silva, 1857. Tomo I.

MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 2004.

NÉU, João B. M. – Evolução da zona ocidental de Lisboa. In *Em volta da Torre de Belém*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. 1º Vol. ISBN 972-24-0862-3.

NÉU, João B. M. – Pedrouços e Bom Sucesso. In *Em volta da Torre de Belém*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998. 2º Vol. ISBN 972-24-0986-7.

RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Inventário das câmaras municipais extintas: Azueira, Cheleiros, Carvoeira, Enxara dos Cavaleiros, Ericeira e Gradil*. Mafra: Câmara Municipal, 2008. ISBN 978-972-8204-50-1.

SANTOS, José António – *As freguesias: história e actualidade*. 1^a ed. Oeiras: Celta Editora, 1995.

SILVA, Augusto Vieira da – *Os limites de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1941.

TAVARES, J. – *A Freguesia ou Parochia como divisão administrativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos*: Comissão Técnica 7. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



[Regimento dos vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa]
PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/015/0004

> Código de referência

PT/AMLSB/CMLSBAH

> Título

Câmara Municipal de Lisboa

> Data(s)

1214-

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 25000 m.l.

Suporte: Disco óptico; Fita magnética; Papel; Pergaminho; Tela

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Câmara Municipal de Lisboa. 1179-

> História administrativa/biográfica

A constituição da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto órgão da administração periférica, remonta a 1179, com a outorga do Foral à cidade de Lisboa, por D. Afonso Henriques. O exercício de funções municipais pode ser fixado nesse marco cronológico, uma vez que o diploma produzido constituiu um instrumento jurídico que, para além de ter estabelecido normas de ordenamento territorial, estatuiu e legitimou, de forma abrangente, formas de atuação e de interação nas diversas vertentes da administração municipal. A ideia de município, enquanto corpus administrativo, surgiu alicerçada nesse contexto, passando a Câmara Municipal de Lisboa, isto é, o Concelho de Lisboa, a deter competências bem demarcadas e com enquadramento legal perfeitamente definido. Consentâneo com a regulamentação equacionada, emergiu o modelo organizacional, conforme à teoria corporativa do poder político vigente na época e que representou fator estruturante para o início da vigência funcional. Consubstanciados os requisitos para a engrenagem burocrática local, em estreita articulação com a administração central, deu-se início ao ciclo de produção e tramitação documental. Nos primeiros dois séculos da administração municipal, o termo “concelho” vigorou, tendo a designação “câmara municipal” sido utilizada pela primeira vez, numa escritura de quitação de 1339. Ambos os termos foram, ao longo do tempo, subsistindo, embora de forma gradual, o primeiro vocábulo se tenha vindo a esbater, dando lugar à sobreposição do segundo. Durante o período medieval, a estrutura administrativa concelhia foi a marca da organização municipal de Lisboa, que perduraria até ao final do Antigo Regime. O corpo oficial medievo lisboeta era essencialmente composto pelo procurador do concelho, por alvazis (magistrados judiciais) e por outros magistrados que asseguravam atividades secundárias. Ab initio, tratava-se de um oficialato dependente da autoridade régia, sob a alcada do alcaide-mor (representante do rei), que tinha atribuições de controlo e gestão sobre os alvazis e demais funcionários da cidade. Quando era necessário abrir o debate aos assuntos mais importantes do governo da cidade, também eram chamadas a intervir as pessoas mais abastadas e notáveis da cidade, os denominados homens bons. O local onde essa elite reunia começou por se chamar paço do concelho. Um segundo momento, bastante considerável, tanto para a configuração político-administrativa do território nacional, como para o reforço da configuração municipal, foram as Cortes de Coimbra de 1221, quer pela promulgação de leis de carácter geral para todo o país, quer pela fixação de um quadro normativo específico para a Câmara Municipal de Lisboa. Não obstante, foi apenas no reinado de D. Afonso III que se assistiu a uma afirmação do funcionalismo municipal, ocorrendo um crescimento significativo de oficiais com competências definidas para o exercício de atividades de cobrança fiscal. Prosseguindo-se a linha de especialização de cargos e competências fiscais do concelho lisboeta, surgiram os ovençais, com atribuições específicas nesse domínio. É ainda nesse período que passou a ser eleito um procurador do concelho, saído da assembleia de homens bons, tornando-se o seu representante nos negócios concelhios com a Coroa e demais instituições políticas nacionais. Com a administração de D. Afonso IV, foi criado um tipo de agente institucional, o juiz de fora, apresentando-se, não apenas como instrumento de fiscalização e controlo, por parte da centralidade régia, mas também como mensageiro e uniformizador territorial do direito oficial, tendo-se mantido ativo até finais do Antigo Regime. É ainda nesse reinado que, através do regimento de corregedores, dado em 1332 e reformulado em 1340, tem origem o cargo de vereador. Com D. Fernando, o ofício municipal de corregedor transformou-se na principal autoridade da cidade, ficando o poder concelhio restringido às funções judiciais e de contencioso. A crescente municipalização do espaço político local levou a que o papel desempenhado pelos alvazis fosse passando cada vez mais para outro tipo de magistrados, os vereadores, que, a par do procurador do concelho, deviam obediência às diretrizes do corregedor da cidade, que se configurou como um delegado real, com jurisdição sobre o corpo municipal do município. Governar a capital do reino era, simultaneamente, gestão administrativa e afirmação de equilíbrio de poderes centrais e locais. Com D. João I, o poder concelhio foi alargado, tendo-se introduzido na vereação municipal quatro procuradores dos mesteres, ou seja, delegados da Casa dos Vinte e Quatro, em nome do interesse dos mesteirais. A medida revelou-se proveitosa para o governo económico municipal, emprestando uma gestão moderna aos assuntos camarários, tendo em conta as características burguesas do tecido económico e social da cidade, bem como a multiplicação

das transações comerciais, por força da exploração de novas rotas marítimas e a crescente dinamização dos centros financeiros europeus. No reinado de D. João II, verificou-se mais uma medida centralizadora, com a nomeação de um juiz do povo, o qual ficou incumbido de aplicar multas aos faltosos de entre os representantes dos mesteres. No entanto, só durante o reinado de D. Manuel I, com a entrada em vigor das Ordenações Manuelinas, os vereadores lisboetas ficaram isentos de sujeição hierárquica à Coroa, atuando com relativa autonomia sobre o governo administrativo da cidade, através de pelouros municipais, num processo de organização entre 1509 e 1512. Em 12 de dezembro de 1572, numa carta régia, surgiu pela primeira vez a menção ao cargo de presidente de câmara. Através deste documento, foi nomeado um presidente de câmara e três vereadores, que permitiram equilibrar o desempenho de funções judiciais, com aspetos mais relacionados com a gestão da cidade, como é o caso da limpeza do espaço urbano, do açougue e provimento das carnes, da provedoria da saúde e Casa de São Lázaro, entre outros. Contudo, o desempenho de funções essencialmente alicerçadas em atributos judiciais, permaneceu até ao advento do liberalismo. Não é por acaso que a antiga designação de "câmara do paço do concelho" deu lugar, em 1609, à designação "tribunal do senado", que se manterá até à Revolução Liberal de 1820, sendo que, desde o constitucionalismo liberal até à atualidade, será a denominação "Câmara Municipal de Lisboa" que irá imperar. Com a dinastia filipina, as medidas de centralização intensificaram-se, passando a direção de topo e a vereação da cidade a serem objeto de nomeação direta da Coroa. Foram várias as normas e as cartas régias que confirmaram esta senda centralizadora, consistindo a carta régia de 27 de outubro de 1585 e o regimento de 30 de julho de 1591, nalguns dos documentos mais impressivos do esbulho progressivo da autonomia municipal portuguesa e lisboeta em particular. Após uma interrupção duradoura da participação da Casa dos Vinte e Quatro na gestão municipal, os seus representantes voltaram a desempenhar novamente um papel interventivo, por determinação de D. Pedro II. Este monarca promulgou o decreto de 5 de setembro de 1671, que traduziu uma nova organização: cinco vereadores (dois desembargadores e três membros da aristocracia, nomeados pelo rei, a quem cabia o exercício da presidência). No reinado de D. João V, o Arcebispado de Lisboa foi dividido em duas dioceses, por deliberação do Papa Clemente XI. Desta forma, o monarca decidiu fracionar igualmente a estrutura do senado em duas instituições dirigentes: Senado Oriental e Senado Ocidental, cada um com a sua estrutura organizacional. Porém, em 1741, por alvará régio de 31 de agosto, após abolição daquela divisão eclesiástica, pelo Papa Benedito XIV, o rei decretou que os dois senados voltassem a reunir-se num só, simplesmente designado por Senado de Lisboa. O corpo dirigente municipal, saído deste alvará, integrava um presidente (membro da alta aristocracia do reino), seis vereadores desembargadores, um escrivão, dois procuradores da cidade e quatro procuradores dos mesteres. D. José manteve em grande parte a mesma estrutura, tendo, no entanto, acrescentado ao senado uma junta da fazenda, para controlar todos os atos camarários de natureza económico-financeira. O constitucionalismo liberal, saído da Revolução de 1820, veio estabelecer o sistema eletivo nas câmaras municipais. Por isso, a 13 de dezembro de 1822, tomou posse a primeira câmara de tipo constitucional, composta por um procurador e nove vereadores. Num contexto de avanços e recuos, D. João VI veio a restabelecer o antigo Senado, destituindo a câmara constitucional, que se manteve até 1833. Esta situação alterou-se com a entrada das tropas liberais em Lisboa, em julho do mesmo ano. Com o fim da guerra civil, em 1834, os cargos de juiz do povo e de procurador dos mesteres foram extintos. Durante todo o século XIX, deram-se sucessivas reformas administrativas, com o objetivo de edificar o Estado liberal português. Em 1836, o código administrativo, de Passos Manuel, estipulou que a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, com treze vereadores, passasse a ser eleita de forma direta, sendo que os nomes mais votados ocupariam os cargos de presidente e de procurador fiscal. Em 1840, foi criado o Conselho Municipal, regressando-se ao sistema de pelouros. Através do código administrativo de 1886, determinou-se que a organização municipal lisboeta servisse de referência para os concelhos com mais de quarenta mil habitantes. Pelo código de 1895, ainda é notada uma ingerência do poder central, no que se refere à gestão da cidade, salientando-se a legitimidade do governo de se reservar o direito de escolher o presidente da câmara de entre os vereadores eleitos. Já em pleno Portugal republicano, a Lei n.º 88, de 1913, em cumprimento das

resoluções da Constituição de 1911, estabeleceu a distinção entre senado municipal (órgão deliberativo) e comissão executiva (órgão executivo), a primeira eleita por sufrágio universal, admitindo-se a consulta popular, e a segunda eleita pelo órgão deliberativo. Assim, a comissão executiva, para além do presidente da câmara, passou a ter oito vereadores, distribuídos pelos respetivos pelouros. Na sequência do golpe militar de 28 de maio de 1926, a Câmara Municipal de Lisboa foi dissolvida, sendo substituída por uma comissão administrativa nomeada pelo governo. Foi o que fixou o código administrativo de 1936, posteriormente corroborado pelo código administrativo de 1940 (decreto-lei n.º 31095, de 31 de dezembro). Desta forma, a câmara municipal passou a ser composta por vereadores eleitos de quatro em quatro anos pelas juntas de freguesia, sendo que o presidente e o vice-presidente da câmara passaram a ser nomeados pelo governo, estabelecendo-se, ainda, uma forma de organização interna, em direções de serviço e comissões municipais. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, regressou o sistema eleitoral, desta vez por sufrágio direto e universal. A câmara municipal passou a ser o órgão executivo e a assembleia municipal o órgão deliberativo do município. A organização interna municipal manteve, até hoje, uma estrutura orgânico-funcional formada por direções municipais, que se estendem por departamentos, podendo estes descer, ou não, ao nível das divisões. O sinal distintivo deste novo sistema foi o da habitual delegação de competências, do mais alto dirigente hierárquico para os que se encontram na sua dependência, por forma a agilizar a gestão dos serviços. A estrutura orgânica atual caracteriza-se pela sua flexibilidade, revertendo da entrada em vigor do decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabeleceu o novo regime jurídico de organização dos serviços das autarquias locais. Desta forma, a orgânica dos serviços municipais, com vigência iniciada a 31 de dezembro de 2013, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa na sessão realizada no dia 1 de fevereiro de 2011, sendo objeto de publicação no Diário da República n.º 39, Série II, de 24 de fevereiro do mesmo ano.

> História custodial e arquivística

A documentação reflete a atividade assegurada pela Câmara Municipal de Lisboa, resultante das suas competências, desde a sua criação, em finais do século XII, até à atualidade. É constituída por originais, cópias e traslados, e encontra-se atualmente à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, unidade orgânica que integra a organização e que detém o acervo documental em regime jurídico de usufruto e propriedade jurídica. Ao longo do tempo, esteve guardada em diversos locais, coincidentes com as diferentes sedes que a instituição conheceu. A totalidade de documentos gerados sofreu, em momentos distintos, danos e perdas, na sequência de diversas catástrofes, sendo de assinalar, pelo significativo impacto de causa e efeito, respetivamente, os terramotos de 1531 e de 1755.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Incorporação; Transferência

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada desde 1214, no âmbito das competências da Câmara Municipal de Lisboa, com particular incidência para a informação decorrente das diversas vertentes de atuação da administração periférica. Abrange temáticas relacionadas com aspetos genéricos e específicos da organização, com as inerentes práticas institucionais e com o exercício de funções de recursos humanos que, ao longo do tempo, a têm integrado. Inclui ainda processos gerados fruto da tramitação e interação com a administração central e com diversos organismos públicos e privados, que participaram, de forma ativa, na prossecução de objetivos da gestão municipal. Reúne documentos originais, cópias e traslados que constituem reflexo de atividades nas seguintes áreas funcionais: constituição e regulamentação do município, gestão de recursos humanos, planeamento e gestão organizacional, gestão de expediente, gestão financeira, controlo de atividades económicas, controlo de obras particulares e de obras municipais, gestão do património e do espaço público, planeamento urbanístico, gestão de atos eleitorais, recenseamento e levantamento estatístico da população, controlo de atos judiciais e de atos

jurisdicionais, gestão de contencioso administrativo e tributário, formalização notarial de atos jurídicos, proteção social, promoção cultural e salvaguarda do património, controlo do ambiente urbano, controlo rodoviário e segurança pública, gestão cemiterial.

> Avaliação, seleção e eliminação

Os processos de avaliação, seleção e eliminação da documentação produzida e acumulada pela Câmara Municipal de Lisboa encontram-se regulados pelas portarias de gestão de documentos aplicáveis, respetivamente, a portaria n.º 412/2001, de 7 de abril e a portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro. De acordo com estes diplomas legais, procede-se periodicamente à eliminação de documentação de diversas séries. As ações ocorrem sempre que os prazos de retenção administrativa expiram. A eliminação de documentação é assegurada por trituração, sendo a prática sujeita a formalização, mediante produção de autos, assinados pelos dirigentes das unidades orgânicas envolvidas.

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo aberto. Estão previstos ingressos das séries que continuam a ser produzidas.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Numérica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de leitor de discos ópticos e de fitas magnéticas, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Auto de entrega; Guia de remessa; Inventário; Listagem de conteúdos

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CASVQ

Título: Casa dos Vinte e Quatro

Código de referência: PT/AMLSB/CMBLM

Título: Câmara Municipal de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/JFSMB
 Título: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Câmara Municipal de Lisboa

Internet: <https://www.lisboa.pt/>

Título: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Internet: <http://dglab.gov.pt/>

> **Fontes e bibliografia**

CAETANO, Marcello – *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia: 1179-1383*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, cop. 1990. (Cidade de Lisboa; 8). ISBN 972-24-0735-X.

CAETANO, Marcello – *História do direito português: fontes, direito público: 1140-1495*. 3ª ed. Lisboa: Verbo, imp. 1992. ISBN 972-22-0135-2.

MATTOSO, José – *História de Portugal*. [Lisboa]: Estampa, D.L. 1993-1994. 8 vols.

MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0880-1.

SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, imp. 1963-1971. 4 vols.

SUBTIL, José – *O terramoto político, 1755-1759: memória e poder*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2007. ISBN 978-972-8094-89-8.

> **Nota de publicação**

ALBERTO, Edite Martins [et al.] – *Extraordinários sucessos do terramoto de 1755: memória histórica de frei Tomás de Aquino*. Lisboa: Câmara Municipal, 2016. ISBN 978-989-99505-1-1.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal, 1996.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Atlas da carta topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque: 1856-1858*. Lisboa: Câmara Municipal, D. L. 2000. ISBN 972-8517-16-5.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Cartulário pombalino*. Lisboa: Arquivo Municipal, D.L. 1999. Publicação editada a propósito da exposição “Cartulário Pombalino - a reconstrução de Lisboa”, integrada nas Comemorações do III Centenário do nascimento do Marquês de Pombal. ISBN 972-8517-08-4.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Foral Manuelino de Lisboa: estudos, transcrição*. Ed. facsimilada. Lisboa: Câmara Municipal. Arquivo, 2000. Edição comemorativa dos 500 anos da concessão de Foral a Lisboa por D. Manuel. ISBN 972-8517-19-X.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882-1911. 17 vols.

SUBTIL, José [et al.] – *Portugal aflito e conturbado pello terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Câmara Municipal. Arquivo, 2010. ISBN 978-972-8517-50-2.

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

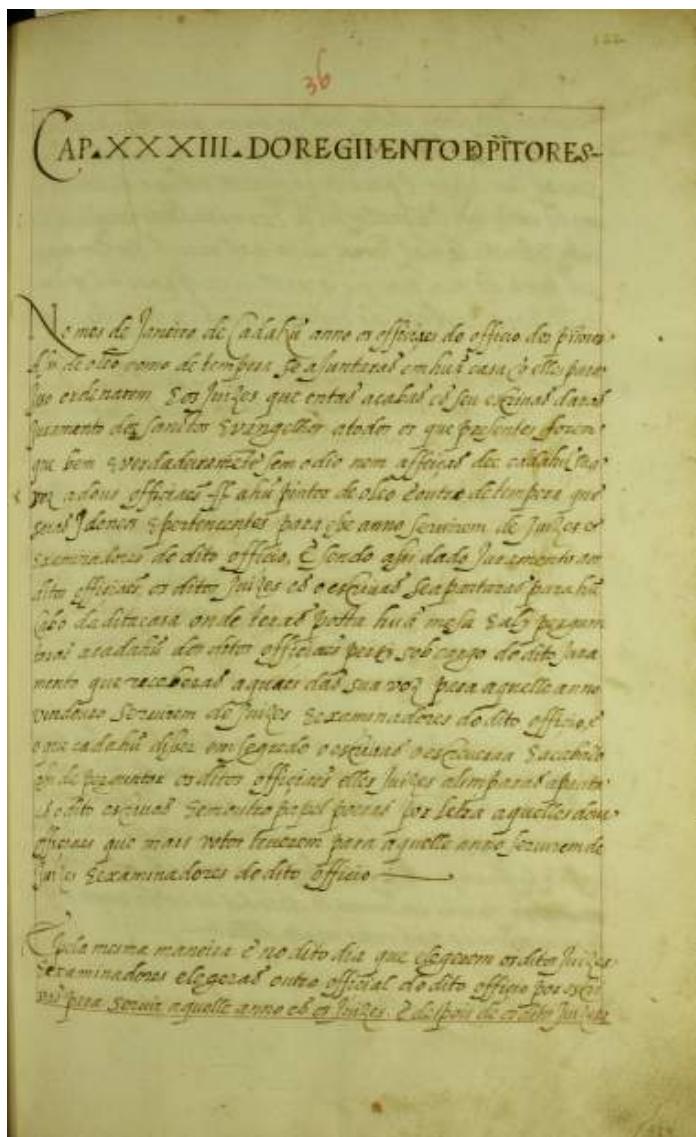
ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de*

Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo.* Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

CASA DOS VINTE E QUATRO



Regimento dos pintores
PT/AMLSB/CASVQ/CRMU/003/000120/2011

> Código de referência

PT/AMLSB/CASVQ

> Título

Casa dos Vinte e Quatro

> Data(s)

1396-1892

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 4 caixas, 217 livros (13,63 m.l.)

Suporte: Papel; Pergaminho

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Casa dos Vinte e Quatro. 1384-1834

> História administrativa/biográfica

A origem da Casa dos Vinte e Quatro reside nas corporações de mesteirais que, nos meios urbanos, se organizavam por ofícios. Muito antes de D. João I ter instituído, em 1384, a organização dos vinte e quatro mesteres, conferindo-lhes atribuições e concedendo-lhes regalias e privilégios, já os homens dos ofícios eram chamados a participar pontualmente em reuniões do Concelho de Lisboa, sendo a sua competência de teor consultivo e deliberativo. A presença de mesteirais nas reuniões municipais, antes de 1384, teve como base uma matriz de direito consuetudinário, uma vez que era costume antigo, quer nos fins do século XIII, quer no século XIV, convocar a generalidade dos vizinhos com a finalidade de resolver assuntos de maior gravidade. Deveu-se à importância social dos mesteirais, que fabricavam artefactos necessários no quotidiano urbano, o seu papel de certa forma ativo no governo da cidade. Os primeiros diplomas que, neste âmbito, formalizaram a organização corporativa e a inerente esfera de atuação na administração periférica, foram produzidos, respetivamente, em 1383 e em 1384. O primeiro dos diplomas, promulgado em 16 de dezembro de 1383, determinou que vinte e quatro homens, dois de cada mester, participassem no governo do município. O segundo documento, carta régia com força de lei, decretado a 1 de abril de 1384, fixou os termos precisos dessa intervenção, passando os representantes eleitos a fazer parte integrante da administração concelhia, legitimando-se assim a interferência dos mesteres nos negócios públicos, com cariz de indispensabilidade relativamente a determinadas matérias. As disposições iniciais relativas à regulamentação institucional, vão sendo, a partir dessa altura e ao longo do tempo, objeto de alterações de impacto variável em termos estruturais. A primeira modificação significativa foi introduzida em 1434, por D. Duarte, que fixou em quatro o número de homens dos mesteres, que representavam os vinte e quatro em câmara. Sucessivamente ocorreram mudanças regulamentares de impacto considerável. Em 1466, com D. Afonso V, foi determinado que quatro procuradores servissem anualmente, e não aos meses e às semanas. Em 1484, no reinado de D. João II, foi ordenado que os vinte e quatro elegessem um representante que os convocasse e que lhes aplicasse multa quando não comparecessem. Este oficial, inicialmente designado como juiz dos vinte e quatro, passaria, em 1620, a designar-se como juiz do povo. Ainda neste contexto, em 1499, D. Manuel determinou que só os vinte e quatro teriam voto, pelo povo, em assembleias municipais. A mutação mais incisiva ocorreu em 1506, quando D. Manuel inativou a instituição, tendo determinado a extinção dos vinte e quatro, assim como a suspensão do exercício de funções dos procuradores, situação que viria a ser invertida passado dois anos, em 1508. Foi nessa altura retomada a continuidade da organização, não tendo, no entanto, cessado as transformações de base, salientando-se as introduzidas pela carta régia de 27 de agosto de 1539, que conferiram uma nova orgânica, estatuindo quais as corporações ou ofícios que tinham direito a ter representação na Casa dos Vinte e Quatro. Neste âmbito, situou-se ainda a reforma de regimentos efetuada em 1572, pelo licenciado Duarte Nunes Leão, que reorganizou os regimentos existentes e que concretizou regimentos para os ofícios mecânicos que, até à data, ainda não os detinham, passando todos a estar reunidos, no Livro de Regimento de ofícios mecânicos. Até 1767, foram estes regimentos que, com pequenas alterações e aditamentos, organizaram e regularam a atividade dos mesteirais, altura em que o juiz do povo, Filipe Rodrigues, procedeu a uma nova reforma, tendo sido redigidos novos regimentos, que foram atualizados, não na essência, mas na forma. Em 1771, o alvará de 3 de dezembro, veio colmatar as diversas reestruturações efetuadas ao longo do tempo, com a determinação de uma nova reorganização das corporações de mesteres, assente em agrupamentos por bandeiras que, se em períodos anteriores constituíram simples insígnias profissionais, consubstanciaram-se então, em elementos de foro institucional, cada uma delas com regimento próprio e mesa administrativa, com património e encargos. Dos ofícios mais significativos, com agrupamento por bandeira, destacam-se, entre outros, barbeiros, ferradores, ferreiros, serralheiros e douradores (bandeira de São Jorge), livreiros, luveiros e sirgueiros (bandeira de São Miguel), sapateiros,

burzigueiros e surradores (bandeira de São Crispim), correeiros e seleiros (bandeira de Nossa Senhora da Conceição), pasteleiros, latoeiros e torneiros (bandeira de Nossa Senhora das Mercês), tosadores e tecelões (bandeira de São Gonçalo), pedreiros, carpinteiros de casas e canteiros (bandeira de São José), confeiteiros e carpinteiros de carruagens (bandeira de Nossa Senhora da Oliveira), alfaiates e algibebeis (bandeira de Nossa Senhora das Candeias), carpinteiros de móveis e entalhadores (bandeira de Nossa Senhora da Encarnação). Além dos ofícios agrupados por bandeiras, existiam ainda mais sete ofícios, entre os quais, os ourives do ouro e da prata, os tanoeiros e os cerieiros. Em 1834, a instituição foi extinta, por decreto de 7 de maio.

> História custodial e arquivística

Desconhecem-se as localizações da documentação produzida e acumulada pela extinta Casa dos Vinte e Quatro, em datas anteriores à última década do século XV, em virtude de as corporações de mesteres terem funcionado, ab initio, em locais não fixados para o efeito. Apesar da vigência institucional, na aceção jurídica do termo, ter sido iniciada, a partir de 1384, por carta régia de 1 de abril, na primeira dinastia, já ocorriam pontualmente participações de mesteirais, de teor consultivo, em reuniões do Concelho de Lisboa, embora ainda não fosse inerente a essas ocorrências, um traço de personalidade coletiva para o exercício de autoridade pública. Em 1492, a documentação produzida pela Casa dos Vinte e Quatro passou a estar reunida num cartório localizado no edifício do Hospital Real de Todos os Santos, situado na atual zona da praça da Figueira. O incêndio que se seguiu ao terramoto de 1 de novembro de 1755 e que destruiu as áreas do Hospital Real, onde funcionavam as reuniões de mesteirais e onde a documentação estava guardada, levou a que a instituição procurasse uma nova localização para dar prossecução às respetivas atividades, tendo-se fixado no local onde funcionava a Irmandade de São José dos Carpinteiros, num espaço contíguo à igreja com a mesma designação e que, até 1883, funcionou como sede de paróquia da freguesia de São José. A documentação que, na sequência da catástrofe, foi remetida para as novas instalações, não constituiu a totalidade da que havia sido conservada em cartório, motivo pelo qual se encontram, em número considerável, cópias e trasladados com datas posteriores aos registos originais. Com a extinção da Casa dos Vinte e Quatro, por decreto régio de 7 de maio de 1834, o património documental da instituição, que se encontrava guardado na igreja da Irmandade de São José dos Carpinteiros, transitou para o Senado da Câmara, encontrando-se atualmente disponível, em regime de propriedade jurídica e usufruto, no Arquivo Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Transferência

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1396 e 1892, no âmbito das competências da Casa dos Vinte e Quatro, com particular incidência na informação decorrente das magistraturas dos juízes do povo e do exercício de funções dos procuradores dos mesteres e dos representantes das corporações de mesteirais com assento no Senado. A informação reflete a atuação da organização corporativa na administração periférica, em matéria consultiva, deliberativa, administrativa e judicial. Abrange temáticas relacionadas com aspectos genéricos e específicos da instituição, assim como assuntos inerentes à esfera de ação do oficialato que a integrava. Neste âmbito, encontram-se reunidas regalias e privilégios, competências regimentais, disposições regulamentares, registos de oficialato e respetivas práticas processuais de eleição e admissão. Inclui tipologias de documentos originais, cópias e trasladados das seguintes áreas funcionais: gestão de recursos humanos (termos de juramento, registo de matrículas de ofícios mecânicos, registo de avaliadores, registo de marcas e sinais de ofícios mecânicos, assinaturas e sinais de juízes e escrivães), gestão financeira (termos de fiança de ofícios e oficiais do povo, de depositários das almotaçarias, das capatacias, de vendedores, receita e despesa da casa e dos juízes do povo e contribuições dos ofícios mecânicos), constituição e regulamentação

(regimentos de ofícios mecânicos e da Casa dos Vinte e Quatro em Lisboa e na cidade de Goa), gestão judicial (processos e sentenças intentados contra abusos e transgressões de oficiais), gestão de expediente (correspondência recebida e expedida, certidões, formulários registo de requerimentos, de correções, de assuntos e de inventários). O conjunto documental integra ainda índices que constituem um registo sistematizado de tudo o que foi produzido e tramitado.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Tipológica

> **Condições de acesso**

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> **Instrumentos de descrição**

Inventário

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH

Título: Câmara Municipal de Lisboa

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/000343

Título: [Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Irmandade de Ofícios da Antiga Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/000867

Título: [Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Irmandade da Confraria da Casa dos Vinte e Quatro]

Código de referência: PT/AMLSB/ISJC
 Título: Irmandade de São José dos Carpinteiros

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
 Internet: <http://dglab.gov.pt/>

> **Fontes e bibliografia**

CAETANO, Marcello – *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1942.

CAETANO, Marcello – A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa. Separata da revista *Scientia Juridica*. Tomo VIII, nº 39/41, janeiro-junho 1959.

LANGHANS, Franz-Paul – *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1948.

LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943-1946. 2 vols.

REIS, Lysie – Os “homens rudes” e muito honrados dos mesteres. *Revista Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras, 2005. Vol. V, p. 235-259.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Câmara Municipal, [19--].

> **Nota de publicação**

CORREIA, Vergílio – *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Universal, 1882-1911. 17 vols.

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos*: Comissão Técnica 7. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

CASSIANO BRANCO



Éden teatro: perspetiva
PT/AMLSB/CB/06/01/08

> Código de referência

PT/AMLSB/CB

> Título

Cassiano Branco

> Data(s)

1871-1969

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 52 caixas, 97 pastas, 86 capilhas, 9 rolos (34 m.l.)

Suporte: Metal; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose; Negativo de gelatina e prata em poliéster; Negativo de gelatina e prata em vidro; Papel (amocê, cartão, comum, marion, ozalide, vegetal); Prova em papel de revelação baritado; Prova em papel direto de colódio ou gelatina; Tela

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Branco, Cassiano. 1897-1970, arquiteto

> História administrativa/biográfica

Cassiano Viriato Branco, único filho de Cassiano José Branco, barbeiro, natural de Alcácer do Sal, e de Maria de Assunção Viriato, oriunda de Castelo de Vide, nasceu em Lisboa, a 13 de agosto de 1897, no 2.º andar do n.º 51 da rua do Telhal, na freguesia de São José, paredes-meias com a avenida da Liberdade. Iniciou o percurso de instrução em 1903, numa escola primária situada entre a calçada da Glória e as escadinhas do Duque, onde conheceu o futuro engenheiro Ávila do Amaral, de quem se tornou amigo e com quem viria a colaborar. Mais tarde, ingressou na Escola Académica, até 1912, altura em que, com apenas 15 anos, se matriculou na Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL), onde se iria cruzar com a geração pioneira do modernismo, fundamental para a renovação da arquitetura portuguesa, como Pardal Monteiro, Cristino da Silva, Cottinelli Telmo, Carlos Ramos, Jorge Segurado, entre outros. Em 1914, abandonou a EBAL, ingressando no ensino técnico-profissional, mas regressou cinco anos mais tarde, iniciando o curso especial de Arquitetura, que concluiu em 1926, data em que entrou para a Maçonaria, na loja Madrugada, de rito francês, sob o cognome de Vitrúvio (influência do Tratado de Vitrúvio, na célebre edição de Charles Perrault, de 1681, que adquirira, cinco anos antes, numa viagem a Amesterdão). A Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels, de Paris, em 1925, foi determinante na sua formação, ao possibilitar-lhe o contacto com as linguagens de vanguarda, do geometrismo Art Déco ao racionalismo modernista de Le Corbusier, a par da utilização do betão e dos novos materiais. No mesmo sentido, as inúmeras viagens que fez (Paris, Bruxelas, Espanha e Inglaterra, para lá de Amesterdão), entre 1919 e 1926, foram decisivas para o percurso profissional que iria desenvolver. Efetuado um tirocínio de dois anos, com o arquiteto José da Purificação Coelho, requereu o diploma de arquiteto, em 1932. Ao mesmo tempo que estudava, Cassiano Branco trabalhava com o pai na gestão de uma pequena fábrica de perfumes, em Queluz, nos arredores de Lisboa e, em acumulação com esta atividade, num banco. Foi durante este período que casou, no final de 1917, com Maria Elisa, uma jovem do círculo familiar de amigos, nascendo no ano seguinte a única filha do casal, batizada com o nome da esposa. Cassiano Branco terminou a sua formação de arquiteto em 1926, todavia, dois anos antes havia apresentado uma proposta relativa a uma piscina coberta para Lisboa. Como arquiteto diplomado, iniciou atividade com dois projetos bastante significativos, fora da capital: o edifício dos Paços do Concelho da Sertã (1925-1933) e o mercado municipal de Santarém (1928-1930), com uma estilística de raiz clássica, reflexo da sua formação na EBAL. O primeiro projeto onde evidenciou um programa modernista foi o do stand Rios d'Oliveira (1928), na avenida da Liberdade, em Lisboa, uma garagem para a recolha de automóveis de "praças e particulares", infelizmente já demolido. No ano seguinte, em 1929, foi-lhe solicitado um projeto de alterações do coliseu dos Recreios e a ampliação do teatro Éden, duas casas de espetáculos de Lisboa. No primeiro caso, tratou-se de um projeto de intervenção nos corredores, no palco e na cúpula. Já o trabalho a desenvolver no teatro Éden foi bastante mais controverso e ambicioso, mormente a ampliação desse espaço, com o duplo objetivo de tornar possível a exibição do cinema sonoro e de aumentar o número de espectadores. Tendo sido, possivelmente, a obra mais emblemática de Cassiano Branco e um dos marcos na arquitetura moderna portuguesa, o projeto do cineteatro Éden, apenas inaugurado a 1 de abril de 1937, foi, contudo, atribuído ao engenheiro civil Alberto Alves Gama e ao arquiteto Carlos Dias, seu colaborador, que o concluiu. Apesar dos elementos mais notáveis das alterações efetuadas poderem ser encontrados nas duas primeiras propostas de Cassiano Branco, o arquiteto nunca reivindicou a sua autoria, embora esta evidência seja unânime entre os estudiosos da sua obra. A partir de 1930, Cassiano desenvolveu uma intensa atividade profissional, sob a influência determinante da Art Déco e do modernismo europeu, caracterizada por projetos visionários, como a Cidade do Cinema Português, em Cascais, o plano para a Costa de Caparica, ambos de 1930, e os alpendres-reclames para o Rossio e Restauradores, em Lisboa, de 1936, que não passaram do papel, mas de extrema criatividade, como o mencionado cineteatro Éden (1930-1933), o hotel Vitória (1934-1935), ou o coliseu do Porto (1939), este último, uma obra de

síntese, de grande maturidade estilística e plena modernidade, que encerrou a sua atividade projetual nessa década. Contudo, onde Cassiano Branco deixou marca mais profunda foi nas fachadas de dezenas de notáveis edifícios de habitação, espalhados por Lisboa, que iriam servir de modelo para muitos prédios da capital. Pese embora ter-se tratado do período de maior sucesso profissional de Cassiano Branco, ainda assim, não conseguiu uma das metas que ambicionara e para a qual tinha inegável talento, ser professor de arquitetura, já que, por duas vezes (em 1933 e 1934) concorreu à EBAL, para o lugar de professor da 8.ª Cadeira - Desenho Arquitetónico, Construção e Salubridade, tendo sido preterido em ambas. Opositor declarado do Estado Novo, Cassiano Branco só muito raramente não foi excluído das encomendas oficiais de maior estatuto e visibilidade. É um facto que participou, de forma discreta, na Exposição do Mundo Português (1940), e recebeu as encomendas para a estação de caminhos de ferro de Benguela, no Lobito, em Angola, e para o embelezamento das barragens de Santa Catarina (Pego do Altar) e Vale do Gaio, na bacia do rio Sado, do rio Pônsul, em Idanha-a-Nova, todos de 1936, e de Belver, no distrito de Portalegre, cujas obras finalizaram em 1952, ou o edifício da Junta Nacional do Vinho (1940 a 1941), em Lisboa. Todavia, a maior parte da sua obra proveio de clientes particulares e de construtores civis, predominantemente, através de encomendas de prédios de rendimento, a integrar em malhas urbanas consolidadas. A partir de 1938, foram raros os prédios na cidade lisboeta assinados por ele, presumivelmente, por ter estado ocupado com os projetos do Grande Hotel do Luso e do coliseu do Porto, para lá do trabalho que iniciara no Portugal dos Pequenitos, um parque lúdico-pedagógico localizado em Coimbra, dedicado ao público infantil e juvenil. Em oposição aos extraordinários anos 30, a partir do final desta década, Cassiano Branco iniciou uma fase visivelmente marcada pela falta de trabalho, de quase total abandono de programas arquitetónicos de feição modernista, que tão brilhantemente praticara no período anterior, revelando uma aproximação ao estilo oficial do Estado Novo, que doravante dominaria a arquitetura portuguesa, e de que são exemplos mais significativos, o Portugal dos Pequenitos (1937 a 1961), o Grande Hotel do Luso (1940), ou os prédios de habitação na avenida António Augusto de Aguiar (1944), os projetos não aprovados para o cinema Império (1945 e 1947) e o arranha-céus da praça de Londres (1949), todos em Lisboa. As suas fortes convicções políticas, de contestação ao regime salazarista, foram determinantes para a exclusão de Cassiano Branco dos projetos oficiais de maior importância e prestígio. De igual modo, a sua personalidade frontal e exigente levou a que abandonasse, de forma prematura, empreendimentos de significativa dimensão, por desentendimentos com clientes ou construtores, sendo concluídos por outros, como sucedeu no cineteatro Éden e no cinema Império, embora o seu cunho seja evidente na solução final destes edifícios. Nos anos 50, tal como na década anterior, a carreira de Cassiano Branco foi objeto de adversidades, de que são exemplos, a não aprovação do projeto de um hotel na praia da Rocha (Portimão) e de ampliação do edifício da sede da Junta Nacional do Vinho, em Lisboa. Ambos revelaram uma tentativa, por parte do arquiteto, de integração numa estilística menos historicista, o que foi concretizado na zona do Cais do Sodré, em Lisboa, com o Texas bar (1950) e o bar Europa (1951-1952). Significativos são, também, os estudos, nunca concretizados, do concurso para o monumento ao Infante de Sagres, promovido entre 1954 e 1956, e a proposta para uma ponte sobre o rio Tejo, em 1958. Em 1957, Cassiano Branco fez parte do secretariado de apoio à candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, tornando-se, no ano seguinte, chefe de propaganda da campanha, afirmando a sua oposição em relação ao Estado Novo. Ainda neste ano, esteve preso, entre 4 e 16 de junho, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), supostamente por liderar uma ação que pretendia colocar cartazes com frases contra o regime e a apelar ao voto em Humberto Delgado, que viria a perder a eleição para Américo Tomás, num processo envolto em suspeita de fraude dos resultados, por parte da União Nacional, o partido afeto ao governo de António de Oliveira Salazar. Na década de 60, Cassiano Branco elaborou alguns projetos em que demonstrou um último esforço de acompanhamento da arquitetura de influência internacional, sobretudo, ao nível dos equipamentos turísticos, mas também nos de natureza social, como na segunda proposta de ampliação do edifício da sede da Junta Nacional do Vinho, em Lisboa, e nos projetos para o Grémio do Comércio dos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, para o quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Valença, para a

cadeia comarcã de Monção, para o edifício dos Correios, Telefones e Telégrafos [CTT] em Portimão, e para um edifício na Rebelva, em Parede. Para além dos exemplos anteriores, Cassiano Branco dedicou-se a pesquisas e investigações de natureza histórica, como demonstram os cenários para um filme, a valorização das ruínas do Carmo, em Lisboa, por via da construção de uma estátua de homenagem a D. Nuno Álvares Pereira, a par dos estudos para a reconstrução do teatro Romano de Lisboa. No todo, é visível a alternância entre um ecletismo de inspiração tradicional e de inspiração moderna, que ficou mais uma vez assinalada no último projeto de Cassiano Branco, para o concurso público para a fachada do Banco de Portugal, em Évora. A solução apresentada foi reprovada e constituiu um derradeiro exemplo da ambiguidade que marcou a sua obra, desde 1940. A prolixa e diversificada obra de Cassiano Branco, de grande riqueza formal, desenvolvida entre meados dos anos 20 e o final da década de 1960, consagrou-o como um dos arquitetos que mais indelevelmente marcou a primeira geração modernista em Portugal. Embora não tenha feito parte do grupo de pioneiros do modernismo, é inegável a sua importância na história da arquitetura portuguesa, da primeira metade do século XX, tendo sido, seguramente, um dos mais conhecidos e estudados. O contexto histórico da sua vasta e notável obra, associado à sua personalidade, é indispensável para compreender a complexidade de um percurso, muitas vezes polémico, que, iniciado no período pré-modernista da Primeira República, tendeu a ser interpretado à luz do Modernismo e do Português Suave. Cassiano Branco faleceu a 24 de abril de 1970, com 72 anos.

> História custodial e arquivística

A documentação foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1990. Encontra-se atualmente à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que a detém, em regime de usufruto e de propriedade jurídica.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1871 e 1969, no âmbito da atividade exercida por Cassiano Branco, no domínio da arquitetura, de cariz público e privado. Reflete o trajeto pessoal, académico e profissional do arquiteto, compreendendo projetos para edificado de uso diverso (habitacional, comercial, industrial, hidroelétrico, artístico, turístico, de utilização pública e recreativa). Reúne um conjunto de propostas arquitetónicas e de soluções urbanísticas, que espelham o início da estética modernista em Portugal, mas também um ecletismo de inspiração tradicional, integrando composições com particular incidência no concelho de Lisboa. Contempla projetos arquitetónicos para os seguintes tipos de utilização: moradias, prédios de rendimento, grémios, fábricas, armazéns, stands, joalharias, tipografias, cafés, cervejarias, restaurantes, monumentos, agências bancárias e de viagens, hotéis, casinos, cinemas, teatros, barragens, postos de correio, telégrafos, telefones, câmaras municipais, juntas de turismo, embaixadas, estações ferroviárias, estruturas móveis, quartéis e cadeias. Inclui, ainda, documentação particular: correspondência, desenhos, artigos de jornais, recortes, revistas, cartazes, fotografias, postais, mapas, plantas, inscrições, informação de concursos na área do ensino e estudos urbanísticos.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Alemão; Espanhol; Francês; Inglês; Italiano; Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de leitor de microfilmes, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Catálogo; Inventário

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/BLA

Título: Daniel Blaufuks

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/ODAS/004/000217

Título: Cassiano Branco: uma obra para o futuro

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Fundação Bissaya Barreto: Portugal dos Pequenitos

Internet: <http://www.fbb.pt/pp/>

Título: Rádio e Televisão de Portugal: Vida e obra de Cassiano Branco

Internet: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/vida-obra-de-cassiano-branco/>

Título: Universidade do Porto-Faculdade de Arquitetura-Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura: Fundo Cassiano Branco

Internet: https://sigarra.up.pt/faup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=18267

> Fontes e bibliografia

BÁRTOLO, José – *Cassiano Branco. Vila do Conde*: Quidnovi, 2011. ISBN 978-989-554-898-9.

BENEVOLO, Leonardo – *Historia de la arquitectura moderna*. 8.ª ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002. ISBN 978-84-252-1793-7.

CARVALHO, Maria Mendes de Jesus – *Cassiano Branco: a obra*. Lisboa: [s.n.], 1998. Tese de mestrado.

- FERNANDES, José Manuel – *Português suave: arquiteturas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, cop. 2003. ISBN 972-8736-26-6.
- FERRO, António – *Hollywood, capital das imagens*. Lisboa: Portugal Brasil, 1931.
- FRANÇA, José-Augusto – *Os anos vinte em Portugal: estudos de factos sócio-culturais*. Lisboa: Presença, 1992. ISBN 972-23-1579-X.
- LISBOA. Câmara Municipal. Pelouro da Cultura – *Cassiano Branco, uma obra para o futuro*. Lisboa: ASA, 1991.
- MAIA, Maria Augusta Agrego – *Cassiano Branco: um tempo, uma obra: 1897-1970*. Lisboa: [s.n.], 1986. Tese de mestrado.
- PEVSNER, Nikolaus – *Os pioneiros do desenho moderno*. Lisboa; Rio de Janeiro: Ulisseia, 1936.
- PINTO, Paulo Tormenta – *Cassiano Branco, 1897-1970: arquitetura e artifício*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007. ISBN 978-989-8129-14-7.
- TÁVORA, Nuno – *Retrato de um país suave: o “Portugal dos Pequenitos”*. Lisboa: [s.n.], 2015. Tese de doutoramento em arquitetura, pela Universidade Lusíada de Lisboa.

> Nota de publicação

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Jardim Portugal dos Pequenitos*. Lisboa: Câmara Municipal: Fundação Bissaya-Barreto, D.L. 2000. ISBN 972-8517-18-1.

NEVES, Helena – Inventário do Espólio de Cassiano Branco. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN 0873-9870. Nº 1 (1997) p. 50-83.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico concluído.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

CONDE DE THOMAR



[Árvores]
PT/AMLSB/CTH/000001

> Código de referência

PT/AMLSB/CTH

> Título

Conde de Thomar

> Data(s)

[191-]-[1974]

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 316 caixas (2,32 m.l.)

Suporte: Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose; Diapositivo de gelatina e prata em poliéster; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova em papel de revelação baritado ou sem barita com viragem

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Cabral, António de Alcântara Bernardo de Carvalho e Vasconcelos da Costa. 1901-1974, 4.º conde de Tomar

> História administrativa/biográfica

António de Alcântara Bernardo de Carvalho e Vasconcelos da Costa Cabral, 4.º conde de Tomar, nasceu a 14 de julho de 1901, em Carnaxide, concelho de Oeiras. Filho de Bartolomeu Dias e Sousa da Costa Cabral (1867-1944), 3.º Conde de Tomar, e de Emília Cândida de Carvalho e Vasconcelos. Viveu a sua infância e juventude no convento de Cristo, em Tomar, que era, então, a casa da sua família, tendo este sido o local de cenário para muitas das suas fotografias. Terminou o liceu em 1918, em Santarém, e realizou, de seguida, uma demorada viagem por várias cidades da Europa, nomeadamente, pela Alemanha, onde aprendeu a falar e a escrever fluentemente a língua alemã, e pela Itália, país onde residiam os avós

maternos, que foram embaixadores de Portugal nesse país. Casou, em 14 de outubro de 1925, com Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos de Albuquerque (1904-1978), filha dos condes de Mangualde, com quem teve 12 filhos. Durante os anos 20 e 30, foi aficionado radioamador, de onda curta e de telegrafia sem fios, tendo montado e aperfeiçoado o equipamento técnico da estação emissora, em sua casa. Através desta atividade, conseguiu ser intermediário de uma notícia familiar, entre Ceilão e Londres, avisando que tinha nascido um bebé. Tinha uma coleção de centenas de postais, de colegas correspondentes, assinados com o nome de código. Uma das atividades que teve, de longa duração, foi a prática do jogo de bilhar às três tabelas, chegando a obter o título de campeão de Lisboa, e foi júri num campeonato internacional, em Lisboa, nos bilhares do Rossio. Entre 1934 e 1937, viveu no Brasil. A fotografia acompanhou-o ao longo da vida, tendo começado cedo a fotografar, pensa-se, por influência da sua tia paterna, Luísa Costa Macedo, que foi fotógrafa. Deixou-nos um espólio com temáticas bastante variadas e em diversas tipologias de suporte, no qual se destacam os retratos, os quotidianos e as festas familiares, as paisagens, os eventos e os monumentos de algumas cidades portuguesas (Tomar, Conímbriga, Caldas da Rainha e a vila de Óbidos, Lisboa, entre outras). As viagens que fez pela Europa também foram registadas através da sua objetiva, tendo usado, sempre, a câmara escura que instalou em sua casa, onde reproduziu os seus trabalhos. O seu legado fotográfico situa-se em pleno período do Salonismo português, caracterizado por uma ética e estética humanista. Participou em salões de arte fotográfica, nacionais e internacionais, durante a década de 1950, onde chegou a ser premiado. Algumas das suas fotos contêm o selo de participação no 12.º Salão de Arte Fotográfica de São Paulo, no Foto-Cine Clube Bandeirantes. Foi o sócio n.º 68 do Foto-Clube 6x6 (Leica), através do qual, expôs algumas das suas fotografias, que ficaram referidas em números da publicação periódica desse clube, entre 1953 e 1957. Chegou a assinar com os pseudónimos Ramot e Marto, que são anagramas de Tomar. Trabalhou no Instituto Português das Conservas de Peixe, em Lisboa, onde permaneceu até à idade da reforma. António da Costa Cabral morreu a 20 de novembro de 1974, em Lisboa, na sequência de um ataque cardíaco.

> História custodial e arquivística

A documentação manteve-se na posse da família de António da Costa Cabral, até ser doada à Câmara Municipal de Lisboa, de forma faseada, em diferentes períodos cronológicos. Em 1 de outubro de 2017, foi entregue, por Manuel da Costa Cabral, um conjunto de negativos em vidro e película. Em 14 de fevereiro de 2018, foi celebrado um contrato de doação, entre o Município de Lisboa, representado pela vereadora da Cultura, Dr.ª Catarina Vaz Pinto, e Bartolomeu Albuquerque da Costa Cabral, representante legal dos herdeiros da herança. No dia 9 de abril de 2018, foi entregue um conjunto composto por provas a preto-e-banco, de formato 30 x 40 cm, por Manuel da Costa Cabral, impressas pelo autor, na sua câmara escura, nas décadas de 1950 e 1960.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre as décadas de 1910 e 1970, por António da Costa Cabral, conde de Tomar, composta por fotografias de retratos, quotidianos e festas familiares, paisagens, eventos e monumentos de algumas cidades portuguesas (Tomar, Conímbriga, Caldas da Rainha e Óbidos, Lisboa, entre outras).

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Numérica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Inventário

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/001751

Título: [Contrato de doação: fundo Conde de Thomar]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Arquivo da Casa de Mateus

Internet: http://arquivo.casademateus.com/index.php/antonio-de-alcantara-bernardo-de-carvalho-e-vasconcelos-da-costa-cabral-4-conde-de-tomar-maria-teresa-de-sousa-botelho-mourao-de-albuquerque-e-uma-de-suas-filhas?sf_culture=pt

Título: Arquivo da Casa de Mateus: Sousa Botelho Albuquerque

Internet: <http://arquivo.casademateus.com/index.php/informationobject/browse?collection=64176&topLod=0&view=card&onlyMedia=1>

> Fontes e bibliografia

FOTO CLUBE, org. – *Exposição fotográfica inter-sócios*. Lisboa: [Foto Clube], 1953.

FOTO CLUBE, org. – *Exposição fotográfica*. Lisboa: [Foto Clube], 1955.

FOTO CLUBE, org. – *V Exposição fotográfica*. Lisboa: [Foto Clube], 1957.

FUNDAÇÃO DA CASA DE MATEUS – *Sousa Botelho de Albuquerque, Família* [Em linha]. [Consult. 2018-]

05-15]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivo.casademateus.com/index.php/informationobject/browse?collection=64176&topLod=0&view=card&onlyMedia=1>>.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE XABREGAS



Livro da sacristia do convento de São Francisco de Xabregas
PT/AMLSB/CSFX/02/01/01

> Código de referência

PT/AMLSB/CSFX

> Título

Convento de São Francisco de Xabregas

> Data(s)

1737-1813

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 3 livros (0,135 m.l.)

Suporte: Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Ordem dos Frades Menores. Convento de São Francisco de Xabregas. 1455-1834

> História administrativa/biográfica

O convento de São Francisco de Xabregas, também conhecido por convento de Santa Maria de Jesus ou convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, consiste num edifício de cariz monástico e conventual, com igreja, situado na rua de Xabregas, 50-58, na zona oriental de Lisboa. O convento foi fundado por D. Guiomar de Castro, condessa de Atouguia, viúva do 1.º conde de Atouguia, Álvaro Gonçalves de Ataíde, em terrenos doados por D. Afonso V, pelo alvará régio de 17 de outubro de 1455, com o objetivo de edificar um convento num local, “Enxobregas”, que era, à época, fora dos muros da cidade. Este edifício pertenceu à Casa de Atouguia até ao advento do terramoto de 1755 passando, posteriormente, para a Coroa, conforme referido pelo pároco Luís da Costa de Barbuda, nas suas memórias paroquiais, em 22 de julho de 1758. A construção do convento ocorreu entre 1455 e 1460, como um edifício pequeno, que iria albergar nove frades da Ordem dos Frades Menores da Observância de São Francisco, vindos da ilha da Madeira. A chegada destes frades a Lisboa ocorreu em 1459, por solicitação de D. Afonso V, num processo intermediado pelo padre frei Rodrigo da Arruda, Vigário Provincial da Observância, tendo tomado posse do convento em 1460, sendo o décimo nono convento da Observância a surgir em Portugal, sob a invocação de Santa Maria de Jesus. Os frades viviam, sobretudo, de esmolas que recolhiam pela cidade, às quartas-feiras e domingos, de ofertórios das missas, bem como de doações de particulares e da Coroa. Uma das suas missões era o acolhimento de pobres e de peregrinos, que solicitavam hospedagem no convento. Em 1517, a ordem dividiu-se em duas: a Ordem dos Frades Menores da Regular Observância e a Ordem dos Frades Menores Conventuais. O mesmo aconteceu à Província de Portugal dos Observantes, que também se dividiu em duas: a Província de Portugal, que agregava os conventos a norte do Tejo, e a Província dos Algarves, ou Xabreganos, assim designada porque o convento de São Francisco de Xabregas era a sede da província e abrangia os restantes conventos. A partir de 1532, o convento pertenceu à Ordem Seráfica de São Francisco de Assis, da Província Independente dos Algarves, beneficiando de proteção real, primeiro da rainha D. Leonor e depois de D. João III e de sua mulher, D. Catarina, que procuravam conforto espiritual junto dos frades, nos momentos mais dolorosos das suas vidas, assistindo também a missas. O dinamismo da ordem franciscana levou a um aumento significativo da comunidade conventual, bem como de fiéis leigos, obrigando a obras de ampliação do convento. De facto, desde a sua fundação, o edifício sofreu sucessivas intervenções, havendo notícias de que o convento albergava cinquenta frades e trinta e cinco padres, em 1551, e noventa frades, em 1620. O terramoto de 1755 destruiu o convento, quase na sua totalidade, obrigando os seus residentes a viverem em barracas de madeira temporárias e a improvisarem a igreja num celeiro, dentro da cerca conventual. A reconstrução ocorreu a partir de 1766, sob a égide do Marquês de Pombal. No final da guerra civil (1828-1834), D. Pedro IV decidiu extinguir os conventos e as ordens religiosas nos Açores, em 1832, e em todo o reino e ultramar, em 1834. O ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar preparou o decreto de 30 de maio de 1834, que extinguiu os conventos, mosteiros e todas as ordens religiosas masculinas, tendo os bens destas casas religiosas sido nacionalizados e incorporados na Fazenda Nacional. Como consequência da expulsão das ordens religiosas, o convento acolheu o Regimento de Infantaria n.º 1 e o Batalhão Naval de Artífices Engenheiros, assim como algumas famílias dos oficiais. Em 1839, a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonenses ocupou o convento até ao incêndio que, em 1842, destruiu uma parte do edifício. A partir de 1845, foi instalada a Companhia de Tabacos Lisbonense, sendo posteriormente, em 1891, designada Companhia de Tabacos de Portugal. No período de 1929 a 1932, o convento foi transformado em unidade industrial, e entre 1939-1940, sofreu obras de consolidação e melhoramentos dos muros de suporte. Em 1945, foi ampliado o refeitório, a par de uma construção no interior do claustro, e, em 1950, iniciou-se a remodelação da instalação elétrica, juntamente com mais obras gerais de manutenção. Na década de 1980, realizaram-se obras de beneficiação exterior no edifício, tendo-se instalado o Teatro Ibérico, em 1981, e a mediateca de formação profissional, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 1988. Em 1990, foram efetuadas obras para a instalação de serviços adicionais, como o refeitório e a cafetaria, entre outros, mantendo-se atualmente como teatro e mediateca.

> História custodial e arquivística

Desconhece-se a história custodial e arquivística da documentação, até ao seu ingresso no Arquivo Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Desconhecida

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1737 e 1813, constituída por livros contendo informações relativas ao quotidiano do convento. Inclui um livro da sacristia, datado de 1737, com a relação dos instituidores das capelas, por ordem alfabética, onde são referidas as disposições testamentárias, quanto à periodicidade das missas e quantias destinadas. Contém ainda dois livros de registo mensal das receitas e despesas do convento, datados de 1795 a 1799 e de 1809 a 1813. Este segundo livro contém dois requerimentos de frei Joaquim da Santa Ana Almeida, antigo guardião do convento.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Orgânica; Temática

Ordenação: N/A

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, sem comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

N/A

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

N/A

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: Convento de São Francisco de Xabregas

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379983>

Título: Direção-Geral do Património Cultural: Património arquitetónico

Internet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

Título: Museu de Lisboa

Internet: <http://www.museudelisboa.pt/>

> Fontes e bibliografia

FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. pp. 91-99.

LISBOA. Câmara Municipal. Departamento de Património Cultural – *Convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas* [Em linha]. [Consult. 2018-05-10]. Disponível em WWW: <URL: <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=581>>.

MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Caminho do Oriente: guia histórico II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. pp. 24-31.

PORTEGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de – *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974. p. 112-113, 307.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

EDUARDO PORTUGAL



> Código de referência

PT/AMLSB/POR

> Título

Eduardo Portugal

> Data(s)

1919-1950

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 822 caixas (157,98 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova em albumina; Prova em papel direto de colódio ou gelatina; Prova em papel direto de colódio mate; Prova em papel salgado; Prova fotomecânica, fototipia; Prova fotomecânica, gravura; Prova em papel de revelação baritado; Prova em papel de revelação baritado ou sem barita com viragem

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Portugal, Eduardo. 1900-1958, fotógrafo e colecionador

> História administrativa/biográfica

Eduardo Macedo d'Elvas Portugal nasceu em Lisboa, a 26 de fevereiro de 1900, filho de Adelaide Alexandrina Macedo (1846-1915) e de José d'Elvas Portugal (1840-1897), no seio de uma família de comerciantes abastados, estabelecida em Lisboa desde o final do século XIX. Aos sete anos, começou a frequentar a Escola Académica de Lisboa, concluindo os estudos primários, em 1911, e o curso

comercial, em 1915, com distinção. Iniciou a vida profissional como arquivista no Banco Portuguez e Brasileiro, situado na rua Augusta n.º 34. Em 1932, já no exercício do cargo de arquivista-chefe, o banco encerrou, e Eduardo Portugal foi trabalhar com o pai, na chapelaria da família, Portugal & Diniz, na rua Augusta n.º 181-183. O seu interesse pela fotografia começou a concretizar-se em 1919, segundo registos do próprio, num pequeno livro, contendo imagens, em formato 6 x 9 cm, que documentam reuniões de família, retratos, viagens, paisagens, monumentos, devidamente identificadas, datadas e com informação técnica relativa ao processo fotográfico (tempo de exposição e controlo de qualidade). Eduardo Portugal reservava os seus tempos de fruição, nos períodos de férias e de fins de semana, para se dedicar à arte fotográfica, em viagens que fazia pelo país, entre finais da década de 1920 a 1940, recorrendo aos materiais de divulgação turística mais atualizados, para planear as suas viagens ao estrangeiro, que solicitava às entidades francesa, inglesa, belga e espanhola. A atividade fotográfica que o autor desenvolveu na década de 1920 intensificou-se, consideravelmente, nas três décadas seguintes, por todo o país, documentando, não só, o património histórico edificado, como também as tradições populares locais, com fotografias que remetia às comissões de iniciativas de turismo, das respetivas câmaras municipais, propondo a sua publicação. Neste âmbito, recebeu também encomendas do Conselho Nacional de Turismo, do Conselho de Turismo da Comissão de Propaganda de Portugal no Estrangeiro e do Secretariado de Propaganda Nacional. Editou coleções de postais ilustrados e elaborou brochuras com imagens, acompanhadas de textos de sua autoria, promovendo o país nas casas de Portugal em Londres, Antuérpia, Paris e Rio de Janeiro. A livraria Bertrand, SARL, a parceria A. M. Pereira e a casa Nells editaram álbuns e coleções de postais com imagens suas. Colaborou igualmente com várias publicações, editoras e agências portuguesas e estrangeiras, com a publicação de alguns dos seus trabalhos, de que são exemplo: a revista Civilização, a Editorial Encyclopédia, o boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a revista espanhola Oásis, a livraria Hachette, a agência austríaca Viena, a revista brasileira Vida Doméstica (1936) ou as agências francesas Maison de la Bonne Presse e a parisience F. Le Bourgeois, da qual passou a ser representante em Lisboa. O espírito empreendedor de Eduardo Portugal, aliado aos conhecimentos de arquivística, adquiridos anos antes, em funções na instituição bancária, levou-o a propor a constituição de arquivos fotográficos, tanto no Conselho Nacional de Turismo (1932), como no Museu Municipal de Sintra (1942) e no Grupo de Amigos de Lisboa (1952). A sua atividade artística estava intimamente associada à promoção de produtos comerciais e industriais e, para além da fotografia e do colecionismo, dedicava-se ao desenho de cartazes, menus, objetos típicos, assim como à criação de embalagens de doces regionais. No âmbito culinário, colaborou com Emanuel Ribeiro, na obra “O doce nunca amargou”, de 1928, e numa reedição da obra “Arte de cozinha”, de 1794, da autoria de Domingos Rodrigues. A qualidade das imagens e os temas retratados, em torno de Lisboa, foram reconhecidos no âmbito municipal, pela publicação de fotos em periódicos e monografias, no boletim cultural da Câmara Municipal de Lisboa (1937), na Olisipo, no boletim do Grupo Amigos de Lisboa, nas obras “Parque Eduardo VII. Estufa-fria” (1936), “Guia de Lisboa” (1941) e em catálogos de numerosas exposições, organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, em que participou como fotógrafo e/ou colecionador. A 7 de junho de 1940, foi admitido como sócio n.º 1000, no Grupo Amigos de Lisboa, permitindo-lhe contactar com olisipógrafos de renome, como Augusto Vieira da Silva (1859-1951), Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), Manuel Ferreira de Andrade (1910-1970), para além do seu primo Luís Pastor de Macedo (1901-1971). O seu interesse pela fotografia era partilhado com fotógrafos da sua época, José Artur Leitão Bárcia (1873-1945), Mário Novais (1899-1967) e Paulo Guedes (1886-1947), entre outros, com os quais mantinha uma profusa relação epistolar. Recebeu também, do Município de Lisboa, a encomenda da cobertura fotográfica das transformações urbanísticas executadas na cidade, na década de 1940. Eduardo Portugal morreu em 29 de junho de 1958, em Lisboa, onde residiu toda a sua vida, sem deixar descendência.

> História custodial e arquivística

A documentação permaneceu na residência de Eduardo Portugal, que fora de seus pais, na rua do Salitre. Após a sua morte e, anos depois, da do seu irmão, João Portugal, não havendo descendentes,

foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, por intermédio de Ruy Macedo Fernandes (1927-02-18), primo em 2.º grau do autor. O acervo foi entregue em 1991, no Arquivo Municipal de Lisboa, onde se realizou um inventário prévio, em fichas manuais, com informação respeitante aos álbuns e às espécies fotográficas neles contidas. Em março de 1994, a documentação foi transferida para as novas instalações do arquivo fotográfico, na rua da Palma.

> **Fonte imediata de aquisição e transferência**

Doação

> **Âmbito e conteúdo**

Documentação produzida e acumulada entre 1919 e 1950, em resultado do trabalho fotográfico de Eduardo Portugal, composta por espécies da sua autoria e de outros fotógrafos, com imagens predominantemente relacionadas com a cidade de Lisboa, que abordam temáticas relativas ao urbanismo, arquitetura, paisagem, monumentos, retratos individuais e de grupo, de familiares e amigos, bem como algumas reportagens de casamentos e acontecimento sociais. Inclui imagens referentes a atividades do Grupo Amigos de Lisboa, passeios culturais, recolha ou reconhecimento de bens culturais, reprodução de imagens de gravuras e de documentos, etc. Contém negativos em chapa de vidro e película, provas em papel de revelação, postais fotográficos em fotogravura e rotogravura, postais ilustrados de desenho e gravuras antigas, editados por Eduardo Portugal e por outros responsáveis, álbuns com provas fotográficas, compilados e montados pelo próprio, correspondência trocada no âmbito pessoal profissional, cadernos de registo, diários, livros de anotações e de contabilidade pessoal, entre outra documentação. Integra, ainda, coleções de espécies fotográficas da autoria de: Augusto Bobonne (1825-1910), António Ferrugento Gonçalves (?-197??), A. S. Fonseca (séc. XIX), Carlos Vasques (séc. XIX), Domingos Alvão (1872-1946), Emílio Biel (1838-1915), Henrique Nunes (1820?-1895?), José Maria da Silva, P. Areia, Francesco Rocchini (1821-1893), bem como provas a partir de negativos, de António Novaes (1855-1940). O espólio integra, ainda, equipamento fotográfico diverso, memorabilia e objetos pessoais, assim como uma vasta biblioteca especializada em olisipografia e fotografia, com folhetos turísticos, recortes de imprensa e livros.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Numérica

> **Condições de acesso**

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> **Instrumentos de descrição**

Inventário; Livros de registo

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/ODAS/002/073

Título: Eduardo Portugal

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/ODAS/002/144

Título: Eduardo Portugal 1900-1958

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP

Título: Eduardo Macedo Portugal

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Grupos Amigos de Lisboa

Internet: <https://www.amigosdelisboa.com/>

> **Fontes e bibliografia**

6.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Certidão de casamento, Livro IV, Freguesia da Madalena, Ano 1900, 6.ª folha, nº 11.

7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, Assento 38, Ano 1900, Anotação 7488.

Câmara Municipal de Lisboa. Divisão de Gestão Cemiterial, Registros do 1.º Cemitério (Alto de São João), Jazigo particular nº 2989.

Câmara Municipal de Lisboa. Divisão de Gestão de Arquivos. Arquivo do Arco do Cego, Processo de Jazigo nº 2989, 1.º Cemitério Oriental.

Entrevista a Margarida Benito, Lisboa, 21 de Fevereiro de 2003 (fonte oral).

RIBEIRO, Emanuel – *O doce nunca amargou....* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, dir. – *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa. Ano XVII, n.º 65 (janeiro 1954) p. 157-163. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1954/N65/N65_item1/index.html>.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, dir. – *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa. Ano XVII, n.º 67 (julho 1954) p. 132-133. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1954/N67/N67_item1/P38.html>.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, dir. – *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa. Ano XXI, n.º 81 (janeiro 1958) p. 63. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1958/N81/N81_item1/index.html>.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, dir. – *Olisipo: boletim trimestral do Grupo Amigos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa. Ano XXI, n.º 83 (julho 1958) p. 121. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1958/N83/N83_item1/P9.html>.

> Nota de publicação

Fotógrafos do mundo português: 1940 [Em linha]. Lisboa: Padrão dos Descobrimentos, 2013. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.padraodosdescobrimentos.pt/wp-content/uploads/AFd-Brochura-Fotografos1.pdf?558615>>.

LINO, Raul – *A casa portuguesa*. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Eduardo Portugal (1900-1958)* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2014. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <https://arquivo.pt/wayback/20190319031736mp/http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Publicacoes/ep_digi.pdf>. ISBN 978-972-8517-55-7.

MOITA, Ana Paula; CORDA, Isabel – *Eduardo Portugal, 1900-1958. Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 9 (2007), p. 220-236.

PAVÃO, Luís – *O espólio de Eduardo Portugal. Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 0873-9870. I série, n.º 9 (2007), p. 238-251.

RIBEIRO, Mário de Sampayo – *Da velha Algés. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa. Nº 3, vol. I, [1937] p.343-369. [Consult. 2018-04-24]. Disponível em WWW: <URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/0BRAS/BoletimCE/N3/N3_master/N3.pdf>

SANTOS, Denise dos – Representações fotográficas de um plano de reabilitação do espaço urbano: o caso do Bairro das Minhocas e do Bairro da Quinta da Calçada por Eduardo Portugal [1938-1944]. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. ISSN 2183-3176. II série, n.º 4 (2015), p. 369-390.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1939. Vol. 1.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

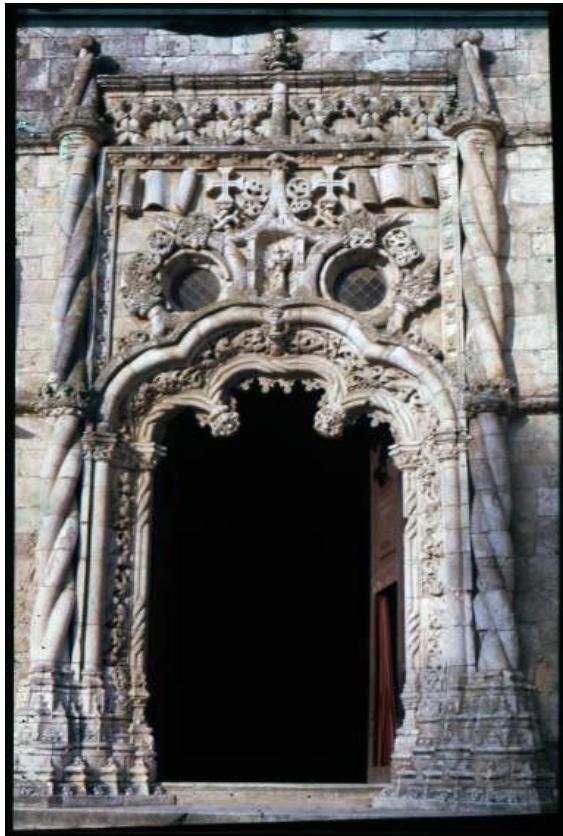
> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

ERNESTO DE SOUSA



[Igreja matriz da Guarda, portal manuelino]
PT/AMLSB/ESO/000083

> Código de referência

PT/AMLSB/ESO

> Título

Ernesto de Sousa

> Data(s)

1960-1988

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 4 caixas (1,51 m.l.)

Suporte: Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Sousa, Ernesto de. 1921-1988, fotógrafo

> História administrativa/biográfica

José Ernesto de Sousa nasceu em Lisboa a 18 de abril de 1921. Entre 1940 e 1947, frequentou o Curso de Ciências Físico-Químicas, na Faculdade de Ciências de Lisboa, que não chegou a concluir. Durante esse período, e em paralelo com o curso, iniciou a sua produção fotográfica que, aliás, esteve presente em todo o percurso da sua vida e da sua atividade multidisciplinar. Numa primeira fase, executou, predominantemente, levantamentos etnográficos, registos de arte popular e de escultura, bem como retratos em contexto urbano. Ainda na década de 1940, organizou uma exposição de arte moderna e arte africana (1946), onde integrou obras originais de artistas do modernismo português, entre os quais, Amadeo de Souza-Cardoso e Almada Negreiros. Este último foi, para ele, uma referência importante e a figura central nas suas propostas para uma nova vanguarda portuguesa. Colaborou em diversas publicações, como crítico de arte, tais como, Seara Nova, Mundo Literário, Portucale, Vértice e tornou-se defensor acérrimo do movimento neorrealista. Fundou o Círculo de Cinema, um dos primeiros cineclubes portugueses. De facto, a divulgação do cineclubismo, acerca do qual escreveu em múltiplas e variadas publicações, fizeram dele um dos mais notáveis cineclubistas nacionais. No final desta década, iniciou a sua atividade cinematográfica, que o levou a fixar-se algum tempo em Paris (1949-1952), onde frequentou estudos de história do cinema, filmologia e técnicas de som. Escreveu sobre estes temas, para a revista Plano Focal (1953), da qual foi chefe de redação. Mais tarde, publicou vários livros sobre cinema, em que se destacam “O argumento cinematográfico” (1956), “A realização cinematográfica” (1957) e “O que é o cinema” (1960). Durante os anos 60, realizou o filme “Dom Roberto” (1962), que recebeu, em Cannes, na semana da crítica, os prémios da Jovem Crítica e da Associação do Cinema para a Juventude. Orientou o Curso de Cinema Experimental, no Cineclube do Porto (1965). Deu aulas (1967-1970) nas disciplinas de Técnicas da Comunicação e Estética do Teatro e do Cinema, no Curso de Formação Artística da Sociedade Nacional de Belas-Artes. Entre 1969 e 1972, filmou o filme “Almada, um nome de guerra”, no atelier de Almada Negreiros, que, juntamente com o exercício teatral “Nós não estamos algures” (1969) e o projeto mixed media “Luíz Vaz 73”, tiveram a influência do movimento artístico Fluxus, onde travou amizade com Robert Filliou e Wolf Vostell. Ainda nesta década, publicou vários livros sobre o neorrealismo em Portugal, como são exemplo, os títulos “Júlio Pomar” (1960), “Lima de Freitas” (1961) e “A pintura portuguesa neo-realista” (1965). Organizou, ainda, exposições de arte: Exposição de Arte Africana (1961); Quatro Artistas Populares do Norte: Barristas e Imaginários (1964), com Rosa Ramalho, entre outros. Durante a década de 1970, foi participante ativo em redes de arte postal, igualmente influenciadas pelo movimento Fluxus, tendo contribuído para várias publicações coletivas internacionais. Até aos anos 80, continuou a sua intensa atividade artística, idealizou projetos expositivos (O teu corpo é o meu corpo, em 1972), foi curador (Projectos-Ideias, em 1974; Alternativa Zero, em 1977), organizador (Onze artistas portugueses em Milão, em 1978) e participante (“Tu cuerpo es mi cuerpo / Mi cuerpo es tu cuerpo”, em 1978) em exposições (Portuguese Video Art, em 1981; Atitudes Litorais, em 1984; Itinerários, em 1987), congressos (AICA, na Polónia, em 1975), conferências (Arte-Processo ou Artes da Acção, em 1978), dirigiu a galeria Diferença (1978-1987). Isabel Alves, viúva do artista, descreveu-o, numa entrevista, como “um artista em frenesim permanente [ε] nunca estava no presente, estava sempre no futuro. Porque o presente já não lhe interessava, estava feito” (Público, 2012). O seu espírito aberto e polémico fê-lo entrar, muitas vezes, em conflito com as ideias político-culturais da época, sendo, por isso, preso quatro vezes pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). O espólio da sua autoria é multifacetado, tal como foi toda a sua vida, sendo composto por documentos fotográficos, filmes, cartazes, documentação escrita, biblioteca e registos sonoros. Como colecionador, procurou, também, obras diversas de outros autores. Ernesto de Sousa morreu a 6 de outubro de 1988.

> História custodial e arquivística

A documentação manteve-se na posse da família de Ernesto de Sousa, até 8 de abril de 2014, altura em que foi entregue, no Arquivo Municipal de Lisboa, uma parcela do espólio fotográfico, com cerca de 1700 diapositivos cromogéneos em caixilho. O acordo efetuado entre Isabel Alves, viúva do fotógrafo,

e o Município de Lisboa, definiu a cedência temporária, a título de depósito, do conjunto documental composto por, aproximadamente, 5500 diapositivos.

> **Fonte imediata de aquisição e transferência**

Depósito

> **Âmbito e conteúdo**

Documentação produzida e acumulada entre 1960 e 1988, por Ernesto de Sousa, composta por fotografias, cuja temática incide sobre duas grandes áreas: as artes visuais e performativas e o património. A área de artes visuais e performativas subdivide-se em: contextos da arte internacional contemporânea, arte portuguesa contemporânea, teatro nacional e internacional, política, manifestações, grafitis e as artes plásticas, o 25 de Abril. Na área do património, estão representados: presépios e arte barroca, Almada Negreiros, património de influência árabe, arquitetura popular, artistas naïf.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo aberto. Estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Numérica

> **Condições de acesso**

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em mau estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos.

> **Instrumentos de descrição**

Inventário; Listagem de conteúdos

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001598

Título: [Acordo de depósito: fundo Ernesto de Sousa]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Centro de Estudos Multidisciplinares Ernesto de Sousa

Internet: <http://www.ernestodesousa.com/>

> Fontes e bibliografia

Ernesto de Sousa (1921-1988): A Mão Direita Não Sabe o Que a Esquerda Anda a Fazer... . [Em linha]. [Consult. 2018-05-04]. Disponível em: WWW: <URL: <http://www.artecapital.net/perspetiva-201-paula-pinto-ernesto-de-sousa-1921-1988-a-mao-direita-nao-sabe-o-que-a-esquerda-anda-a-fazer>>.

BALIZA, Ana [et al.] – *Ernesto de Sousa* [Em linha]. [Consult. 2018-05-10]. Disponível em: WWW: <URL: <http://www.ernestodesousa.com/>>.

Ernesto de Sousa [Em linha]. [Consult. 2018-05-04]. Disponível em: WWW: <URL: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/pessoa/2143688637/Ernesto+de+Sousa>>.

PORTUGAL. Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado – *Ernesto de Sousa* [Em linha]. [Consult. 2018-05-04]. Disponível em: WWW: <URL: <http://www.museuarteccontemporanea.gov.pt/pt/artistas/ver/133/artists>>.

ANDRADE, Sergio C. – *O Ernesto de Sousa estava sempre no futuro* [Em linha]. [Consult. 2018-05-11]. Disponível em: WWW: <URL: <https://www.publico.pt/2012/07/06/jornal/o-ernesto-de-sousa-estava-sempre-no-futuro-24854779>>.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999.* Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo.* Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

FIRMINO MARQUES DA COSTA



Visita Presidencial a Angola, Malanje, quedas do Duque de Bragança/Kalandula
PT/AMLSB/MAC/VPR/007/005608

> Código de referência

PT/AMLSB/MAC

> Título

Firmino Marques da Costa

> Data(s)

1940-1970

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 147 caixas (32,34 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em poliéster;

Prova em papel direto de colódio ou gelatina

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Costa, Firmino Marques da. 1911-1992, fotógrafo

> História administrativa/biográfica

Firmino Marques da Costa nasceu a 10 de Janeiro de 1911, na freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa,

filho de Júlio Marques da Costa e de Elvira do Rego Marques da Costa. Frequentou, até aos 14 anos, a Escola Comercial Veiga Beirão, mas os primeiros passos na aprendizagem das técnicas fotográficas foram dados com o próprio pai e com Anselmo Franco, ambos fotógrafos. Recebeu a carteira profissional de jornalista, em março de 1938, porém, a sua colaboração na imprensa iniciou-se aos 17 anos, quando ingressou na delegação de Lisboa do jornal Comércio do Porto, então sob a direção de Bento Carqueija. Neste periódico, cuja colaboração manteve até se aposentar, chegou a ser o único fotojornalista, mas a sua atividade na imprensa estendeu-se a outros jornais e revistas, entre as quais, O Panorama, Novidades, A Voz e o Primeiro de Janeiro. Durante a década de 1920, iniciou a colaboração com as duas maiores revistas ilustradas de circulação nacional, O Século Ilustrado e Notícias Ilustrado. Em 1929, entrou para o Diário de Notícias, sendo seu diretor Eduardo Schwalbach, mantendo-se a trabalhar nesta entidade até ser saneado, em 1975. Foi ao serviço deste jornal que fez a cobertura da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), um dos mais destacados trabalhos que realizou. A partir de 1979, tornou-se coordenador de uma secção no Diário Popular, periódico com o qual já colaborava há várias décadas, como repórter fotográfico. Efetuou múltiplos trabalhos oficiais para a secção de imprensa do Ministério do Ultramar, ao serviço do qual, fez a cobertura fotográfica de diversas viagens presenciais a África e ao Brasil, utilizando, frequentemente, uma câmara Spido-Gaumont. Colaborou no boletim Portugal, no jornal do Secretariado Nacional de Informação (SPN/SNI), fazendo a cobertura de inúmeras iniciativas deste organismo, nomeadamente, exposições e outras atividades de caráter cultural e turístico. Acompanhou a primeira visita de Estado de um Presidente da República Portuguesa às colónias africanas, integrado na missão cinegráfica às colónias de África. Desta participação, resultou a obra “Viagem presidencial às colónias”, publicada em cinco volumes, pela Agência Geral das Colónias, entre 1938 e 1939. Recebeu diversas condecorações, destacando-se o grau de Cavaleiro da Ordem do Infante D. Henrique, em 1970. Em julho de 1985, retirou-se da atividade profissional, contando, então, com uma carreira de mais de sessenta anos. Firmino Marques da Costa faleceu a 30 de Julho de 1992.

> História custodial e arquivística

A documentação foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, a Firmino Marques da Costa, em 1990.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1940 e 1970, por Firmino Marques da Costa, sendo constituída por dois conjuntos. O primeiro conjunto contém imagens pessoais e da família do fotógrafo, enquanto o segundo inclui reportagens executadas no âmbito da sua atividade profissional. O acervo contempla, ainda, alguns documentos fotográficos do seu pai, Júlio Marques da Costa, bem como equipamento de fotografia, utilizado pelo autor. Nas suas reportagens de trabalho, destacam-se: as viagens presenciais a Guiné (1955 e 1968), Cabo Verde (1955 e 1968), São Tomé e Príncipe (1954 e 1970), Angola (1954 e 1963), Moçambique (1956 e 1964), Brasil (1957), Açores (1957); as reportagens de caráter oficial, nomeadamente, exposições do Secretariado Nacional de Informação (SNI/SPN), monumentos nacionais, inauguração do Estádio Nacional (1947), festas centenárias (1940), Exposição do Mundo Português (1940), iniciativas religiosas, Legião Portuguesa, Mocidade Portuguesa, festas da cidade de Lisboa (1947), congresso da União Nacional (1944); retratos dos chefes de Estado, Óscar Fragoso Carmona e Francisco Higino Craveiro Lopes, bem como do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Listagem de conteúdos

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001753

Título: [Acordo de compra: fundo Firmino Marques da Costa]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FMC

Título: Firmino Marques da Costa

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Arquivo Científico Tropical

Internet: <http://actd.iict.pt/>

Título: Arquivo Histórico Ultramarino

Internet: <http://ahu.dglab.gov.pt/>

Título: Arquivo Nacional Torre do Tombo: livro de registos de baptismos: assento de nascimento n.º 18 de 1911, freguesia de Santa Maria Maior

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=5932539>

Título: Arquivo da Presidência da República

Internet: <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=141908&ht=firminofflmarquesffldafflcosta>

Título: Museu da Presidência da República

Internet: <http://www.museu.presidencia.pt/index.php>

> **Fontes e bibliografia**

PORUGAL. Presidência da República. Museu, org. – *Fotógrafos e fotografia: retrato de presidentes*. Lisboa: Letras Várias, 2010. Catálogo de exposição. ISBN 978-9-899597-44-0.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

FRANCISCO KEIL DO AMARAL



Teatro ao ar livre e padrão-miradouro
PT/AMLSB/FKA/01/004

> Código de referência

PT/AMLSB/FKL

> Título

Francisco Keil do Amaral

> Data(s)

1885-1999

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 caixa, 512 pastas, 120 rolos, 1 livro, 2 dossiers, 3 álbuns, 5 molduras (22 m.l.)

Suporte: Contraplacado; Metal; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Papel (cartão, comum, ozalide, reprolar, vegetal); Prova cromogénea baritada; Prova em papel de revelação baritado ou sem barita com viragem; Tela

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Amaral, Francisco Keil do. 1910-1975, arquiteto

> História administrativa/biográfica

Francisco Caetano Keil Coelho do Amaral, filho do engenheiro agrónomo Francisco Coelho do Amaral Reis (1873-1938), elevado a visconde de Pedralva, e de Guida Maria Josefina Cinatti Reis Keil (1885-1965), nasceu em Lisboa, a 28 de abril de 1910. Os primeiros anos foram passados em Canas de Senhorim, no solar da família paterna, com exceção dos períodos de 1912-1913 e 1920-1921, em que viveu em Luanda

com a família, onde o pai desempenhou os cargos de diretor-geral de Agricultura e governador-geral de Angola. Regressados desta colónia, em 1921, veio viver com a família em Lisboa, onde no ano seguinte iniciou o liceu na Escola Nacional, no palácio da Lavra, na rua de São José. O ensino secundário foi concluído em 1928, no liceu Gil Vicente, que se encontrava no convento de São Vicente de Fora. De seguida, frequentou, em simultâneo, os cursos de Engenharia, no Instituto Superior Técnico, e de pintura, na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Aos 18 anos, a conselho de Leal da Câmara, do círculo familiar, enveredou pela Arquitetura, ingressando na Escola de Belas Artes de Lisboa (EBAL). Esta opção coincidiu com o abandono da casa dos pais e o início da atividade profissional, na área da publicidade, que lhe permitiu contactar com artistas modernos. A permanência na EBAL revelou-se uma profunda desilusão, por via da metodologia totalmente ultrapassada praticada pelos professores. Sob a acusação de ser o cabecilha de uma fação insurreta, quando frequentava o 2.º ano, foi-lhe instaurado um processo disciplinar, devido à ação de Adães Bermudes, responsável pela cadeira de Arquitetura, que poderia culminar na sua expulsão, facto que o levou a abandonar este estabelecimento de ensino. Em 1931 começou a trabalhar no atelier do arquiteto Carlos Ramos, na rua dos Remédios à Lapa, onde encontrou Adelino Nunes e Dario Vieira, aí permanecendo durante cinco anos. Em total oposição ao ambiente acrítico e autoritário que experienciou na EBAL, Carlos Ramos foi uma influência decisiva na formação de Keil do Amaral como arquiteto e na importância de ser modernista, permitindo-lhe contactar com o que de mais contemporâneo se desenvolvia e discutia no estrangeiro. Foi nesse quadro que, em 1932, apresentou um projeto moderno de uma estação de caminho de ferro, no Salão de Inverno da Sociedade Nacional de Belas-Artes. Em 1934, como aluno externo, foi aprovado no curso geral de Arquitetura da EBAL, obtendo, dois anos depois, o diploma de Arquiteto, com 17 valores. Seguiu-se o tirocínio, com a duração de dois anos, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, na qualidade do qual foi convidado pelo governador de Macau para desenvolver o projeto de urbanização das ilhas de Taipa e Coloane. Pelo meio, em 1933, casou com Maria da Silva Pires (mais tarde conhecida como a pintora Maria Keil), com quem passou a residir na calçada do Grilo ao Beato, tendo nascido, dois anos mais tarde, o seu único filho, Francisco Pires Keil do Amaral. Em 1936, com somente 26 anos, conquistou o concurso para o pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris, de 1937. A permanência na capital francesa, entre 1936 e 1937, para acompanhar a construção desse pavilhão, permitiu-lhe conhecer os países mais próximos, onde se destaca a Holanda, cuja arquitetura o marcou decisivamente, sobretudo a do modernista Willem Marinus Dudok. Regressado de Paris, a 22 de fevereiro de 1938, foi admitido como Arquiteto assalariado na 1.ª Repartição de Urbanização e Expropriações, da Direção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO), da Câmara Municipal de Lisboa (CML), juntamente com o arquiteto Faria da Costa, como se observa no respetivo processo individual, com o número 1658/1938. No início de 1938, no âmbito do plano geral de urbanização e expansão de Lisboa, da autoria de Duarte Pacheco, este estadista convidou Keil do Amaral a desenvolver o projeto global do parque florestal de Monsanto e dos seus equipamentos. Com o objetivo de “colher elementos indispensáveis ao bom andamento das obras do Parque Florestal de Monsanto”, tal como se encontra no supradito processo, e ficar a par do que de mais recente existia nessa matéria na Europa, em 26 de junho de 1939, o presidente da CML autorizou-o a “visitar os parques de Paris, Londres, Amsterdam e Haya, a exposição de Stuttgart, e a arborização de alguns troços de autoestradas alemãs”, conforme pedido de Keil do Amaral. Esta viagem, com a duração de 25 dias, ocorreu já depois de Keil do Amaral passar a Arquiteto Urbanista de 2.ª Classe da DSUO, do quadro de pessoal tarefairo, pelo Decreto-lei n.º 29389, de 7 de janeiro 1939, que reorganizou os serviços da CML. Foi com esta categoria que, a 28 de julho de 1943, passou para o quadro de pessoal permanente, já depois de, em 8 de novembro de 1941, ter requerido autorização para “exercer a sua profissão de Arquitecto fora da cidade de Lisboa e sem prejuízo para o serviço Municipal”. Entre outubro de 1945 e janeiro do ano seguinte, Keil do Amaral efetuou uma segunda visita de estudo como funcionário da CML, também pelo período de cerca de 25 dias, desta vez aos Estados Unidos da América (EUA), no contexto do projeto definitivo do parque Eduardo VII, aprovado no final desse ano, que foi convidado a desenvolver, mas também, nas suas palavras, “para estudar problemas relativos à futura Sala de Concertos e ao Museu Municipal”, no âmbito dos primeiros estudos para o palácio da Cidade, que receberia os serviços culturais da CML. Para tal, visitou espaços dessa natureza em Nova Iorque, Boston, Filadélfia, Detroit e Washington,

mas também aerogares, já que, pela mesma altura, se encontrava a trabalhar no projeto inicial do aeroporto de Lisboa. A 16 de maio de 1946, Keil do Amaral iniciou a licença ilimitada na CML, sendo exonerado, a seu pedido, das funções que desenvolvia na DSUO, a 13 de março de 1947, como Arquiteto Urbanista de 2.ª Classe. Contudo, com o objetivo de terminar os projetos em curso, em 1946, foi-lhe cedido um atelier, o “Sobe e Desce”, na rua do Arco do Cego, onde teve a colaboração dos arquitetos Alberto José Pessoa e Hernâni Gandra, espaço que deixaria em 1949. Ainda nos anos 40, para além da prática da arquitetura, Keil do Amaral desenvolveu, ao mesmo tempo, uma intensa atividade paralela. Nesse sentido, entre outras iniciativas, integrou a direção do Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA), em 1941 e 1942, organizou e participou nas Exposições Gerais de Artes Plásticas, entre 1946 e 1956, fundou o grupo Iniciativas Culturais Arte Técnica (ICAT), em 1947, no mesmo ano em que lançou, na revista “Arquitectura”, a ideia de realização do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, materializada em 1955 e 1956, e publicada em 1961, com o nome Arquitetura Popular em Portugal. A 9 de março de 1948 foi eleito presidente da direção do SNA, cargo de que foi exonerado a 18 de agosto do ano seguinte (sem nunca ter tomado posse oficialmente), por razões políticas, devido à opinião expressa na imprensa sobre a questão das casas económicas, aquando da campanha do general Norton de Matos às eleições presidenciais da República, de 1949, o candidato da oposição ao regime do Estado Novo, apoiado por Keil do Amaral. No mesmo domínio, a 20 de dezembro de 1953, foi preso pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), no aeroporto de Lisboa, quando aguardava o regresso do exílio da escritora Maria Lamas, apenas sendo libertado cerca de um mês depois. Em 1958 participou na campanha à presidência da República do “general sem medo”, Humberto Delgado. Os exemplos apresentados evidenciam a forte dimensão política e cívica de Keil do Amaral. Ainda na década de 1940, este arquiteto apresentou conferências e publicou diversos artigos, em revistas da especialidade, para além de livros, nomeadamente, as obras “A arquitectura e a vida” (1942), “A moderna arquitectura holandesa” (1943) e “O problema da habitação” (1945), para além da comunicação “A formação dos arquitectos”, apresentada no I Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948. Keil do Amaral também lecionou na Universidade Popular, em 1943, e no Instituto de Arte e Decoração (IADE), no final da década de 1960. Ao contrário dos anos 40, em que desenvolveu uma intensa obra, sobretudo no contexto dos equipamentos públicos e das moradias unifamiliares, nos anos 50, já não se verificou o mesmo, em termos das encomendas oficiais, o que se pode explicar pelo seu posicionamento político, mas também por não se rever na arquitetura de inspiração nacional, imposta pelo Estado Novo. Ainda assim, nesta década, é incontornável referir duas encomendas de grande dimensão para a capital, na esfera dos equipamentos de caráter público: a Feira Internacional Portuguesa (FIP), mais tarde renomeada Feira Internacional de Lisboa (FIL), cujo projeto desenvolveu, a pedido da Associação Industrial Portuguesa (AIP), a partir de 1952, com o arquiteto Alberto Cruz; e o Metropolitano de Lisboa, em que trabalhou no desenho das estações do primeiro troço da rede, na segunda metade da década de 1950. Nos anos 60, entre outros projetos, considerando a dimensão e equipamentos previstos, destaca-se o plano urbanístico para a península de Troia, desenvolvido por Keil do Amaral, em 1963, com os seus colaboradores José Antunes da Silva, Orlando Jácome da Costa, Mário Casimiro, Justino Morais e José Manuel Norberto. Entre 1961 e 1966 desenvolveu o projeto do estádio de Bagdad, no Iraque, com o arquiteto Carlos Manuel Ramos, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). Finalmente, no início da década de 1970, salienta-se a urbanização turística do Pinhal da Marina, em Vilamoura, Loulé, que projetou a partir de 1971, com o arquiteto José Antunes da Silva e, no mesmo ano, a Feira Internacional de Luanda (FILDA), em Angola, a pedido da Associação Industrial de Angola (AIA). Keil do Amaral foi um dos mais importantes arquitetos portugueses do século XX, responsável por uma vasta, e significativa, obra teórica e edificada, contribuindo decisivamente para a consolidação da arquitetura moderna em Portugal. Apesar de desenvolver a sua atividade num período marcado pelo Estado Novo, destacou-se, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, através de projetos de importantes equipamentos públicos, particularmente em Lisboa, sem se conotar com o regime político ditatorial, de que foi opositor. Pelo contrário, foi assumidamente distante dos constrangimentos historicistas da arquitetura oficial do Estado Novo, procurando uma “terceira via”, de compromisso, entre a casa portuguesa tradicional e a casa moderna, através da influência da arquitetura holandesa de Willem Marinus Dudok. Entre os prémios e distinções que recebeu, evidenciam-se: o Prémio

Municipal de Arquitetura (1951), pela moradia de António de Augusto Sousa Pinto, no Restelo, em Lisboa; o Prémio Valmor (1962), pela moradia de Ernesto da Silva Brito, também no Restelo; e o Prémio Diário de Notícias (1960), pelo conjunto da sua obra. Depois de ter adoecido, em 1972, com problemas cardiovasculares, Francisco Keil do Amaral faleceu a 19 de fevereiro de 1975, em Lisboa, com 64 anos.

> História custodial e arquivística

A documentação foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, pelos herdeiros do arquiteto Francisco Keil do Amaral, respetivamente, Maria Pires da Silva Keil do Amaral (viúva) e Francisco Pires Keil do Amaral (filho), em 2001, mediante protocolo entre as partes. Em 2002, Francisco Pires Keil do Amaral doou documentação adicional, encontrando-se, atualmente, todo o conjunto documental à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que a detém, em regime jurídico de usufruto e de propriedade.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1885 e 1999, no âmbito da atividade exercida por Francisco Keil do Amaral, no domínio da arquitetura, de cariz público e privado. Reflete o seu trajeto profissional, compreendendo projetos para equipamentos e edifícios de uso diverso (habitacional, espaços verdes, comercial e industrial, religioso, funerário, saúde, transportes, agrícola, cultural, desportivo, escolar, social, turístico, de lazer e recreativo). Reúne um conjunto de propostas arquitetónicas e de soluções urbanísticas, decisivas para a afirmação de uma plena consciência moderna na arquitetura em Portugal, integrando composições desenvolvidas em território nacional, com particular incidência no distrito de Lisboa, e no estrangeiro. Contempla projetos arquitetónicos de âmbito diversificado, para os seguintes tipos de utilização: moradias, prédios, bairros de casas económicas, parques, jardins, chapelarias, sapatarias e camisarias, restaurantes e pastelarias, hotéis, mercados, escritórios, companhias de seguros e vinícolas, estações agrárias e de fruticultura, postos de transformação de eletricidade, urbanizações turísticas, centros de diversão, pousadas, miradouros, monumentos, museus, teatros, delegações, clínicas e laboratórios, estações de metropolitano, aeródromos, aerogares, aeroportos, santuários, mausoléus, piscinas, estádios, escolas, cantinas, liceus, postos de correio, casas do povo, equipamentos e mobiliário urbano e de escritório. Inclui documentação particular de Francisco Keil do Amaral e, ainda, documentação adicional, de data posterior à sua morte, reunida pelos seus herdeiros, relativa à vida e obra do arquiteto.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Espanhol; Francês; Inglês; Norueguês; Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Catálogo

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/GRHU/001/29441

Título: Processo individual n.º 1658-GE/DGRH/PIND/1938

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/RPCI/002/001584

Título: [Protocolo de doação: fundo Francisco Keil do Amaral]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Fundação Calouste Gulbenkian: Jardim Gulbenkian

Internet: <https://gulbenkian.pt/arquivo-digital-jardim/biografias/francisco-keil-do-amaral/>

Título: Museu Keil Amaral

Internet: <https://visitviseu.pt/museu.php?item=55>

Título: Ordem dos Arquitetos: Biblioteca Francisco Keil do Amaral

Internet: <http://catalogo.biblioteca.oasrs.org/>

> Fontes e bibliografia

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. [Consult. 12.2021]. Disponível na Internet: <http://www.monumentos.gov.pt/>

> Nota de publicação

AMARAL, Francisco Pires Keil do; MOITA, Irisalva; TOSTÓES, Ana – *Keil do Amaral: O arquiteto e o humanista*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999.

TOSTÓES, Ana – *Francisco Keil do Amaral*. Vila do Conde: Verso da História, 2013.

TOSTÓES, Ana – *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa*. Lisboa: Salamandra, 1999.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico concluído.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999.* Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo.* Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

HELENA CORRÊA DE BARROS



Sujeia: [carrossel]
PT/AMLSB/HCB/007/001532

> Código de referência

PT/AMLSB/HCB

> Título

Helena Corrêa de Barros

> Data(s)

[1926]-[1973]

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 3 caixas, 3 dossiers, 4 álbuns (4,72 m.l.)

Suporte: Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Barros, Helena Corrêa de. 1910-2000, fotógrafa

> História administrativa/biográfica

Helena Corrêa de Barros nasceu em Lisboa, a 25 de fevereiro de 1910, filha de Fortunato Carlos Bensaude Abecassis e de Sofia Amzalak Buzaglo Abecassis. Casou com Eduardo Corrêa de Barros e teve quatro filhos: Margarida, Teresa, Manuel e Sofia. Foi fotógrafa amadora durante toda a sua vida e participou em concursos e exposições de fotografia, em Portugal e no estrangeiro, tendo sido premiada em algumas participações. As temáticas abordadas nas suas fotografias eram, maioritariamente, paisagens, cenas da vida urbana e campestre, marítima e fluvial, bem como imagens abstratas, representativas do que foi o Salonismo na fotografia portuguesa, nas décadas de 1950 e 1960. De 1947 a 1999, a autora usou,

em grande parte do seu trabalho, o diapositivo a cores, dedicando-se à fotografia de família, passeios e viagens. Faleceu em Lisboa, a 26 de maio de 2000.

> **História custodial e arquivística**

A documentação foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, pela família de Helena Corrêa de Barros, em outubro de 2003.

> **Fonte imediata de aquisição e transferência**

Doação

> **Âmbito e conteúdo**

Documentação produzida e acumulada entre as décadas de 1920 e 1970, por Helena Corrêa de Barros, no âmbito da sua atividade fotográfica, de cariz amador, desde os catorze anos até à sua morte. Na década de 1950, orientou o seu trabalho para a fotografia de salão, tendo participado em concursos e exposições, quer em Portugal, quer no estrangeiro. As fotografias abordam temas como o mar, a paisagem e o quotidiano, assuntos sempre presentes nos salões de fotografia. Inclui também fotografias de família, de passeios e viagens, possuindo imagens a cores até 1973.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> **Condições de acesso**

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em bom estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> **Instrumentos de descrição**

N/A

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001757

Título: [Protocolo de doação: fundo Helena Corrêa de Barros]

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

N/A

> **Fontes e bibliografia**

N/A

> **Nota de publicação**

BARROS, Helena Corrêa de – A minha fotografia preferida. *Fotografia: revista ao serviço da arte fotográfica*. Lisboa. A. II, n.º 8 (fev. - mar. 1955), p. 14.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo Municipal – *Helena Corrêa de Barros: fotografia, a minha viagem preferida*. Lisboa: Câmara Municipal, 2018. ISBN 978-989-99505-7-3.

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

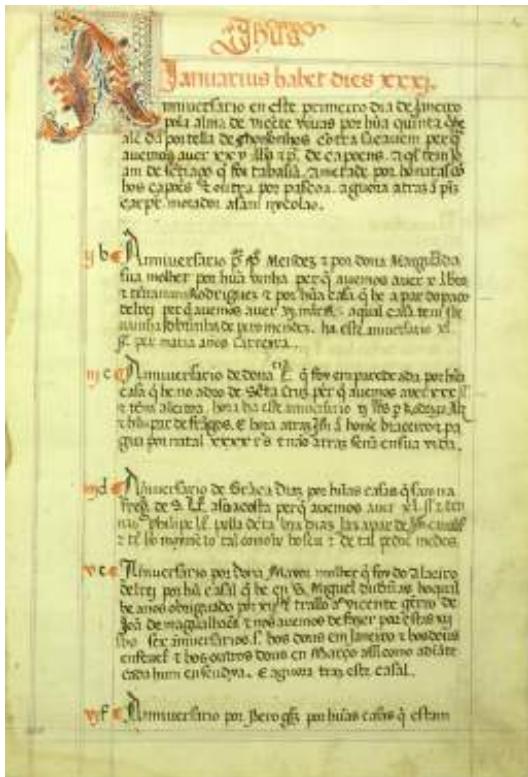
> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

IGREJA DA COLEGIADA DE SANTA CRUZ DO CASTELO



[Livro de aniversários]
PT/AMLSB/ICSCC/01

> Código de referência

PT/AMLSB/ICSCC

> Título

Igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo

> Data(s)

1564-1797

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro (0,025 m.l.)

Suporte: Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo. Fl. 1168-

> História administrativa/biográfica

A igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo foi construída em 1147, logo após a conquista de Lisboa aos mouros, no local onde terá existido uma mesquita, tendo sido D. Afonso Henriques a atribuir-lhe a designação de Santa Cruz. Era também conhecida por igreja de Santa Cruz da Alcáçova,

devido à proximidade do castelo e da respetiva alcáçova. A partir de 1168, tornou-se igreja paroquial, pertencente ao distrito eclesiástico de Lisboa, havendo, já então, referências à freguesia de Santa Cruz do Castelo. Na época, a freguesia e a paróquia eram coincidentes e abrangiam toda a área murada do castelo e da alcáçova de Lisboa. Em 1502, D. Isabel Sousa, protetora da igreja, adquiriu casas no adro e custeou as obras no interior e exterior da igreja, tendo sido construída uma capela no seu interior onde, posteriormente, foi sepultada. O terramoto de 1755 destruiu a igreja, no entanto, sendo sujeita a obras de reconstrução, apresentando uma única nave, com três capelas de cada lado e respetivas tribunas, reabriu novamente ao culto em 1776. A igreja esteve ligada ao culto de São Jorge, santo militar, associado à tradicional procissão do Corpo de Deus. A imagem deste santo foi, provavelmente, trazida por soldados ingleses e estava, inicialmente, na antiga igreja dos Santos Mártires, onde foi criada a Irmandade de São Jorge. Em 1241, foi transferida para a igreja de São Domingos e, em 1492, foi levada para a capela do hospital de Todos-os-Santos, onde esteve até ao incêndio em 1750, tendo sido entregue à igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo.

> História custodial e arquivística

Desconhece-se a história custodial e arquivística da documentação, até ao seu ingresso no Arquivo Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida inicialmente em 1564, acrescida de registos posteriores, composta por livro de aniversários de 1564, onde se inscrevem os nomes dos beneficiados, organizados por meses e dias, que, devido a esmolas e doações à igreja da Colegiada de Santa Cruz do Castelo, são recordados em missas rezadas pelas suas almas.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Cronológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> **Instrumentos de descrição**

N/A

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

N/A

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa
Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379432>

Título: Direção-Geral do Património Cultural: Património arquitetónico

Internet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

> **Fontes e bibliografia**

ANDRADE, Ferreira de – *A freguesia de Santa Cruz da Alcâçova de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais, 1954.

MARTINS, Fernando Carlos Rodrigues – *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Tese de mestrado.

PORtUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo – *Instituições eclesiásticas* [Em linha]. Lisboa: ANTT, 2018. [Consult. 2018-05-22]. Disponível em WWW: <URL: <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/instituicoes-ecclesiasticas/>>.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Europam, 1994. ISBN 972-96030-0-6.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

A encadernação do livro data do século XVI e constitui motivo de interesse e de pesquisa, por parte de historiadores e de investigadores.

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

IRMANDADE DE SÃO JOSÉ DOS CARPINTEROS



Livro do regimento e compromisso da bandeira do bem-aventurado São José dos ofícios dos carpinteiros e pedreiros
PT/AMLSB/SJC/06/01

> Código de referência

PT/AMLSB/ISJC

> Título

Irmandade de São José dos Carpinteiros

> Data(s)

1533-1834

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 179 caixas (30,08 m.l.)

Suporte: Papel; Pergaminho

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Irmandade de São José dos Carpinteiros. 1532-1834

> História administrativa/biográfica

A Confraria de São José, também designada como confraria de carpinteiros e pedreiros, foi criada em 1533, dois anos após o terramoto de 1531 ter assolado a cidade de Lisboa. É provável que tenha existido relação entre os dois acontecimentos, uma vez que na sequência da calamidade, de efeito bastante devastador, tornou-se necessário reconstruir o tecido urbano, tendo aumentado, nessa altura, de forma substancialmente considerável, o número de pedreiros e de carpinteiros. Provavelmente, será com base nesta relação de causa e efeito que se pode encontrar a justificação para o estabelecimento da organização que, inicialmente, funcionava como uma espécie de sindicato, que legitimava o estatuto dos profissionais que a integravam, assim como assegurava a progressão na atividade, num percurso de melhoria contínua, nos ofícios de carpinteiro e pedreiro, assente em três escalões: aprendiz, oficial e mestre. Aos associados era-lhes ainda proporcionada proteção social, prerrogativa que abrangia irmãos em situação financeira menos favorável ou impedidos de exercer o ofício, por enfermidade, sendo o apoio extensível a viúvas, sempre que, para o efeito, acionassem os mecanismos formais previstos para a respetiva assistência. Em 1546, a irmandade, a expensas próprias, mandou construir a ermida de São José dos Carpinteiros, também designada como ermida de Entre-as-Hortas, em virtude de, na época, a atual avenida da Liberdade, ficar situada fora das portas da cidade e ser um descampado com inúmeras zonas hortícolas. Em 1567, a ermida passou a ser sede de paróquia da recém-fundada freguesia de São José. A edificação, de uso exclusivo da irmandade, funcionava como sede da congregação e local de reuniões. Era ainda nesse espaço que se situava o arquivo de toda a documentação que era produzida e acumulada. Em meados do século XVII, a construção foi ampliada e assumiu praticamente a configuração do conjunto arquitetónico atual, passando a ser referenciada como igreja de São José dos Carpinteiros, nome que, do edificado e da consagração pelo uso, passou a tomar a irmandade. Apesar de a igreja ter na fachada duas cartelas com relevos pétreos, onde figuram ferramentas de carpinteiro e de pedreiro, a representação do segundo mester foi omitida na composição terminológica, tanto do imóvel, como da irmandade, muito possivelmente, face à preponderância do grupo profissional retratado, que encabeçava a sétima bandeira, sob o patrono de São José. A premissa poderá ainda ser, eventualmente, reforçada, pela circunstância de a ermida inicial, assim como as consequentes intervenções para ampliação e alteração da composição, terem sido financiadas, quase na totalidade, por mesteiros de carpintaria. Em 1755, na sequência do terramoto de 1 de novembro, a fachada da igreja foi destruída e, passados dois anos, o frontispício foi reedificado, sob a orientação do mestre-pedreiro Caetano Tomás, assumindo o edificado, nessa altura, as características pombalinas e barrocas que ainda hoje perduram. Foi também na sequência da catástrofe que, no espaço físico onde funcionava a irmandade, passaram também a ocorrer as reuniões da Casa dos Vinte e Quatro, na única capela da igreja que não tinha ruído. Ao logo do tempo, as competências da irmandade permaneceram, na essência, praticamente inalteráveis, em matéria de culto, de assuntos de feição religiosa, de caridade, de assistência social, de organização administrativa, de fiscalização de ofícios e de ordem social. Os associados organizavam e custeavam festividades relacionadas com o santo padroeiro, assim como participavam em diversas procissões. Os rendimentos da congregação advinham de quantias fixas, que os associados entregavam anualmente, de esmolas esporádicas, de donativos de voluntários, de legados testamentários de beneficiários, em diversos momentos, e ainda de rendas de propriedades aforadas. Parte das receitas destinavam-se, tanto a obras de reparação e ornamentação da igreja, como a intervenções de ação social, para associados desvalidos e enfermos, bem como para viúvas de congregados que requeressem ajuda. A irmandade, para além de zelar pelos interesses dos profissionais, fiscalizava e controlava as respetivas atividades e elegia dois representantes de cada um dos mesteres, para terem assento nas reuniões da Casa dos Vinte e Quatro. A instituição, de configuração associativa, foi extinta em 1834, por decreto de 7 de maio, tendo a documentação, produzida e acumulada, transitado para a guarda da natural sucedânea, a Irmandade de Antigos Ofícios da Casa dos Vinte e Quatro. Este grémio associativo, embora constituído com base numa matriz vincadamente católica, manteve-se a funcionar na igreja de São José dos Carpinteiros, motivo pelo qual, todo o acervo da organização que lhe antecedeu, não mudou de local.

> História custodial e arquivística

O arquivo da Confraria de São José, também designada como confraria de carpinteiros e pedreiros, teve como localizações originais as igrejas de Santa Justa e de Santa Rufina, espaços onde a congregação se estabeleceu, desde a data da sua criação, em 1533. O acervo permaneceu nesses espaços até à edificação, em 1545, de um templo próprio, dedicado ao padroeiro, erigido fora das portas de Lisboa, no lugar então designado como de Entre-as-Hortas. A ermida, construída apenas para uso da irmandade, ao longo do tempo, foi ampliada e intervencionada, passando a ser designada como igreja de São José dos Carpinteiros. Não obstante, a documentação manteve-se sempre sob a posse da confraria e o respetivo arquivo permaneceu na mesma área. Após inativação da Irmandade de São José, em 1834, a documentação produzida e acumulada transitou para a guarda da Irmandade dos Antigos Ofícios da Casa dos Vinte e Quatro, grémio associativo sucedâneo, com vigência institucional iniciada na mesma altura. O conjunto documental continuou localizado no espaço inicial, numa zona contígua à igreja de São José dos Carpinteiros e só foi transferido em 2014, quando o proprietário o cedeu à Câmara Municipal de Lisboa, em regime de depósito, por um período de 100 anos. O acervo encontra-se atualmente à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que o detém, sob a forma jurídica de usufruto, nos termos contratualizados em protocolo.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Depósito

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1533 e 1834, no âmbito das competências da Irmandade de São José dos Carpinteiros, com particular incidência para a informação relacionada com as áreas de atuação da congregação e o exercício de funções dos associados e representantes. Abarca assuntos de cariz religioso, de caridade, de assistência social, de organização administrativa, de fiscalização de ofícios e de ordem social. Inclui documentos originais, cópias e trasladados das seguintes áreas funcionais: gestão de culto (comprovativos de celebrações de missas, editais de casamentos, avisos e convocatórias para a participação em festas religiosas, relações de jóias anuais e esmolas para as festas da Senhora da Fé e de São José), gestão financeira (registos de receita e de despesa, de dívidas contraídas e de devedores, de fiadores, autorizações e comprovativos de pagamento e orçamentos anuais), gestão de atos eleitorais (processos de eleição de irmãos para servir na congregação, de representantes para a Casa dos Vinte e Quatro e de associados para o ofício de pedreiro e carpinteiro), proteção social (processos de apoio social e de concessão de esmolas a viúvas de congregados e a irmãos enfermos), gestão de expediente geral (requerimentos a solicitar admissão, certidões e comprovativos de exercício de ofícios, registo de convocatórias de reuniões, correspondência recebida e expedida), gestão de contencioso administrativo (processos de fiscalização e de controlo dos ofícios de carpinteiro e pedreiro). Integra ainda livros de regimento e compromisso da bandeira de São José, dos ofícios de carpinteiro e de pedreiro.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Funcional; Orgânica

Ordenação: Cronológica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em mau estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

N/A

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CASVQ

Título: Casa dos Vinte e Quatro

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/000343

Título: [Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Irmandade de Ofícios da Antiga Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/000867

Título: [Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Irmandade da Confraria da Casa dos Vinte e Quatro]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Internet: <http://dglab.gov.pt/>

Título: Direção-Geral do Património Cultural: Igreja paroquial de São José

Internet: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6226

> Fontes e bibliografia

CAETANO, Marcello – *A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa*. Separata da revista Scientia Juridica. Tomo VIII, nº 39/41 (janeiro-junho 1959).

KEIL, Luís – *A Bandeira da Irmandade de S. José dos Carpinteiros*. Revista Municipal. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 32 (1947) pp. 19-22.

LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943-1946. 2 vols.

PENTEADO, Pedro – *Fontes para a história das confrarias: algumas linhas de orientação para uma pesquisa na Torre do Tombo*. Lusitania Sacra [Em linha]. 2.º S. 7 (1995) p. 151-180. [Consult. em 2018-05-04]. Disponível em WWW: URL: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4951. ISSN 0076-1508>>.

PORUTGAL. Direção-Geral do Património Cultural – *Conjunto formado pela Igreja de São José dos Carpinteiros e prédios anexos da Rua de São José com os n.os 64 a 100* [Em linha]. [Consult. 2018-05-04]. Disponível em WWW: URL: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74176>>.

REIS, Lysie – *Os “homens rudes” e muito honrados dos mesteres*. Revista Ciências e Técnicas do Património. Porto: Faculdade de Letras, 2005. Vol. V, p. 235-259.

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo, dir. – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa. 1ª ed. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 806-807.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descruição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descruição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descruição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descruição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

JORGE MARÇAL DA SILVA



Torpedeiro número 2, em marcha, comandante e segundo tenente João Júdice de Vasconcelos
PT/AMLSB/JMS/000196

> Código de referência

PT/AMLSB/JMS

> Título

Jorge Marçal da Silva

> Data(s)

1906-1927

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 28 caixas (4,90 m.l.)

Suporte: Diapositivo de gelatina e prata em vidro; Diapositivo de rede a cor em película; Diapositivo de rede a cor em vidro; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova cromogénea baritada; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Silva, Jorge Marçal da. 1878-1929, cirurgião

> História administrativa/biográfica

Jorge Marçal da Silva nasceu a 30 de junho de 1878, em Lisboa, filho de Manuel Luís da Silva e de Joaquina Conceição Valente. Estudou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo terminado em 1902, com a tese “Feridas no coração, tratamento cirúrgico”. Enquanto estudante foi militar, soldado, estando integrado no Regimento n.º 5 de Infantaria, no 3.º Batalhão do exército do Imperador da Áustria, Francisco José I. Casou com Irma Leite Mendes, tendo quatro filhos. Iniciou o percurso profissional como cirurgião substituto, no hospital de São José, entre 1903 e 1906, passando, de seguida, a efetivo do banco do mesmo hospital, até 1910. A promoção a facultativo assistente, da secção cirúrgica, levou-o a exercer funções no Hospital do Desterro e, cerca de um ano depois, no Hospital de D. Estefânia onde, mais tarde, já na década de 1920, assumiu o cargo de diretor de enfermaria. Foi também cirurgião do exército, durante os anos da Primeira Grande Guerra, de 1916 a 1919, no Hospital Militar Permanente

de Lisboa (Hospital Militar Central ou da Estrela), alcançando o posto de capitão médico miliciano, exercendo igualmente medicina privada, na zona de Arroios e da, agora, avenida Almirante Reis, onde vivia. Lecionou Anatomia e Fisiologia, entre 1920 e 1928, na Escola Profissional de Enfermagem, no Hospital de São Lázaro, em Lisboa, acumulando o cargo de diretor, a partir de 1924 até 1928. Esta escola viria a denominar-se Escola de Enfermagem de Artur Ravara, no Hospital dos Capuchos, já após a sua morte. Marçal da Silva era um humanista e um benemérito, sendo igualmente um melómano, apreciador de música e frequentador assíduo do Teatro Nacional de São Carlos. Era fotógrafo amador e possuía um laboratório de fotografia, em sua casa, sendo assinante da revista Arte Photographica, tendo sido fotógrafo ativo entre 1906 e 1927. Jorge Marçal da Silva faleceu a 15 de maio de 1929, na cidade de Lisboa, onde sempre viveu.

> História custodial e arquivística

A documentação manteve-se na posse da família de Jorge Marçal da Silva, até 2016, altura em que foi doada à Câmara Municipal de Lisboa. Inicialmente, a documentação esteve conservada na residência do autor, em Lisboa, na rua Marques da Silva, transversal à avenida Almirante Reis. Posteriormente, passou para a família, sendo transferida para Guimarães, para posse de familiares descendentes. Recentemente, após acordo com o representante legal dos proprietários do acervo, Manuel Marçal Fontes Mendes da Silva, neto do autor, e respetiva deliberação camarária, de 25 de maio de 2016, a documentação foi entregue no Arquivo Municipal de Lisboa, a 8 de setembro do mesmo ano. Ainda no âmbito do mesmo acordo, a 21 de Setembro de 2016, foi entregue um armário com visor Taxiphote, para fotografia estereoscópica, bem como o respetivo conteúdo, em regime de depósito, por um período de 10 anos.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Depósito; Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1906 e 1927, por Jorge Marçal da Silva, composta por imagens que contêm um sentido de registo documental meticoloso, no modo como foram captadas, selecionadas, organizadas e descritas pelo próprio autor, em livros de notas. O conjunto representa o seu universo profissional, nomeadamente, o Hospital de São José (o gabinete do cirurgião do banco, as salas de curativos e de operações e a enfermaria) e o Hospital de D. Estefânia, bem como a representação de alguns casos clínicos. As imagens registam, também, momentos familiares, de lazer, e as viagens que fazia a vários locais de Portugal e de Espanha (Galiza e Andaluzia), com um interesse especial para temáticas de etnografia (tipos sociais, práticas profissionais), paisagens e arquitetura. A cidade de Lisboa e as localidades limítrofes (Alcabideche, Loures, Odivelas, Póvoa de Santo Adrião, Sacavém, Sintra, entre outras) encontram-se profusamente representadas. Inclui também livros de notas do autor, com registo dos títulos e das circunstâncias das fotografias que realizou, das condições para fotografar (luz, abertura, velocidade, tempo de exposição) e para revelar (composição de solutos, tempos de revelação, entre outros dados).

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Inventário; Livros de registo

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001595

Título: [Contrato de doação: fundo Jorge Marçal da Silva]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001596

Título: [Declaração anexa ao contrato de doação: fundo Jorge Marçal da Silva]

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001597

Título: [Declaração anexa ao contrato de doação: fundo Jorge Marçal da Silva]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Arquivo Nacional Torre do Tombo: Hospital de São José: Escola Profissional de Enfermagem

Artur Ravara

Internet: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4502884>

Título: Teatro Nacional de São Carlos: programas de ópera, registos de assinantes e de récitas, discos, guitarra

Internet: <https://tnsc.pt/centro-historico/>

> Fontes e bibliografia

A *Ilustração portugueza: revista litteraria e artistica*. N.º 242 (1910-10-10). Lisboa: Typ. do Diario Ilustrado, 1884-1890.

COSTA, J. Celestino da – *Evolução da cirurgia em Portugal no século XX*. In História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal no séc. XX. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

Diário Ilustrado. Lisboa: Impr. de Souza Neves, 1872-1911. [1905-07-2] [Consult. 2018-04-05]. Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/14328/1/j-1244-g_1905-07-27/j-1244-g_1905-07-27_item2/j-1244-g_1905-07-27_PDF/j-1244-g_1905-07-27_PDF_24-C-R0150/j-1244-g_1905-07-27_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf>.

LEONE, José – *Subsídios para a História dos Hospitais Civis de Lisboa e da Medicina Portuguesa*. [Lisboa]: Comissão Org. do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, D.L. 1993.

MORA, Luiz Damas – *A Cirurgia Geral e os Cirurgiões do Hospital de São José no início do Século XX*. Revista Portuguesa de Cirurgia. Nº 25 (2013) p. 51-71. ISSN 1646-6918. [Consult. 2018-04-04]. Disponível em WWW: <URL: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-69182013000200008&lng=pt&nrm=iso>.

PAIVA, Acácio de, dir.; GRAÇA, J. J. da Silva, ed. com. – *O seculo: suplemento ilustrado (1910-02-10)*. Lisboa: Typ. do Seculo, 1910-1912.

PORtUGAL. Arquivo Histórico Militar – *Jorge Marçal da Silva*. [Consult. 2018-04-04]. Disponível em WWW: <URL: <https://ahm-germil.exercito.pt/details?id=378613&ht=Jorge%20Mar%c3%a7al%20da%20silva>>.

SANTOS, Ana Maria Fonseca Lopes Vaz dos – *XV Congresso Internacional de Medicina: inventário*. Lisboa: [Torre do Tombo], 2002.

SERRANO, José António, dir. ; HOSPITAL DE SÃO JOSÉ. Repartição de Estatística Médica, ed. com. – *Boletim do Hospital de S. José e annexos: clínica, estatística e administração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903-1914.

SILVA, Jorge Marçal – *Feridas no coração, tratamento cirúrgico*. Lisboa: Companhia Typographica, 1902. Dissertação inaugural apresentada na Escola Médico Cirúrgica.

XV CONGRÈS INTERNATIONAL DE MÉDECINE [Em linha]. Volume Général (1906 abr. 19-26). [Disponível em WWW: <URL: https://archive.org/stream/xvcongrsinterna02unkngoog/xvcongrsinterna02unkngoog_djvu.txt>.

> Nota de publicação

BARROSO, Maria do Sameiro – Carolina Beatriz Ângelo: A Prática da Medicina. *Cadernos de Cultura*. Nº XXXI (nov. 2017) p. 76. [Consult. 2018-04-05]. Disponível em WWW: <URL: http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol21.pdf>.

Jorge Marçal da Silva, cirurgião: evolução de um fotógrafo 100 anos depois. Medi.com: Boletim informativo da secção regional do sul da ordem dos Médicos [Em linha]. Ano 14, n.º 180 (abr. 2013). [Consult. 2018-04-04]. Disponível em WWW: <URL: <https://pt.calameo.com/books/000163849f5b931a27dd5>>.

Portugal há 100 anos em fotografia. *Urologia Actual*. N.º 14 (abr. 2013). [Consult. 2018-04-05]. Disponível em WWW: <URL: http://www.apurologia.pt/jornal/APU_14.pdf>.

SILVA, Manuel Mendes – *Jorge Marçal da Silva: cem fotografias de Portugal há cem anos*. [Lisboa]: Núcleo de História da Medicina da Ordem dos Médicos, D.L. 2013. ISBN 978-989-98587-0-1.

SILVA, Manuel Mendes – *Jorge Marçal da Silva: mais cem fotografias de Portugal há cem anos*. [Lisboa]: Ordem dos Médicos, D.L. 2016. ISBN 978-989-98587-1-8.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999.* Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo.* Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

JOSÉ COUTO NOGUEIRA



Concerto punk rock no Club 57
PT/AMLSB/JCN/000095

> Código de referência

PT/AMLSB/JCN

> Título

José Couto Nogueira

> Data(s)

1975-2000

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 2 caixas, 2 pastas (1,36 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Nogueira, José Aníbal Magalhães do Couto. 1945-, jornalista

> História administrativa/biográfica

José Aníbal Magalhães do Couto Nogueira nasceu em Lisboa, em 25 de dezembro de 1945, filho de José Valdez do Couto Nogueira e de Tomázia Magalhães do Couto Nogueira. Tem três filhos, Gabriela (n. 1970), Violeta (n. 1999) e Lucas (n. 2001). O seu primeiro contacto com a fotografia chegou-lhe por parte do seu avô paterno, Aníbal do Couto Nogueira, médico higienista e fotógrafo amador, que

tinha um laboratório em casa. Na década de 1960, estudou Economia, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade de Lisboa e, em Londres, na London School of Economics. Foi na capital britânica que deixou os estudos académicos e iniciou a vida profissional, como fotógrafo de publicidade, como assistente do retratista Desmond Groves e do publicitário David Green. Regressou a Lisboa, em 1968, onde continuou a atividade no seu estúdio, situado na rua António Enes, dedicado a fotografia de moda e publicidade, até pouco depois de 1974. Em 1970, foi mobilizado, tendo cumprido o serviço militar, como alferes, no Serviço Cartográfico do Exército, onde escreveu o manual de fotografia utilizado na instrução dos especialistas militares, conseguindo manter o estúdio, ao mesmo tempo que cumpria o serviço militar. Convidado por António-Pedro Vasconcelos, escreveu uma coluna sobre fotografia, para a revista Cinéfilo, suplemento semanal do jornal O Século, que deixou de ser publicada em 1974. A efervescência do início do período democrático em Portugal estimulou o seu envolvimento em política, continuando a fotografar, enquanto se tornou funcionário do Partido Socialista, na área da comunicação (propaganda). Neste partido, destacou-se a sua participação na organização do Primeiro Congresso do Partido Socialista, realizado em dezembro de 1974, bem como a definição do novo logotipo do partido (punho cerrado). Deixou o partido, com a dissidência de Manuel Serra, passando a trabalhar como fotojornalista, no Jornal Novo, desde o primeiro número, até 1976. Em maio de 1974, desenvolveu uma exposição na Galeria Quadrante, em Lisboa. Todavia, a vontade de trabalhar no âmbito dos media levou-o a outras latitudes, fora do pequeno retângulo português. Entre 1976 e 1980, em São Paulo, deu aulas de fotografia na Escola Imagem/Ação e dirigiu a revista fotográfica Íris. Colaborou com a edição brasileira da revista Interview e lançou as revistas Around/AZ e Especial. Desde 1980, deixou de se considerar fotógrafo profissional e, a partir de 1981, fixou-se em Nova Iorque, tendo trabalhado como arte-finalista, vendedor de produtos para artistas, motorista de táxi e jornalista. Assistiu e fotografou muitos espetáculos de música, a título pessoal. De 1982 a 1990, foi correspondente, em Nova Iorque, do jornal O Estado de São Paulo e da revista de música Bizz. De volta ao Brasil, em 1990, foi chefe de redação da revista Vogue, redator da Status e colunista da Playboy. Regressou a Lisboa e, até 2012, trabalhou como redator e editor de secção, da revista Exame e dos jornais Expresso e O Independente. Criou o programa de televisão “Metropolis”, no Canal de Notícias de Lisboa (CNL), o primeiro canal regional português a transmitir por televisão a cabo, antecessor do canal SIC Notícias. De seguida, foi redator e editor de cultura, no jornal diário A Capital e, após o seu encerramento, escreveu para a revista Ícon e para o jornal Diário Económico, criou a revista Demais e colaborou, ainda, como freelancer, para outras publicações. Quando da fundação do jornal “i”, desenvolveu uma coluna semanal sobre ética e escreveu, diariamente, a crítica de televisão, entre 2009 e 2011. A coluna viria a ser publicada em livro, em 2017, com o título “A namorada infiel, o amigo incompetente e outras histórias”. Entre 2012 e 2014, no gabinete da Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, exerceu funções de técnico especialista, como assessor de imprensa. Escreveu os romances “Táxi” (2001), “Vista da praia” (2003) e “Pesquisa sentimental” (2009), editados pela editora Dom Quixote, assim como o livro de contos “A procura da felicidade e outras histórias da era digital” (2012). Publicou, ainda, vários guias de viagem, da coleção Descubra Portugal, da editora Edoclube (1993) e traduziu mais de uma vintena de obras de ficção inglesa e americana. Na internet, editou o site Alface Voadora, um dos primeiros sites regulares portugueses, dedicado a Lisboa, entre 1997 e 2000, e mantém, ainda, a edição do blogue Perplexo. Coordenou vinte e cinco edições do curso de Escrita Criativa, no Âmbito Cultural do El Corte Inglés, em Lisboa, em resultado do qual, publicou o livro “Apontamentos de escrita criativa”, em 2017. Atualmente, escreve para a publicação digital Sapo24 e para as revistas GQ e Vogue.

> História custodial e arquivística

A documentação foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, por José Couto Nogueira, em 19 de Dezembro de 2008.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1975 e 2000, composta por fotografias captadas por José Couto Nogueira, como fotógrafo de publicidade e moda, onde se incluem fotos artísticas, exibidas na galeria Quadrante, em Lisboa, em 1974, e no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP), em 1978. Um segundo conjunto resulta da sua atividade de repórter de política e atualidade, desenvolvida para o jornal Novo, em 1976. Inclui também fotografias pessoais da família e de amigos.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

N/A

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> Condições de acesso

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Registros do autor

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

N/A

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Blog Perplexo

Internet: <https://perplexo.blogs.sapo.pt/>

Título: Blog Pesquisa sentimental

Internet: <https://pesquisa-sentimental.blogs.sapo.pt/>

Título: Evento Portugal é agora

Internet: <https://www.youtube.com/watch?v=saPrsFr54fA>

> Fontes e bibliografia

BERTRAND LIVREIROS – *José Couto Nogueira: biografia* [Em linha]. [Consult. 2018-04-09]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.bertrand.pt/autor/jose-couto-nogueira/17726>>.

DESPACHO n.º 14151/MJ/2012. DR II Série. 211 (2012-10-31).

MEDIABOOKS – *Entrevista a José Couto Nogueira: 2008* [Em linha]. [Consult. 2018-04-20]. Disponível em WWW: <URL: http://arquivo.pt/wayback/20081021145214/http://te.mediabooks.pt/autores/entrevista.jsp?v_id=57>.

NOGUEIRA, José Couto – *Perplexo* [Em linha]. [Consult. 2018-04-09]. Disponível em WWW: <URL: <https://perplexo.blogs.sapo.pt/>>.

PORUGAL. Instituto da Comunicação Social – *Publicações periódicas registadas no ICS: 2004* [Em linha]. [Consult. 2018-04-20] Disponível em WWW: <URL: http://arquivo.pt/wayback/20040904063539/http://www.ics.pt/resultpublic.php?keywords=&n_linhas=100&campo=-1&distrito=-1&pagina=13>.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

JOSÉ LUIZ MONTEIRO



[Corte aguarelado policromo de residência tipo "Vila" romana com capela privativa em paisagem tropical]
PT/AMLSB/JLM/02706

> Código de referência

PT/AMLSB/JLM

> Título

José Luiz Monteiro

> Data(s)

[1859]-[1942]

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 108 pastas, 5 microfilmes, 2 discos ópticos (14 m.l.)

Suporte: Disco óptico; Papel; Tela; Vidro

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Monteiro, José Luiz. 1848-1942, arquiteto

> História administrativa/biográfica

José Luís Monteiro, conhecido como mestre Monteiro, nasceu a 25 de outubro de 1848, na freguesia de São José, em Lisboa. Filho de Tomás Luís Monteiro e de Gertrudes Margarida da Conceição, foi considerado um dos arquitetos mais bem preparados do seu tempo e um dos promotores da renovação arquitetónica em Portugal. Nascido numa família modesta, desde cedo, dedicou-se à aprendizagem do trabalho da pedra na oficina do seu pai, canteiro de profissão. Concluída a instrução primária, em 1859, iniciou o ensino preparatório. No ano seguinte, aos 12 anos, foi admitido na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, onde frequentou o ensino técnico-profissional até 1870. Assistiu às aulas ministradas, entre outros, pelos pintores e arquitetos João Cristino da Silva (1929-1976), José da Costa Sequeira (1800-

1872], Miguel Ângelo Lupi [1826-1883] e António Victor Figueiredo de Bastos [1830-1894]. A formação que obteve na Academia Real foi condicionada pelas limitações pedagógicas da instituição, que não correspondia às necessidades da época e estava ultrapassada em relação a outros países europeus. No ano letivo de 1863, recebeu o seu primeiro prémio académico (20\$000 réis). Voltou a ganhar o mesmo prémio nos três anos seguintes. Em 1868, obteve a medalha de prata na classe de Invenção em Arquitetura, no Concurso Trienal. Os seus últimos anos na Academia Real foram marcados por dificuldades financeiras e problemas de saúde, que o levaram a solicitar, em 1869, a dispensa do serviço militar obrigatório. Para completar a sua formação, concorreu, em 1871, ao concurso da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, para estudar no estrangeiro. Tendo obtido a bolsa, adiou a viagem devido à morte do pai. Partiu para Paris em março de 1873 e, em setembro, prestou provas na École Nationale et Spéciale de Beaux-Arts, sendo admitido na 2.ª Classe de Arquitetura, do curso de Arquitetura Civil. Nesta escola, escolheu como professor, o arquiteto Jean-Louis Pascal [1837-1920], profundo conhecedor do classicismo greco-romano e da emergente arquitetura do ferro. Desde 1874, na Academia Real de Belas-Artes em Lisboa, recebeu várias distinções: medalha de prata no concurso de Matemática, menção honrosa no concurso de Geometria Descritiva, medalhas de prata nos concursos de Desenho e Ordenamento, bem como nos exames de Estereotomia, Perspetiva e Construção Civil, menções honrosas em diversos concursos de Arquitetura Civil, entre outras. Em 1875, transitou para os estudos de 1.ª Classe de Arquitetura, continuando a obter distinções, sob a forma de medalhas, menções honrosas e prémios. Destaca-se, em 1876, o prémio Muller Soehnée, atribuído pelo Conselho Académico da École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts. Em resultado do seu percurso, em agosto de 1877, recebeu o Certificado de Capacidade em Arquitetura. No ano seguinte, requereu a realização das provas académicas finais, nas quais apresentou projetos relativos a um chalet suíço, a um palacete italiano neobarroco, a uma vivenda inglesa neogótica e a uma casa espanhola neoárabe. Em novembro, após receber o prémio Rougevin, tornou-se no primeiro português a obter o diploma de arquiteto da École Nationale et Spéciale de Beaux-Arts. Em paralelo ao percurso académico, José Luís Monteiro adquiriu experiência profissional, sob o patrocínio de Jean-Louis Pascal. Em 1876, e pelo período de ano e meio, foi responsável pelas obras de reconstrução do edifício da Câmara Municipal de Paris. Posteriormente, colaborou na instalação da representação portuguesa na Exposição Universal de Paris (1878). Entretanto, em 1877, concorreu a um concurso da Câmara Municipal de Lisboa, para o cargo de arquiteto-chefe da 1.ª Secção da Repartição Técnica. Ao ser classificado em primeiro lugar, adiou a tomada de posse para realizar uma viagem de estudo a Itália (o Grand Tour), para complementar a sua formação académica. A viagem teve início em janeiro de 1879 (sul de França, Mónaco, Itália e Suíça) e no regresso, que foi antecipado devido ao falecimento da mãe, visitou Granada e Córdova, em Espanha, chegando a Lisboa, em março de 1880. Durante a viagem, por imposição da Academia Real, que lhe tinha prorrogado a bolsa por mais dois anos, elaborou o projeto de restauro de um edifício: o templo romano dedicado a Antonino e Faustina (c. 146 d.C.). Em Lisboa, foi aclamado como académico de mérito pela Academia Real de Belas-Artes. Tomou posse como funcionário da Câmara Municipal de Lisboa em abril, num momento em que a cidade se encontrava em transformação, com a expansão urbana fomentada pelo presidente, José Gregório da Rosa Araújo [1840-1893], e pelo engenheiro-chefe da Repartição Técnica, Frederico Ressano Garcia [1847-1911]. Enquanto técnico camarário, elaborou projetos para o novo Mercado Central de Lisboa (1881), o Liceu Central de Lisboa (1882), o Jardim-Escola Froebel (1882), o quartel do Corpo de Bombeiros Municipais (1892) ou a capela do Cemitério de Benfica (1888). Com menores dimensões, foram seus os projetos para coretos, alguns dos quais efémeros, o pavilhão para a comemoração do 3.º centenário da morte de Luís de Camões (1880), o carro alegórico da cidade de Lisboa, para a procissão cívica no centenário do Marquês de Pombal (1882), o arranjo urbanístico do largo do Barão de Quintela (1882), os candeeiros para o monumento da praça dos Restauradores (1886), o mobiliário e os portões da frontaria dos Paços do Concelho (1887-1891), os lagos do Rossio (1888), a nova igreja dos Anjos (1897) ou a Feira Franca para a comemoração do 4.º centenário da chegada à Índia (1898). Embora nem todos os seus projetos tivessem sido concretizados, alguns, destacaram-se pela escolha do ferro como material de construção, o que à época, representava uma

novidade em Portugal. A carreira de arquiteto municipal, de José Luís Monteiro, terminou em 1909, aquando da sua passagem à reforma. Na condição de profissional liberal, em que realizou as suas mais importantes obras, o seu nome ficou associado: ao Real Ginásio Clube Português (1883), à estação ferroviária do Rossio (1886-1887), ao hotel Avenida Palace (1890-1892) e à biblioteca e salas da Sociedade de Geografia de Lisboa (1897). Relativamente à arquitetura doméstica, projetou o palácio dos condes de Castro Guimarães (palácio do Torel, 1885), o jazigo dos marqueses de Tomar, no cemitério dos Prazeres (1886), o jazigo da sua família, no cemitério do Alto do São João (1886), o chalet de Ernesto Biester (1890), a sua residência em Campo de Ourique (1893), o chalet dos condes de Tomar (palacete de Santa Sofia, 1896), o chalet da condessa do Faial (1896), o chalet da condessa de Cuba (1899), um edifício de habitação em Entrecampos (1902), a capela do chalet Palmela (1919) e o palácio de Rio Frio (herdade de Santos Jorge, 1919). Em junho de 1881, foi nomeado docente da cadeira de Arquitetura Civil, na Academia Real de Belas-Artes, onde colaborou na remodelação pedagógica e curricular então realizada (1881 e 1900). Cultivou um ensino prático, centrado na aprendizagem dos modelos clássicos, tendo dirigido a Academia entre 1912 e 1929. Envolveu-se na fundação, em 1902, da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, da qual foi presidente da Assembleia Geral (1902) e, mais tarde, presidente honorário (1926). Publicou, no anuário da sociedade, os seus dois únicos escritos: "O chamado concurso das fachadas em Paris" (1905) e "As novas edificações de Lisboa" (1906). José Luís Monteiro participou, ainda, em diversos júris, foi presidente de honra do Conselho de Arte e Arqueologia da Escola de Belas-Artes de Lisboa (1900), membro da Comissão Executiva da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola (1881), membro do Comité de Lisboa para a Exposição de Roma de 1885-1886 (1881), consultor e superintendente do gabinete técnico da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (1886), membro da Comissão dos Monumentos Nacionais (1890), colaborador do Comissariado Geral de Portugal da Exposição Universal de Paris (1900) e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública (1907). O seu trabalho foi reconhecido e premiado no estrangeiro, com a Medalha de Segunda Classe de Arquitetura e o Diploma de Mérito da Exposição Geral de Belas-Artes (Espanha, 1881), o Grau de Cavaleiro da Real Ordem de Isabel, a Católica (Espanha, 1881) e o Grau de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra (França, 1901). Em Portugal, entre outras distinções, recebeu, por duas vezes, o Grau de Oficial da Real Ordem Militar de Santiago de Espada, aos quais resignou. A Câmara Municipal de Lisboa atribuiu-lhe a Medalha da Cidade (1924) e a Medalha de Ouro de Mérito Municipal (1935). A sua vida e obra foram objeto de uma publicação (1924), elaborada pelo arquiteto e presidente do Conselho Diretor da Escola de Belas-Artes, Francisco Carlos Parente (1872-1924). Faleceu a 27 de janeiro de 1942, em Lisboa, na sua residência em Campolide. Foi sepultado no jazigo da família, no cemitério do Alto de São João.

> História custodial e arquivística

A documentação foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, a Maria Joana Monteiro Loureiro, neta de José Luís Monteiro, em 1993. O conjunto documental encontra-se incompleto, uma vez que muitos documentos estão dispersos por outras instituições e na posse de terceiros. Houve uma tentativa de doação à Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, em 1943, processo que não chegou a ser concretizado, tendo o acervo sido devolvido à família, em 1945, de forma desorganizada e com peças em falta. Atualmente, encontra-se à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que o detém, em regime jurídico de usufruto e de propriedade.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1859 e 1942, no âmbito da atividade exercida por José Luís Monteiro. Reflete o percurso pessoal, académico e profissional do arquiteto e reúne informação

relacionada com arquitetura civil, arquitetura religiosa, composições ornamentais, estatuária, escultura, iconografia e representação figurativa. É constituída por tipologias diversas, como estudos, desenhos, projetos, diplomas, retratos, recortes de imprensa. Integra, ainda, medalhas, retratos, fotografias e gravuras.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Temática

Ordenação: Numérica

> **Condições de acesso**

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Espanhol; Francês; Inglês; Italiano; Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de leitor de discos ópticos e de microfilmes, para parte da documentação.

> **Instrumentos de descrição**

Inventário

> **Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

N/A

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Casa Museu Egas Moniz

Internet: <http://www.casamuseuegasmoniz.com/>

Título: Universidade de Lisboa: Faculdade de Arquitetura

Internet: <http://www.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/>

> Fontes e bibliografia

CUNHA, João Alves da; TRIGUEIROS, Luís, pref. – *José Luiz Monteiro: 1948-1942*. Lisboa: Blau, 2004. ISBN 972-8311-60-5.

> Nota de publicação

LISBOA. Câmara Municipal. Divisão de Arquivos, org. – *José Luís Monteiro: marcos de um percurso*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998. ISBN 972-97226-9-2.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

JOSÉ NEVES ÁGUAS



Propaganda política do PCP na parede lateral de um prédio
PT/AMLSB/NEV/03/001053

> Código de referência

PT/AMLSB/NEV

> Título

José Neves Águas

> Data(s)

1948-1990

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 45 caixas, 3050 pastas (18,78 m.l.)

Suporte: Diapositivo de gelatina e prata em acetato de celulose; Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Águas, José Neves. 1920-1991, publicista

> História administrativa/biográfica

José Neves Águas nasceu em Lisboa, a 2 de junho de 1920. Depois de completar o ensino secundário, iniciou a atividade profissional como publicista, tendo participado ativamente na vida partidária e sindical. Entre 1959 e 1960, em conjunto com João Canena, orientou a página cultural “Rota”, do jornal “República”. Organizou e publicou, em 1962, a obra “Bibliografia”, de Jaime Cortesão. Participou, também, na coleção “Cadernos do tempo presente”. Em 1967, a convite do governo brasileiro, deslocou-se ao Brasil, onde apresentou diversas conferências sobre literatura contemporânea portuguesa. Colaborou com diversos jornais e revistas, como o “Diário de Lisboa”, “A Capital”, “Planície”, “Correio do Ribatejo” e “Diário de Coimbra”. A maior parte dos seus textos, sobretudo após o 25 de abril de 1974, incidiu sobre temáticas como a contestação política e os movimentos grevistas. Foi responsável pela recolha de um conjunto significativo de cartazes e panfletos de propaganda política. Neves Águas morreu em Lisboa, em 1991.

> História custodial e arquivística

A documentação foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, a Maria Guilhermina Garrido Mira Águas, viúva de José Neves Águas, na década de 1990. Atualmente, encontra-se à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que a detém, em regime jurídico de usufruto e de propriedade.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Compra

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1948 e 1990, por José Neves Águas, com particular incidência para a informação decorrente da intervenção de cariz político e partidário, em que o publicista esteve ativamente envolvido. Abrange, para o período cronológico anterior a 1974, assuntos relacionados com a contestação ao Estado Novo e, para a fase pós 25 de Abril, temáticas referentes à luta sindical, à defesa dos direitos dos trabalhadores e à propaganda política e eleitoral. Inclui fotografias de manifestações e de murais de cariz político, cartazes divulgados por ocasião de diversas eleições legislativas, autárquicas e europeias, panfletos de propaganda política, de divulgação da ação sindicalista e de contestação social e ainda autocolantes de vários partidos criados no período pós revolucionário.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática
Ordenação: Cronológica; Tipológica

> Condições de acesso

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Listagem de conteúdos

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/002/001754

Título: [Proposta de compra: fundo José Neves Águas]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Fundação Mário Soares

Internet: www.fmsoares.pt/

Título: Museu do Aljube

Internet: <http://www.museudoaljube.pt/>

Título: Universidade de Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril

Internet: <http://www.cd25a.uc.pt/>

> Fontes e bibliografia

GRAÇA, Ana Catarina da Silva - Inventário e catalogação do espólio de e sobre Jaime Cortesão existente no Gabinete de Estudos Olisiponenses [Em linha]. Lisboa: Universidade Lusófona, 2012. Relatório estágio/monografia apresentado para a obtenção do grau de licenciatura em História [Consult. 2018-04-20]. Disponível em WWW: <URL: <https://goo.gl/8jwQZL>>.

> Nota de publicação

CIPRIANO, Rita – *Liberdade e democracia. Os cartazes do 1 de maio*. Observador [Em linha]. (2015-04-30). [Consult. 2018-04-19]. Disponível em WWW: <URL: <https://observador.pt/2015/04/30/1-maio/>>.

FAGUNDES, João – Cartazes políticos contemporâneos: a coleção Neves Águas. In *Agenda Cultural*. Lisboa (Abr. 1994) p. 14.

LISBOA. Câmara Municipal. Divisão de Arquivo Municipal – *O arquivo saiu à rua*. Lisboa: CM, 2015. ISBN 978-989-96300-6-2.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

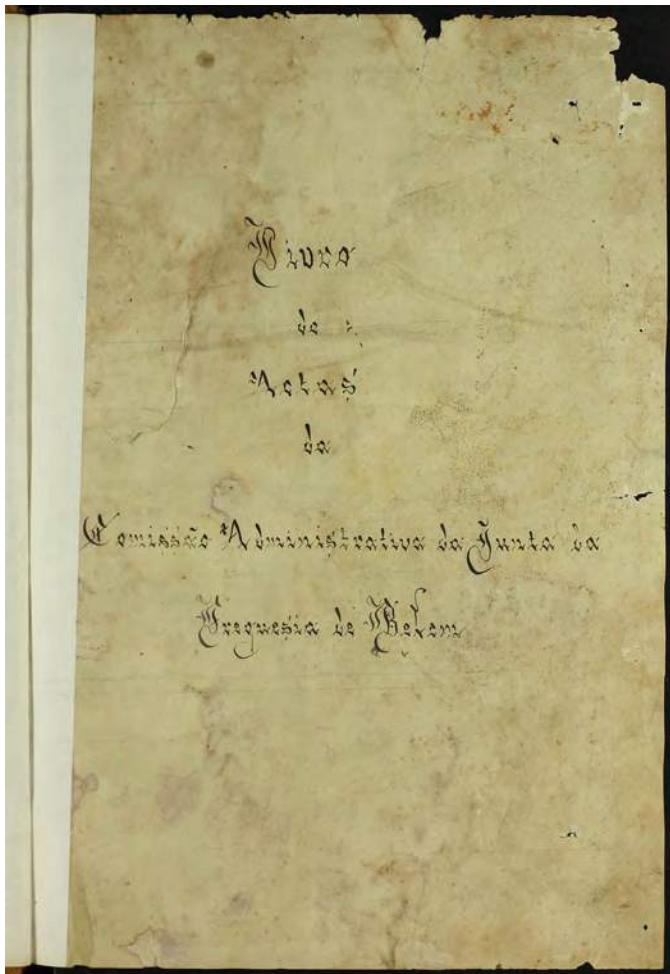
> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descruição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descruição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999.* Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7.* Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descruição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descruição em Arquivo.* Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BELÉM



Livro de registo de atas
PT/AMLSB/JFSMB/01/04

> Código de referência

PT/AMLSB/JFSMB

> Título

Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém

> Data(s)

1916-1943

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 9 livros (0,20 m.l.)

Suporte: Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém. 1916-2012

> História administrativa/biográfica

A Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém foi instituída em 1916, através da Lei n.º 621, de 23 de junho, que alterou a designação de junta de paróquia para junta de freguesia, sucedendo assim à anterior Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, mas mantendo-se sob alçada da Câmara Municipal de Lisboa. Desta forma, ao nível do poder local, a lei realçava uma mudança estrutural da junta de paróquia que, inicialmente, possuía um caráter eclesiástico, para junta de freguesia, de caráter mais civil, cujas componentes políticas e administrativas se mantiveram praticamente inalteradas até aos dias de hoje. Nesta altura, a malha urbana de Belém tinha alargado significativamente, assim como a população, que cresceu consideravelmente. A utilização do eléctrico permitia o acesso e a circulação para a zona central de Lisboa, e muitas foram as alterações urbanísticas registadas nesta zona ocidental da cidade, nas primeiras décadas do século XX. Em 1926, com o Decreto n.º 11875, de 13 de julho, e a instauração do Estado Novo, iniciou-se um período de várias décadas de retrocesso, no que se refere à independência e autonomia das freguesias, tendo sido dissolvidos todos os corpos administrativos e nomeada uma Comissão Administrativa. Deste período importa referir os Códigos Administrativos de 1936 e de 1940, que promulgaram as bases da nova organização administrativa, na qual se declarava a autonomia financeira dos corpos administrativos, sob fiscalização do Estado, bem como a autoridade do Governo para dissolução e substituição dos mesmos. Em 1940, a realização da Exposição do Mundo Português impulsionou novas alterações urbanísticas em Belém, com a demolição de uma boa parte do seu núcleo central, e que atualmente constitui a praça do Império. Posteriormente, o Centro Cultural de Belém, inaugurado em 1993, para acolher a sede da presidência portuguesa da União Europeia, marcou igualmente o panorama urbanístico de Belém. Em 2012, no seguimento da reorganização administrativa do concelho de Lisboa, prevista na Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, deu-se a fusão das freguesias de São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém, dando origem à nova Junta de Freguesia de Belém.

> História custodial e arquivística

O acervo documental da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém permaneceu na freguesia de Belém, tendo sido cedido, a título de depósito, na década de 1990, ao Arquivo Municipal de Lisboa, cuja localização do protocolo de transferência se desconhece.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Depósito

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1916 e 1943, que reflete a atividade deliberativa e administrativa da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, nomeadamente, nas áreas de gestão territorial, administrativa e financeira. Contém livros de registo de atas, copiadores de correspondência e livro de balancetes.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Inventário

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMBLM

Título: Câmara Municipal de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/JPSMB

Título: Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/MSMB

Título: Mosteiro de Santa Maria de Belém

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Junta de Freguesia de Belém

Internet: <http://www.jf-belem.pt/>

> Fontes e bibliografia

ALVES, José da Felicidade; SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – Belém. In *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. ISBN 972-96030-0-6.

ARAÚJO, César – *O arquivo da Junta de Freguesia: do sistema de informação à memória social. O caso da Junta de Freguesia do Muro, concelho da Trofa (1870-1998)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado.

BELLOTTO, Heloísa – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4.ª ed. Brasil: Editora FGV, 2006. ISBN 85-225-0474-1.

CAETANO, Marcello – *Manual de Direito Administrativo*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1951.

CASCAIS. Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal – *Guia digital do Arquivo Histórico Municipal de Cascais* [Em linha]. 3ª ed. Cascais: CM, 1914. [Consult. 2018-05-02]. Disponível em WWW: <URL:

[>.](https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/guia_arquivo_historico.pdf)

CONSIGLIERI, Carlos [et al.] – Lisboa Ocidental: São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara. In *Pelas Freguesias de Lisboa*. Lisboa: CM-PE, 1996. 4º vol.

FREITAS, Eduardo de; CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor Matias – *Lisboa: freguesia de Belém*. Lisboa: Contexto, 1993.

LEI n.º 621, de 23 de junho de 1916 [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: [>.](https://files.dre.pt/1s/1916/06/12600/06170622.pdf)

LEI n.º 56/2012, de 8 de novembro [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: [>.](https://files.dre.pt/1s/2012/11/21600/0645406460.pdf)

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva – *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.

MARQUES, J. A. – *Collecção de Providencias Municipaes da Câmara de Lisboa*. Lisboa: Typographia de Silva, 1857. Tomo I.

MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 2004.

NÉU, João B. M. – *Evolução da zona ocidental de Lisboa*. In *Em volta da Torre de Belém*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0862-3. 1º vol.

NÉU, João B. M. – *Pedrouços e Bom Sucesso*. In *Em volta da Torre de Belém*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998. ISBN 972-24-0986-7. vol. 2.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. 1.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. ISBN 978-989-626-139-9.

RODRIGUES, Maria de Lurdes – *Inventário da Junta de Freguesia de Santo Isidoro*. Mafra: Câmara Municipal, 2008. ISBN 978-972-8204-51-8.

SANTOS, José António – *As freguesias: história e actualidade*. 1ª ed. Oeiras: Celta Editora, 1995.

SILVA, Augusto Vieira da – *As freguesias de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1943.

TAVARES, J. – *A Freguesia ou Parochia como divisão administrativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

> Nota de publicação

N/A

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico concluído.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

PARQUE EXPO 98, SA



Concurso de ideias para o recinto da Expo 98: desenhos dos concorrentes n.º 81 a 100
PT/AMLSB/PAE/PURB/02/0116

> Código de referência

PT/AMLSB/PAE

> Título

Parque Expo 98, SA

> Data(s)

1944-2014

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 567 caixas, 5 dossiers, 3783 pastas (616,25 m.l.)

Suporte: Acetato; Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose; Diapositivo de gelatina e prata em acetato de celulose; Disco óptico; Ficheiro digital (JPG); Indeterminado (material promocional); Fita magnética; Negativo cromogéneo em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Papel (comum, vegetal); Prova cromogénea baritada; Prova cromogénea plastificada; Prova digital a cor (laser); Prova em papel de revelação baritado; Prova em papel de revelação plastificado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Parque Expo 98, SA. 1993-2018

> História administrativa/biográfica

A Parque Expo 98, SA foi uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente

designada Parque Expo 98, com sede em Lisboa, criada pelo Decreto-lei n.º 88/93, de 23 de março, com o objetivo de projetar, construir, explorar e desmantelar a Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo 98), assim como proceder à reabilitação ambiental e urbana do local escolhido para a realização deste evento, na zona ribeirinha do rio Tejo, a oriente do município de Lisboa e em parte do município de Loures, em avançado estado de decadência social e ambiental. Assim, para fomentar o projeto da Expo 98 e o reordenamento urbano dela decorrente, competiu à Parque Expo 98, SA, por legislação do Governo, a elaboração do plano de urbanização, designado Plano de Urbanização da Zona de Intervenção (PUZI), tendo em consideração a organização do meio urbano, a definição do perímetro urbano, a conceção geral da forma urbana, os parâmetros urbanísticos, o destino das construções, os valores patrimoniais a proteger, os locais destinados a instalação de equipamentos, os espaços livres, e o traçado esquemático da rede viária e das infraestruturas principais. Consequentemente, a Parque Expo 98, SA organizou o PUZI em seis planos de pormenor. Esta entidade adquiriu também competências, outrora pertencentes à Administração do Porto de Lisboa, sobre os imóveis localizados na zona crítica de recuperação e reconversão urbanística. E, para efeitos de execução dos seus projetos dentro da zona de intervenção, incluindo quaisquer obras, instalações ou equipamentos necessários à realização da Expo 98, estava dispensada dos licenciamentos previstos no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 448/91, de 29 de novembro e dos licenciamentos de construção e utilização previstos no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 445/91, de 20 de novembro. Ainda, pelo Decreto-lei n.º 354/93, de 9 de outubro, a Parque Expo 98, SA tinha o direito, sem prejuízo das competências inerentes ao Governo, de requerer e beneficiar das expropriações, de acordo com o disposto neste diploma e no Código de Expropriações. Paralelamente ao projeto da exposição, a Parque Expo 98, SA fomentou um parque residencial de apoio ao evento, integrado no plano de urbanização executado após o desmantelamento da exposição, complementado, não só, com a construção de equipamentos culturais e lúdicos, com novas vias automobilísticas e pedestres, mas também, com alguns espaços criados para o evento que foram preservados, nomeadamente, o pavilhão do Conhecimento, o pavilhão Multiusos, um espaço de restauração, modernizando aquela zona da cidade. Pela natureza desta entidade, o Governo e respetivos ministérios forneciam as diretrizes sobre as políticas e estratégias a implementar, bem como geriam as intervenções de gestão necessárias, implicando inevitavelmente o envolvimento das autarquias de Lisboa e Loures, mas, sobretudo, das empresas municipais, que intervieram no processo de requalificação e de revitalização dos espaços, promovendo, por sua vez, parcerias com empresas privadas. Pela dimensão do projeto da zona de intervenção, a Parque Expo 98, SA prestou serviços às empresas de capitais públicos, proprietárias de territórios sujeitos a requalificação; às empresas privadas nacionais, detentoras de espaços de dimensão significativa, no âmbito do ordenamento do território, e posicionadas na confluência do interesse público com o particular; bem como às empresas privadas internacionais, no âmbito da estratégia governamental de internacionalização, para intervenção em espaços degradados, potenciando o seu desenvolvimento após uma avaliação prévia, caso a caso, das medidas a adotar. Na Parque Expo 98, SA estavam ainda integrados: o oceanário de Lisboa; a marina do Parque das Nações; a Climaespaço, sociedade de produção e distribuição de energias térmicas, responsável pela climatização dos vários espaços existentes na zona de intervenção. Em 2008 foi criada a Geurbana, SA, empresa pertencente à Parque Expo 98, SA, estabelecida com o objetivo de autonomizar a prestação dos serviços de gestão urbana, a consultoria e a elaboração de estudos e projetos urbanísticos no Parque das Nações. Além destas responsabilidades, a Parque Expo 98, SA adquiriu também, posteriormente, competências na gestão do programa Polis (projeto que visava promover intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida nas cidades, aumentando a atratividade e a competitividade dos polos urbanos), bem como no fomento de centros históricos e culturais, na criação de equipamentos públicos e na participação em projetos e exposições internacionais. Por deliberação dos seus acionistas, a Parque Expo 98, SA foi formalmente extinta no dia 31 de dezembro de 2016, sendo que os termos e os efeitos decorrentes da sua extinção encontram-se definidos no Decreto-lei n.º 67/2018.

> História custodial e arquivística

A documentação foi entregue à Câmara Municipal de Lisboa de forma faseada, em diferentes períodos cronológicos. Em 2003, foi enviada a documentação fotográfica produzida pelo gabinete de fotografia da Parque Expo 98, SA, a partir de um protocolo assinado entre esta entidade e o município de Lisboa. Em 2013, foi incorporada a documentação produzida no âmbito da atividade da Geurbana, SA, na sequência da sua extinção e da transferência das suas competências para a Câmara Municipal de Lisboa. Em novembro 2016, no seguimento da extinção da Parque Expo 98, SA, foi enviada a restante documentação produzida por esta entidade, no desenvolvimento das suas funções e competências. Em consequência da informação do Diretor Municipal de Urbanismo, Jorge Catarino Tavares, datada de 18 de julho de 2016, e por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Duarte Cordeiro, foi decidido entregar este último conjunto documental à guarda das seguintes entidades municipais, de acordo com o tipo de documentação: o Arquivo Municipal de Lisboa acolheu a documentação de arquivo, o Centro de Informação Urbana de Lisboa recebeu a documentação bibliográfica e o Museu de Lisboa admitiu a documentação cartográfica.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação; Incorporação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1944 e 2014, no âmbito das funções e competências da Parque Expo 98, SA. Inclui documentação relativa ao processo de organização e desenvolvimento da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo 98), nomeadamente, a candidatura, a preparação e toda a operação, bem como a gestão do território, o projeto urbano para a zona de intervenção e o respetivo plano de urbanização, e ainda um conjunto de registos audiovisuais e multimédia, que retratam diversas atividades associadas a este evento. Tendo adquirido competências posteriores, no âmbito da gestão do programa Polis e da participação portuguesa em exposições internacionais, encontra-se também, neste conjunto documental, documentação gráfica, videográfica e promocional referente aos projetos de reabilitação urbana de várias cidades do país, assim como à participação portuguesa nas exposições internacionais de Shanghai, Zaragoza e Istanbul. Contém igualmente documentação fotográfica produzida pelo gabinete de fotografia da empresa, criado para realizar o registo fotográfico das diversas fases e atividades inerentes ao desenvolvimento da Expo 98, entre 1993 e 2003, ou seja, desde a fase de desocupação das anteriores instalações existentes em toda aquela área da cidade, até ao desmantelamento da exposição. De entre a multiplicidade de temas em que este conjunto está organizado, encontram-se imagens representativas: das empresas petrolíferas; das acessibilidades; das áreas internacionais norte e sul da exposição; dos pavilhões temáticos; dos eventos; da arte e mobiliário urbano; dos espaços verdes; bem como imagens aéreas com a evolução dos trabalhos na zona de intervenção; entre outras. Integra ainda documentação produzida pela Geurbana, SA, entidade pertencente à Parque Expo 98, SA, responsável pela gestão urbana integrada do Parque das Nações, contendo processos de diversos tipos de licenciamento, referentes às especialidades técnicas das construções, na área urbana da zona de intervenção.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Orgânica

Ordenação: Temática

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Espanhol; Francês; Inglês; Italiano; Mandarim (e outros idiomas chineses); Português; Turco

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em bom e razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos e de leitor de discos ópticos, ficheiros digitais e fitas magnéticas, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Guia de remessa

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/003/00101

Título: Guia de remessa n.º 9/2013

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001576

Título: [Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Parque Expo 98, SA]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Informação Urbana de Lisboa

Internet: <https://informacoeseeservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/centro-de-informacao-urbana-de-lisboa>

Título: Junta de Freguesia do Parque das Nações

Internet: <https://www.jf-parquedasnacoes.pt/>

Título: Museu de Lisboa

Internet: <http://www.museudelisboa.pt/>

Título: Notícias do Parque das Nações

Internet: <http://noticiasdoparque.com/>

Título: Parque das Nações

Internet: <http://www.portaldasnacoes.pt/>

Título: Rádio e Televisão de Portugal: Expo 98
Internet: <https://arquivos.rtp.pt/colecoes/expo-98/>

> Fontes e bibliografia

COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998 – 6 meses antes. Lisboa: Parque Expo 98, 1998. ISBN 972-8396-52-X.

COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998 – *Guia oficial*. Lisboa: Parque Expo 98, 1998. ISBN 972-8396-91-0.

COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998 – *Memória da exposição*. Lisboa: Parque Expo 98, 1998. ISBN 972-8127-48-0.

COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998 – *O Livro Verde*. Lisboa: Parque Expo 98, 1998. ISBN 972-8495-09-9.

COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998 – *Plano de arborização*. Lisboa: Parque Expo 98, 1995. 63, XXVI. ISBN 972-8127-12-X.

COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998 – *Um ano antes*. Lisboa: Parque Expo 98, 1998. ISBN 972-8396-06-6.

DECRETO-LEI n.º 88/93. D. R. I Série-A. 69 (1993-03-23) 1435-1438.

DECRETO-LEI n.º 16/93. D.R. I Série-B (1993-05-13) 2524.

DECRETO-LEI n.º 354/93. D.R. I Série-A (1993-10-09) 5670-5672.

DECRETO-LEI n.º 36/96. D.R. I Série-A 19 (1996-05-06) 1040.

DECRETO-LEI n.º 98/99. D.R. I Série-A (1999-03-25) 1679-1681.

DECRETO-LEI n.º 49/2000. D.R. I Série-A (2000-03-24) 1187-1188.

DECRETO-LEI n.º 165/2001. D.R. I Série-A (2001-05-23) 3007-3018.

DECRETO-LEI n.º 241/2012. D.R. I Série (2012-11-06) 6396-6399.

DECRETO-LEI n.º 67/2018. D. R. I Série-A. 158 (2018-08-17) 4208-4212.

FERREIRA, Vitor Marias; INDOVINA, Francisco, org. – *A Cidade da Expo 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?*. Lisboa: Bizâncio, 1999. ISBN 972-53-0050-5.

FESTIVAL DOS 100 DIAS, Lisboa, 1998 – *Programa*. [Lisboa]: Ideias Virtuais, [1998].

JORGE, Filipe, coord. – *Lisboa vista do céu*. Lisboa: Argumentum, 1994. ISBN 972-96026-3-8.

LEI n.º 57/93. D.R. I Série-A (1993-08-06) 421.

LEI n.º 22/2012. D.R. I Série (2012-05-30) 2826-2836.

LEI n.º 56/2012. D.R. I Série (2012-11-08) 6454-6460.

LEI n.º 11-A/2013. D.R. I Série (2013-01-28) 552-[2]-552-[147].

LEI n.º 85/2015. D.R. I Série (2015-08-07) 5476-5477.

LEITÃO, Abílio; PORTELA, Bruno – *Memória da intervenção*. Lisboa: Parque Expo 98, 1996. ISBN 972-8127-16-2.

PARQUE EXPO 98 – *A Expo 98 de A a Z*. Lisboa: Expo 98, 1996. ISBN 972-8127-59-6.

PARQUE EXPO 98 – *Documentos para a história da Expo 98, 1989-1992*. Lisboa: Parque das Nações, 1999. ISBN 972-8106-12-2.

PORTARIA n.º 640/94. D.R. I Série-B (1994-07-15) 3851-3851.

PORTRARIA n.º 1130-C/99. D.R. I Série-B (1999-12-31) 9362 [59]-9362 [75].

PORTRARIA n.º 1130-B/99. D.R. I Série-B (1999-12-31) 9362 [14]-9362 [58].

TRIGUEIROS, Luíz; SAT, Claudio; OLIVEIRA, Cristina – *Lisbon expo'98: architecture*. Lisboa: Blau, cop. 1998. ISBN 972-8311-21-4.

TRIGUEIROS, Luíz; SAT, Claudio; OLIVEIRA, Cristina – *Lisbon world expo'98: projects*. Lisboa: Blau, cop. 1998. ISBN 972-8311-07-9.

VITTA, Maurizio; ARRUDA, Miguel, pref. – *Miguel Arruda for expo'98: information center*. Bergamo: Pierantonio Giacoppo, 1997. ISBN 88-7838-029-6.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

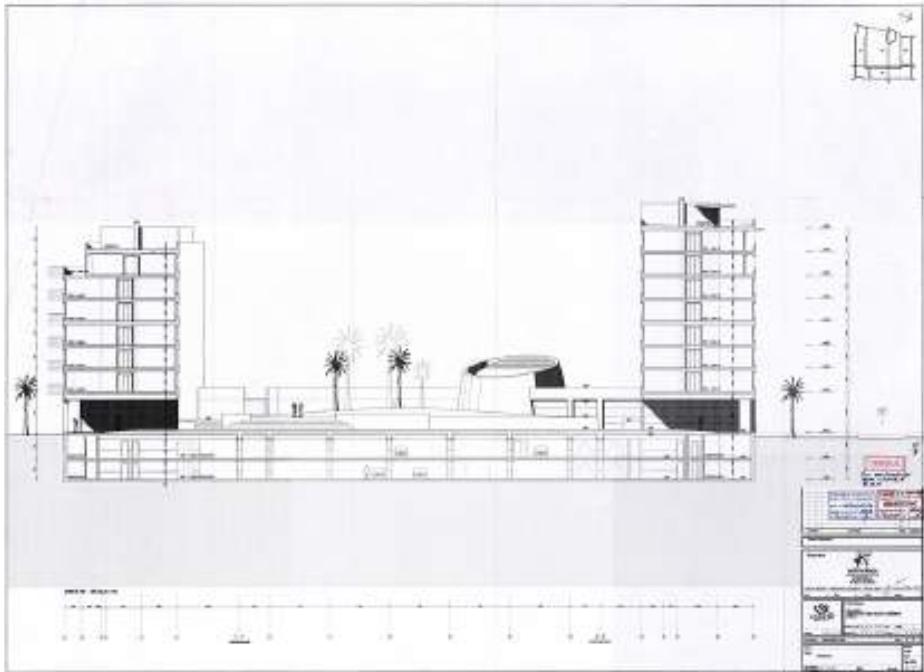
> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

GEURBANA, SA



Projeto Vila Expo, edifício de habitação e comércio, lote 9: corte AB]
N/A

> Código de referência

PT/AMLSB/PAE-GEUR

> Título

Geurbana, SA

> Data(s)

1995-2014

> Nível de descrição

Subfundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 3783 caixas (470 m.l.)

Supporto: Papel

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Geurbana, SA. 2008-2012

> História administrativa/biográfica

A Geurbana, SA, oficialmente des

uma empresa pertencente à Parque Expo 98, SA, entidade estabelecida pelo decreto-lei n.º 88/93, de 23 de março, enquanto sociedade anónima de capitais públicos. Os estatutos da Parque Expo 98, SA atribuíram-lhe como funções a conceção, execução, construção, exploração e desmantelamento da Exposição Internacional de Lisboa de 1998. Recebeu igualmente competências para elaborar os planos de urbanização e de pormenor da zona de instalação da Expo 98, que correspondia a uma área

degradada, partilhada pelos municípios de Lisboa e Loures. Nas suas competências foram igualmente incluídas a capacidade para conceder licenciamentos, no âmbito dos planos de pormenor, para proceder a expropriações e para administrar bens de domínio público relacionados com o exercício da sua atividade. Após o encerramento da exposição, a Parque Expo 98, SA, foi mantida em funções para assegurar a qualidade urbana e ambiental na zona de intervenção, bem como o desenvolvimento de atividades urbanas e a maximização da libertação de meios financeiros, para a amortização do passivo. Ao longo do tempo foram adotadas medidas para atualizar e complementar a planificação urbanística, na área de intervenção da Expo 98, entretanto designada Parque das Nações. Nesse sentido, foi estabelecido, entre o Estado e os municípios de Lisboa e Loures, um modelo jurídico, institucional e financeiro de gestão urbana, cujo modelo se destinava a vigorar, numa fase de transição, até à transferência da gestão do Parque das Nações para as competências dos municípios de Lisboa e Loures. Para assegurar a administração conjunta entre a Parque Expo 98, SA e ambos os municípios, foi prevista a constituição de uma empresa com responsabilidade para gerir o domínio público e garantir a prestação de serviços urbanos. No entanto, como o modelo definido não teve implementação prática, a Parque Expo 98, SA continuou a assegurar as tarefas relacionadas com a recuperação e reconversão urbanísticas, aguardando a transição da gestão para as câmaras municipais de Lisboa e Loures. Para isso, a 9 de julho de 2008, foi decidido criar a Geurbana, SA (Parque Expo-Gestão Urbana do Parque das Nações, SA), para a autonomização da prestação dos serviços de gestão urbana, bem como a consultoria e a elaboração de estudos e projetos urbanísticos. Assim, a Geurbana, SA deu continuidade aos serviços anteriormente prestados pela Parque Expo 98, SA, no domínio das operações de limpeza, arranjo e cuidado de flores e árvores, recolha e transporte de resíduos sólidos, monitorização ambiental, manutenção de infraestruturas e do sistema de vigilância, fiscalização da ocupação do espaço público, entre outros serviços. Com a criação da Geurbana, SA, a Parque Expo 98, SA, transferiu 32 trabalhadores para a empresa que, como não dispunha de meios humanos e técnicos suficientes, recorreu à contratação de fornecedores externos. Em 2010, foi assinado um contrato entre a Parque Expo 98, SA e a Geurbana, SA que incidiu sobre a prestação de serviços partilhados pelas duas empresas, nas áreas da logística, recursos humanos, finanças, contencioso, secretariado e sistemas de informação. No âmbito do contrato, a Parque Expo 98, SA assumiu a prestação de serviços de apoio ao funcionamento da Geurbana, SA. No momento da criação desta entidade, a Parque Expo 98, SA solicitou a participação dos municípios de Lisboa e Loures no seu capital social, o que não se verificou. A Geurbana, SA tornou-se, então, numa empresa detida na íntegra pela Parque Expo 98, SA, que assegurou os seus encargos, tendo as câmaras municipais de Lisboa e Loures se recusado a financiá-la. Ainda assim, ambas as câmaras nomearam um representante para assegurar a ligação com a Geurbana, SA e participaram, até 2011, no caso de Loures, nos júris dos concursos públicos lançados pela empresa. A falta de financiamento dos municípios de Lisboa e Loures levou a que, anualmente, a Geurbana, SA acumulasse dívidas, por conta dos municípios, devido ao recurso a empréstimos para saldar compromissos financeiros. Face às orientações da administração central, publicadas em 2011, no sentido de se proceder à extinção da Parque Expo 98, SA e da Geurbana, SA, a Câmara Municipal de Lisboa comprometeu-se a saldar as dívidas contraídas desde 2008, pela segunda empresa, bem como a assumir a gestão urbana e a manutenção do Parque das Nações. No quadro da constituição da freguesia do Parque das Nações, em 2012, toda a zona de intervenção da Expo 98 foi integrada no município de Lisboa, deixando de existir qualquer território dependente do município de Loures. No seguimento da determinação de extinção da Geurbana, SA, em 2011, a transferência da prestação de serviços de gestão urbana, para a Câmara Municipal de Lisboa, teve lugar a 1 dezembro de 2012, recebendo esta entidade a titularidade dos bens e infraestruturas que se encontravam sob a alçada da Parque Expo 98, SA e da Geurbana, SA, bem como os encargos com os contratos de empreitada de obras públicas, locação e aquisição de bens móveis e serviços celebrados por ambas as empresas, no âmbito da manutenção e gestão urbana do Parque das Nações. Tendo continuado em funções por mais algum tempo, a Parque Expo 98, SA foi extinta a 31 de dezembro de 2016, por se considerar que esgotara a sua função, estando os termos e os efeitos decorrentes da sua extinção definidos no Decreto-lei n.º 67/2018.

> História custodial e arquivística

A documentação foi incorporada no Arquivo Municipal de Lisboa, em 2013, no seguimento da extinção da Geurbana, SA e da transferência das suas competências para a Câmara Municipal de Lisboa.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Incorporação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1995 e 2014, resultante das funções e competências da Geurbana, SA, relativa a processos de licenciamento ou autorizações de edificações, na área do Parque das Nações. Os processos referem-se a edifícios de habitação, comércio, serviços, recreio e lazer, tais como: a torre São Gabriel; o complexo multiusos da zona central Expo 98; o centro comercial Vasco da Gama; o hotel Tryp Oriente; o edifício Nau; a torre Vasco da Gama; o pavilhão Unicer; o hotel Tivoli Tejo; o pavilhão de Portugal; o pavilhão Atlântico; entre outros edifícios. Os processos abarcam, ainda, infraestruturas e equipamentos, designadamente: a subestação elétrica Expo Sul; a escola superior de enfermagem; a central norte de resíduos sólidos urbanos; a central RS1 de resíduos sólidos; a escola básica 1, 2, 3/JI/Expo; a central térmica, entre outros.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

> Condições de acesso

Acesso permitido: com comunicabilidade mediante pedido prévio de autorização.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Guia de remessa

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/COPA

Título: Controlo de obras particulares

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/003/00101

Título: Guia de remessa n.º 9/2013

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

N/A

> **Fontes e bibliografia**

PEDROSA, João – *Parque das Nações: abordagem precursora ao desenho da cidade sustentável*. Coimbra: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra.

PEREIRA, Ana Patrícia – *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à Beira-Tejo*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

PORTUGAL. Tribunal de Contas – *Auditória à Parque Expo-Gestão Urbana do Parque das Nações, SA*. Relatório n.º 40/2012-2.ª Secção. Processo 08/12 AUDIT. Lisboa: Tribunal de Contas, 2012.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Subfundo com tratamento arquivístico concluído.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

RAUL VENTURA



Rally de automóveis antigos
PT/AMLSB/RAV/04/002/000272

> Código de referência

PT/AMLSB/RAV

> Título

Raul Ventura

> Data(s)

1916-1963

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 11 caixas (2,25 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Ventura, Raul Rodrigues. 19---1982, engenheiro

> História administrativa/biográfica

Raul Rodrigues Ventura, engenheiro electricista diplomado pela City and Guilds of London Institute, morou na rua Rodrigo da Fonseca, 143, 6.º andar, em Lisboa. Irmão de Alice Ventura e de Almerindo Rodrigues Ventura, foi casado com Celina Batalha da Cunha, falecida a 7 de Junho de 1971. Desconhece-se informação detalhada acerca do seu percurso pessoal e profissional, não se encontrando referências quanto à sua atividade enquanto fotógrafo amador, apenas o interesse que demonstrava em criar registos fotográficos das viagens que efetuou, por Portugal e pelo estrangeiro, de pessoas que encontrava e de eventos que presenciou. Faleceu a 2 de agosto de 1982.

> História custodial e arquivística

A documentação foi encontrada por José Nascimento, num apartamento em Lisboa, sujeito a obras de alteração. Desconhece-se a sua história custodial e arquivística, até ao seu ingresso no Arquivo Municipal de Lisboa, por intermédio de José Luís Madeira, em maio de 1995.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1916 e 1963, por Raul Ventura, composta por reportagens fotográficas de viagens em Portugal (Lisboa, Porto, Estoril, Fátima, etc.) e no estrangeiro (Espanha, França, Inglaterra, Brasil), de exposições e eventos, de automóveis, bem como retratos individuais e de grupo.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Geográfica; Numérica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em bom estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Inventário; Relatório de entrada

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

N/A

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Arquivo Histórico do Ministério da Economia

Internet: <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=232025>

Título: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Internet: <http://purl.sgmf.pt/urn/arquivold/hierarquia/html?id=482769&agente=arquivo.sgmf.pt&purlCheck=true>

> **Fontes e bibliografia**

CAETANO, Ana – Contextos e dinâmicas sociais nas fotografias de uma coleção privada. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN 0873-9870. Nº 8 (2005) p. 130-161.

PORUTGAL. Ministério da Economia. Arquivo Histórico – *Ventura, Raúl Rodrigues* [Em linha]. [Consult. 2018-04-05]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=232025>>.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

RUY JERVIS D'ATHOUGUIA



[Ampliação para a moradia de João da Silva Capucho, em São João do Estoril]
PT/AMLSB/RJA/01/054

> Código de referência

PT/AMLSB/RJA

> Título

Ruy Jervis d'Athouguia

> Data(s)

1945-1990

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 43 caixas, 357 pastas, 2 rolos, 3 álbuns (104 m.l.)

Suporte: Negativo de gelatina e prata em vidro; Papel; Prova em papel de revelação baritado; Repolar; Tela

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Athouguia, Ruy Jervis d'. 1917-2006, arquiteto

> História administrativa/biográfica

Rui Jervis de Atouguia, filho de Manuel Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto e de Emília Sequeira Manso Gomes Palma, nasceu em Macau, a 1 de janeiro de 1917. Depois de finalizar os estudos do secundário no Colégio Militar, ingressou na Escola de Belas-Artes de Lisboa, que trocou, em 1940, pela Escola de Belas-Artes do Porto, onde concluiu o curso de Arquitetura, em 1944. Nesse ano, regressou a Lisboa, para iniciar a atividade profissional no escritório de Veloso de Reis Camelo e, mais tarde, com Filipe Nobre de Figueiredo e Jorge Segurado. Depois de casar com Maria Domingas Pepulim, apresentou a prova de concurso para obtenção do diploma de arquiteto, somente em 1948, obtendo a classificação de 18

valores. A sua condição aristocrática (visconde de Atouguia) permitiu-lhe o precoce convívio e amizade com figuras relevantes da sociedade portuguesa, que se viriam a tornar clientes. De facto, os primeiros trabalhos que efetuou foram encomendas particulares de amigos e familiares, que o consideraram um arquiteto inovador, que apostava em soluções económicas e de aproveitamento inteligente do espaço. Rui Jervis de Atouguia trabalhou sempre como profissional liberal, com exceção de um período de quatro anos, nos anos 50, em que foi arquiteto na Câmara Municipal de Cascais, ao serviço da qual realizou trabalhos importantes, como o bairro dos Pobres, para a Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Em regime de profissão livre, efetuou cerca de 250 projetos, de unidades e de conjuntos, nomeadamente, de habitação individual e coletiva, construções escolares, instalações de serviços públicos, teatros, museus, hotéis, centros comerciais, estudos de urbanização e de reordenamento. Entre os projetos para edifícios de habitação (moradias, prédios de rendimento e bairros económicos) efetuados, destacou-se a célula VIII do bairro de Alvalade, entre 1949 e 1954, designada como bairro de São João de Deus, posteriormente conhecido como bairro das Estacas. Esta obra, realizada em coautoria com Sebastião Formosinho Sanches, conquistou, em 1954, um importante prémio na Exposição Internacional da Bienal de São Paulo, no Brasil. Do júri desta exposição faziam parte, entre outros, Le Corbusier, Alvar Aalto, José Luiz Sert e Rogers, o que originou uma significativa divulgação internacional, da sua obra, em revistas da especialidade de grande prestígio. Este projeto também recebeu o Prémio Municipal de Arquitetura, em 1955. Seguiram-se a escola primária do bairro São Miguel (1956-1957), a torre habitacional, em Cascais, o liceu Padre António Vieira, em Lisboa (1959) e o conjunto habitacional da praça de Alvalade (posteriormente modificado a poente). Foi autor, juntamente com Alberto Pessoa e Pedro Cid, do edifício da sede da Fundação Calouste Gulbenkian (1960-1968). Entre 1947 e 1967, esteve envolvido no desenho e construção de alguns dos edifícios mais significativos em Portugal, quer de caráter público, quer de representatividade, sendo a Fundação Calouste Gulbenkian, uma obra de referência. Nos anos 60, foi consultor urbanista da Câmara Municipal do Montijo e, já nos anos 70, da Câmara Municipal de Beja. Foi ainda, durante cerca de ano e meio, diretor do gabinete técnico da Habitat, em Algés. Em 1969, foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada e, em 1975, recebeu o Prémio Valmor. Rui Jervis de Atouguia faleceu em Lisboa, a 21 de julho de 2006.

> História custodial e arquivística

A documentação encontrava-se originariamente no atelier do arquiteto Rui Jervis de Atouguia, que funcionava num palácio do século XVIII, em Lisboa, na rua de São Pedro de Alcântara. O acervo foi cedido, pelo autor dos projetos, à Câmara Municipal de Lisboa, em junho de 2000. Encontra-se atualmente à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, que o detém em regime de depósito.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Depósito

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre 1945 e 1990, no âmbito da atividade exercida por Rui Jervis de Atouguia, no domínio da arquitetura de cariz público e privado. Reflete o trajeto profissional do arquiteto, compreendendo projetos para edificado de uso diverso (urbanístico, habitacional, espaços verdes, saúde, comercial, industrial, turístico, lazer e recreio, cultural, ensino, religioso, desportivo e utilização pública). Contempla diversas tipologias arquitetónicas (moradias, prédios, bairros económicos, jardins, bares, supermercados, estaleiros navais, centros comerciais e cívicos, postos clínicos, hotéis, pousadas, aldeamentos turísticos, bancos, postos de correios, telégrafos, telefones, quartéis da GNR, escolas, liceus, residências de estudantes, museus, centros de congressos e culturais, clubes navais e hipódromos). O conjunto de propostas arquitetónicas e soluções urbanísticas, que espelham acentuadamente a estética modernista, reúne composições com particular incidência no distrito de Lisboa.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Português

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> Instrumentos de descrição

Inventário

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)

Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/RPC1/002/001758

Título: [Acordo de depósito: fundo Ruy Jervis d'Athouguia]

> Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)

Título: Fundação Calouste Gulbenkian

Internet: <https://gulbenkian.pt/>

Título: Rádio e Televisão de Portugal: Um moderno por descobrir

Internet: <https://www.rtp.pt/play/p4294/ruy-jervis-d-athouguia-um-moderno-por-descobrir>

> Fontes e bibliografia

CORREIA, Graça – *Ruy d'Athouguia. Vila do Conde: Verso da História*, 2013. [Arquitectos portugueses. Série 2; ?]. ISBN 978-989-8657-42-8.

CORREIA, Graça – *Ruy d'Athouguia: a modernidade em aberto*. Lisboa: Caleidoscópio, 2008. ISBN 978-989-8129-39-0.

COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*. Lisboa: Horizonte, 2002. ISBN 972-24-1198-5.

FRANÇA, José-Augusto – *A arte em Portugal no século XX, 1911-1961*. 3^a ed. Lisboa: Bertrand, 1991. ISBN 972-25-0045-7.

PEDREIRINHO, José Manuel – Athouguia, Ruy Jervis. In *Dicionário dos arquitectos activos em Portugal: do século I à actualidade*. Porto: Afrontamento, 1994. ISBN 972-36-0348-9.

TOSTÓES, Ana, coord. – *Os edifícios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. ISBN 972-98728-8-0.

> Nota de publicação

QUEIROZ, Mónica; PINHEIRO, Vitória – As escolas de Ruy Jervis d'Athouguia no bairro de Alvalade: uma nova era na modernidade da arquitetura portuguesa do séc. XX. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. ISSN 0873-9870. Nº 7 (2003) p. 164-183.

> Notas

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> Regra(s) ou convenção(ões)

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

SAMPAIO TEIXEIRA



Sampaio Teixeira
PT/AMLSB/SAM/000001

> Código de referência

PT/AMLSB/SAM

> Título

Sampaio Teixeira

> Data(s)

[193-]-[1998]

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 215 caixas, 11 dossiers (28,43 m.l.)

Suporte: Negativo cromogéneo em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose; Negativo de gelatina e prata em poliéster; Negativo de gelatina e prata em vidro; Prova em papel de revelação baritado; Prova em papel de revelação plastificado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Teixeira, Sampaio. 1911-1998, fotógrafo

> História administrativa/biográfica

António Artur Sampaio Teixeira nasceu em Vila Real, na freguesia de São Pedro, a 22 de Julho de 1911. Filho de António Augusto Alves Teixeira, também fotógrafo, e de Maria Celeste Sampaio, ambos naturais do distrito. O pai foi um dos mais destacados fotógrafos de Vila Real e, quando faleceu, possuía, já há largos anos, um reputado estabelecimento na rua Direita, denominado *Photografia Vila-realense*. A dedicação de António Sampaio Teixeira à fotografia parece ter sido mais por vontade e gosto, do que por necessidade. Com morte do pai, em 1918, por febre pneumónica, terá assumido, com a mãe, o estabelecimento fotográfico da família. Porém, a sua assiduidade era muito irregular, já que, o gosto pelo motociclismo, o desviava frequentemente das responsabilidades profissionais. A mãe morreu em 1929 e, nesse mesmo ano, ainda com 18 anos, Sampaio Teixeira solicitou, com a sua irmã, a emancipação, que foi autorizada pelo tribunal. A partir daqui, são quase nulas as informações sobre Sampaio Teixeira. O seu espólio fotográfico mostra-nos, neste período, um conjunto de fotografias de cabarets parisienses, mas nada nos indica que tenha vivido, com regularidade, naquela cidade. Certo é que, a partir dos anos 40, foi encontrado como fotógrafo de cena, na grande maioria dos teatros de revista da capital, sobretudo, no Parque Mayer (nos teatros Capitólio, Variedades, Maria Victoria e ABC), trabalho que executou até aos anos 70. A partir deste período, encontram-se, também, trabalhos fotográficos no Teatro Nacional e no Teatro Nacional de São Carlos, onde retratou diversas óperas e bailados. Particularmente interessantes são as fotografias das companhias que, a partir do 25 de abril de 1974, se apresentaram em Lisboa, como ballet do Teatro Bolshoi, de Moscovo, ou o Ballet Nacional de Cuba. Sampaio Teixeira foi militante do Partido Comunista Português e a sua militância levou-o, frequentemente, a registar imagens de acontecimentos políticos em Portugal, tais como, comícios políticos e outras iniciativas de associações ou organismos ligados àquele partido. Percorreu, também, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, diversos países do bloco de leste, como a Roménia e a Bulgária, produzindo imagens de diversos acontecimentos culturais e políticos destes países. António Sampaio Teixeira demonstrava possuir uma particular atração pela imagem feminina, uma quase obsessão que o levou a fotografar, compulsivamente, nas décadas de 1960 e 1970, não só, figuras do "jet set" português, mas também, amigas e conhecidas, particularmente, na piscina do hotel Atlântico, em Cascais, que frequentava regularmente, e outros locais. Nesta matéria, foi também abundante a fotografia que produziu na sua residência e estúdio, da rua António Maria Cardoso, que manteve até morrer. Era o que poderíamos chamar um "bon vivant", possuindo diversos carros desportivos, com os quais participava em acontecimentos desportivos. Sampaio Teixeira faleceu em Lisboa, em 23 de Agosto de 1998.

> História custodial e arquivística

A documentação ingressou no Arquivo Municipal de Lisboa, através do Centro Nacional de Cultura, em 1999.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre as décadas de 1930 e 1990, por António Sampaio Teixeira, que comprehende um conjunto documental com as seguintes temáticas: fotografias pessoais e de família; fotografia de cena em teatros de revista (1956-1974); fotografia de ópera e de bailados, no Teatro Nacional de São Carlos e Teatro Nacional D. Maria II, no Coliseu e Teatro da Trindade (1969-1974); fotografias em praias (Cascais, Caparica); fotografias de figuras femininas, na piscina do Atlântico, em Cascais (1962-1974); espetáculos e eventos políticos, na Roménia e Bulgária (1976-1977); incêndio da igreja de São Domingos (1954); aviação em Sintra (1936-1938); atividade do Ginásio Clube Português, em Madrid (1943); Associação Portugal-URSS; cabaret Maxime (1940); cabarets parisienses. Inclui,

ainda, um conjunto de provas fotográficas, de 50 x 60 cm, da autoria do fotógrafo Carlos Cudell Goetz, com imagens datadas de 1948, de paisagens americanas, sobretudo, de parques e jardins, bem como imagens de Nova Iorque.

> **Avaliação, seleção e eliminação**

N/A

> **Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> **Sistema de organização**

Organização: Temática

Ordenação: Cronológica

> **Condições de acesso**

Acesso proibido: com comunicabilidade em suporte alternativo.

> **Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Inglês; Português

> **Características físicas e requisitos técnicos**

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: N/A

> **Instrumentos de descrição**

Inventário

> **Existência e localização de cópias**

N/A

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CCG

Título: Carlos Cudell Goetz

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Museu Nacional do Teatro e da Dança

Internet: <http://www.museudoteatrodanca.gov.pt/>

> **Fontes e bibliografia**

CHIARADIA, Filomena – *Iconografia teatral: estudo da imagem de cena nos arquivos fotográficos de Walter Pinto (Brasil) e Eugenio Salvador (Portugal)*. Rio de Janeiro: Funarte, 2014.

NEVES, Elísio Amaral; CABRAL, A. M. Pires – *Vila Real: história ao café*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2008. ISBN 978-972-9462-59-7.

> **Nota de publicação**

Revista Tellus. Dir. A.M. Pires Cabral. N.º 54 [junho 2011]. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense; Câmara Municipal de Vila Real. ISSN 0872-4830.

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

VARVARA HEYD



[Ilha da Madeira]
PT/AMLSB/VHE/01/000001

> Código de referência

PT/AMLSB/VHE

> Título

Varvara Heyd

> Data(s)

[195-]-[197-]

> Nível de descrição

Fundo

> Dimensão e suporte

Dimensão: 15 caixas, 1 pasta, 6 dossiers (3,98 m.l.)

Suporte: Diapositivo cromogéneo em acetato de celulose; Prova cromogénea baritada; Prova em papel de revelação baritado

> Nome(s) do(s) produtor(es)

Heyd, Sonia Varvara Hasselbalch. 1920-2008, fotógrafa

> História administrativa/biográfica

Sonia Varvara Hasselbalch Heyd nasceu em Copenhaga, na Dinamarca, a 16 de abril de 1920, filha do fabricante Erik Hasselbalch e da baronesa Louise von Plessen. Segundo relato da autora, recolhido a 1 de Março de 1994, no Arquivo Municipal de Lisboa (arquivo fotográfico), iniciou-se na fotografia antes dos 16 anos de idade, nos concursos hípicos onde ela e a mãe participavam. Em 1936, começou a vender as suas fotografias de cavalos à imprensa. Em 1937, na América, onde permaneceu por nove meses, fez um curso de fotografia por correspondência e, em 1938, iniciou-se na foto-reportagem. Foi apresentada à fotógrafa francesa D’Ora (famosa pelos retratos de alta sociedade e de moda) e trabalhou, durante um ano, para a câmara escura do estúdio D’Ora, em Paris. Este estúdio ficava num prédio que pertencia ao escritor Tristan Bernard. Entre 1939 e 1942, foi voluntária na Cruz Vermelha Francesa, onde conduziu ambulâncias e camiões, na frente de batalha, na II Guerra Mundial. Aos 20 anos, foi condecorada com a Cruz de Guerra Francesa, com duas estrelas de bronze, e pela Légion d’Honneur, pelo serviço de ajuda aos feridos, uma condecoração italiana, para o serviço diplomático na Suécia. Em 1942, regressou à Dinamarca, Copenhaga, para a residência de família, o palácio dos avôs, situado em Trondhjemsgade, n.º 9, no qual se encontrava uma câmara escura, pertencente ao seu avô, fotógrafo amador. Em 1943, foi para a Suécia, onde trabalhou durante dois meses, no estúdio de retratos UGGIA, em Estocolmo. Nesse mesmo ano, abriu o primeiro estúdio de retratos, no palácio dos avôs, em Copenhaga. Em 1944, realizou a sua primeira exposição individual, com o título “Os meus retratos” e editou o livro “Private 5272”, sobre as memórias de guerra na Cruz Vermelha Francesa. Foi casada com Richard Heyd e, em 1947, casou pela segunda vez, com Guy Ingram, indo viver para Londres. Abriu o primeiro estúdio na rua Garway Road Bayswater, com o fotógrafo de ballet, Roger Wood. Em 1948, fechou este estúdio e abriu um segundo, comprando a lista de clientes de um fotógrafo falido, passando a designar-se “Varvara Foto e Keturah Collings of Bond Street”. Este estúdio executava fotografia nas casas dos clientes, com um lençol branco de fundo, sendo as fotos copiadas por pintores, que faziam aguarelas, pinturas e miniaturas sobre marfim. Em 1951, fechou o estúdio em Londres, divorciou-se, e foi para a Madeira. Saturada de retratos de mulher retocados e com a entrada na era do instantâneo, começou a fotografar as pessoas ao natural. Nesse mesmo ano, em Lisboa, conheceu Jorge Felner da Costa, do Secretariado Nacional de Informação (SNI), a quem propõe fazer um livro sobre a Madeira e, em 1955, foi editado o livro “Madeira”. O período em que permaneceu na Madeira, entre 1951 e 1955, representou, igualmente o início da fotografia a cores de Varvara. Em 1955, ao casar com Poul Ernst Von Stemann, pai de seu filho, adquiriu o título de baronesa. Viveu durante um ano na Quinta da Romeira, em Bucelas, mas, devido a questões logísticas de ambos, foram viver para Alfama, em Lisboa, no palácio do Dr. José Coelho da Cunha (filho do fundador do jornal Diário de Notícias), localizado no Telheiro de São Vicente. Nesta casa montou, novamente, uma câmara escura, manteve contacto com o SNI e continuou a fotografar Portugal. Em 1964, foi viver para o Mónaco, numa altura em que o filho frequentava uma escola no norte de França. O seu marido morreu em 1966 e, entre 1967 e 1969, fez fotografias de teatro, bailado, ópera, capas de discos, participou em conferências sobre viagens e fotografia. Na Dinamarca, em 1970, expôs em duas galerias dinamarquesas, nomeadamente, na Academia Real de Arte Charlottenborg e na galeria Kodak. Esta exposição, intitulada “Portugal visto por Varvara”, incidiu sobre Portugal, sendo composta por 400 a 450 imagens, com itinerância, entre 1970 e 1972, pelo Brasil e Portugal. Em 1975, a convite da Fundação da Cultura, esta exposição foi reposta, na igreja Nikolaj, em Copenhaga. Em 1983, deixou o Mónaco e regressou à Dinamarca, onde manteve o estúdio na sua residência, no qual continuou a trabalhar, fazendo retratos. Em 1993, foi editado, na Dinamarca, o livro “My Devil-May-Care Mother”, de sua autoria, sobre a sua mãe. Em 1994, Varvara doou, ao Arquivo Municipal de Lisboa, a documentação relativa à exposição “Portugal visto por Varvara” e, em 1997, editou o livro “Varvara’s World”. Sonia Varvara Hasselbalch Heyd morreu em Copenhaga, a 3 de abril de 2008.

> História custodial e arquivística

A documentação foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, por Varvara Heyd, tendo sido enviada da Dinamarca, por via postal, para o Arquivo Municipal de Lisboa, em 22 de Agosto de 1994.

> Fonte imediata de aquisição e transferência

Doação

> Âmbito e conteúdo

Documentação produzida e acumulada entre as décadas de 1950 e 1970, por Varvara Heyd, tendo sido utilizada no âmbito do desenvolvimento da exposição “Portugal visto por Varvara”. Contém fotografias de vários locais de Portugal (Lisboa, Tomar, Algarve, ilha da Madeira, Douro, Beira Baixa, Valença). Inclui uma variedade de temas relacionados com: turismo (visitas, touradas, pesca, paisagens urbanas e rurais, monumentos), indústria, prisão, escultura, quotidiano rurais, exposições, arquitetura. A referida exposição esteve patente em Portugal, no Brasil e, por último, na igreja Nikolaj, em Copenhaga, antes de ser entregue ao Arquivo Municipal de Lisboa.

> Avaliação, seleção e eliminação

N/A

> Ingresso(s) adicional(ais)

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

> Sistema de organização

Organização: Temática

Ordenação: Tipológica

> Condições de acesso

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

> Condições de reprodução

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

> Idioma(s) e escrita(s)

Dinamarquês; Inglês

> Características físicas e requisitos técnicos

Características físicas: Documentação em razoável estado de conservação.

Requisitos técnicos: Requer a utilização de projetor de diapositivos, para parte da documentação.

> Instrumentos de descrição

Inventário; Relatório de entrada

> Existência e localização de cópias

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital.

> **Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

N/A

> **Unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras)**

Título: Bonanza: Varvara

Internet: <https://www.dr.dk/bonanza/serie/193/dokumentar/68636/varvara>

> **Fontes e bibliografia**

Entrevista a Varvara Heyd, Lisboa, 01 de março de 1994 (fonte oral).

Geni, A My Heritage Company: Varvara Heyd [Em linha]. [Consult. 2018-04-16]. Disponível em: WWW: <URL: <https://www.geni.com/people/Sonia-Hasselbalch/6000000004543618562>>.

KENNEDY, Thomas E. – I kiss your feet: a visit to Baroness Varvara. In *The Literary Explorer* [Em linha]. [Consult. 2018-04-16]. Disponível em: WWW: <URL: http://www.webdelsol.com/LITARTS/Literary_Explorer/varvara/varvara.html>.

> **Nota de publicação**

N/A

> **Notas**

Fundo com tratamento arquivístico em curso.

> **Regra(s) ou convenção(ões)**

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

